



**UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA**

**INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS**

**DEPARTAMENTO DE ESTUDOS LATINO-AMERICANOS**

**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ESTUDOS COMPARADOS SOBRE AS  
AMÉRICAS**

**DANIEL ALVES RODRIGUES LUCIANO**

**MARXIANISMO E A CONFIGURAÇÃO DO MARXISMO LATINO-  
AMERICANO EM JOSÉ CARLOS MARIÁTEGUI**

**BRASÍLIA**

**2023**

DANIEL ALVES RODRIGUES LUCIANO

**MARXIANISMO E A CONFIGURAÇÃO DO MARXISMO LATINO-AMERICANO EM JOSÉ CARLOS MARIÁTEGUI**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais do Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Brasília como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Ciências Sociais, em Estudos Comparados sobre as Américas.

**Orientador:** Pedro Henrique Moraes Cicero

**Brasília**

**2023**

Luciano, Daniel Alves

Marxianismo e a configuração do marxismo latino-americano em José Carlo Mariátegui / Daniel Alves Rodrigues Luciano; orientador Pedro Henrique Cicero – Brasília, 2023.

p.107

Dissertação (Mestrado- Mestrado em Ciências Sociais) –

Universidade de Brasília, 2022.

1. América Latina. 2. Desenvolvimento 3. Marxianismo. 4. Marxismo.
5. Mariátegui

Cicero, Pedro Moraes Henrique de, orient.

DANIEL ALVES RODRIGUES LUCIANO

**MARXIANISMO E A CONFIGURAÇÃO DO MARXISMO LATINO-  
AMERICANO EM JOSÉ CARLOS MARIÁTEGUI**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais do Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Brasília como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Ciências Sociais, em Estudos Comparados sobre as Américas.

Brasília, 23 de janeiro de 2023.

**BANCA EXAMINADORA**

---

Prof. Dr. Pedro Henrique de Moraes Cicero (Presidente)

Programa de Pós-Graduação em Estudos comparados sobre as Américas -UnB

---

Prof. Dr. Cristhian Teófilo da Silva. (Examinador)

Programa de Pós-Graduação em Estudos comparados sobre as Américas- UnB

---

Prof. Dr. Fabio Luis Barbosa dos Santos. (Examinador Externo)

Programa de Pós-Graduação Integração da América Latina -USP

---

Prof. Dr. Carlos Eduardo Vidgal. (Suplente)

Programa de Pós-Graduação em História- UnB



*O homem contemporâneo possui a necessidade  
de ter fé.  
E a única fé que pode ocupar seu “profundo” é  
uma fé combativa.*

José Carlos Mariátegui

## AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente ao meu orientador, Dr. Pedro Henrique de Moraes Cícero, por ter acolhido a minha pesquisa na metade do curso de Pós-graduação. Em muitos momentos de desânimo ou euforia, ele sempre buscou o diálogo e me mostrou o caminho para fazer um bom trabalho. Agradeço a banca examinadora por ajudar a direcionar o trabalho e aceitar discutir o tema.

Gostaria de agradecer aos familiares que me apoiaram, em especial minhas tias Maria das Graças Alves dos Santos e Rosiane Alves dos Santos, que me apoiam e acreditam no meu potencial. Em meio aos agradecimentos familiares, cabe falar mais alguns nomes. Agradeço ao meu grande exemplo de amor e perseverança, minha mãe, Maria Aparecida Alves dos Santos, que me ensinou que às vezes a ternura é mais forte que a vingança, além de estudar comigo depois de horas de trabalho como professora de inglês. Aqui também faço um grande agradecimento a João Pedro Alves Rodrigues Luciano, que além de um grande irmão, é um grande amigo e parceiro. Quero também agradecer a todos os meus primos e primas que estiveram comigo, mesmo em momentos difíceis. Todo o meu sentimento por vocês nunca caberá em palavras.

Aqui agradeço também a algumas pessoas próximas que tiveram um grande impacto nessa caminhada: Danielle Queiroz, que é uma grande pessoa que compartilha estudos e tem uma preciosa amizade comigo; minha companheira Ana Carolina Duarte Martins, a quem eu admiro e desejo todo amor do mundo; Ana Carolina Lima Gomes, que esteve comigo em grande parte dessa trajetória acadêmica com seu apoio e camaradagem; Luara Loth, que é uma das pessoas mais inteligentes que conheço e que sempre me ajudou na pós-graduação; meu amigo Marcelo Filho, que me ensina e ajuda muito sobre o mundo acadêmico.

Estendo também os agradecimentos às pessoas que constroem o Programa de pós-graduação em estudos comparados sobre as Américas (PPG/ECSA), principalmente à secretária do departamento que sempre foi solícita com a minha condição de saúde e me orientou acerca dos trâmites burocráticos.

Também agradeço à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) por ter financiado essa pesquisa, sendo possível assim sua conclusão.

## RESUMO

A presente dissertação de mestrado pretende apresentar a relevância dos debates marxianos, que ocorrem entre 1848 até 1883, para a América Latina, e como esses debates são tratados na formação do pensamento marxista no continente, mais especificamente nas obras de José Carlos Mariátegui (JCM). O objetivo principal consiste em identificar pontos de aproximação ou afastamento entre Karl Marx e JCM por levantamentos bibliográficos feito sobre obras dos dois autores e também, a análise de algumas categorias a respeito da propriedade arcaica. Seguindo o objetivo do trabalho, são analisadas diferentes obras de Marx, em especial aquelas após o rompimento com os hegelianos de esquerda que abordam questões fora da Europa Ocidental. Primeiramente é identificado um movimento de preocupação de Karl Marx em estudar formas de desenvolvimento que ocorrem fora do centro capitalista, isso leva a pesquisa a investigar o impacto dessas obras nas diretrizes dos movimentos populares após a sua publicação. Posteriormente é apresentado a vida José Carlos Mariátegui e parte de sua bibliografia, mostrando as preocupações e influências que formavam o pensamento do autor. Os textos escritos por Mariátegui são datados após sua passagem pela Europa, nesses textos é possível encontrar estudos que serão aprofundados durante a produção do livro Sete ensaios de interpretação da realidade peruana, publicado em 1928. Ao caminhar para a finalização do trabalho, a pesquisa apresenta o processo de formação do Peru e como os estudos de Mariátegui contribuem para uma leitura marxista sobre a realidade do país. Durante as análises de JCM é possível perceber uma breve passagem sobre a formação econômica da Rússia, alegando elementos em comum entre o país e o Peru, contudo o que as análises das fontes indicam é que JCM não teve contato com a discussão de Marx sobre a propriedade arcaica russa. Assim é possível demonstrar, também, o quanto a circulação, ou não, de certos documentos causa impactos em interpretações, e mesmo com esse acesso restrito, José Carlos Mariátegui se aproxima do pensamento de Karl Marx, trazendo grande originalidade ao pensamento crítico latino-americano.

**Palavras-Chave:** América Latina; Desenvolvimento; Marxianismo; Marxismo; Mariátegui.

## ABSTRACT

This master's dissertation intends to present the relevance of Marxian debates, which took place between 1848 and 1883, for Latin America, and how these debates are treated in the formation of Marxist thought in the continent, more specifically in the works of José Carlos Mariátegui. The main objective is to identify points of approximation or separation between Karl Marx and JCM through bibliographical surveys carried out on the works of both authors, and also the analysis of some categories regarding archaic property. Following the objective of the work, different types of Marx's writings are analyzed, especially those after the break with the left Hegelians that address issues outside Western Europe. First, a movement of concern by Karl Marx to study forms of development that occur outside the capitalist center is identified, which leads the research to investigate the impact of these works on the guidelines of popular movements after their publication. Afterwards, José Carlos Mariátegui and part of his bibliography are presented, showing the concerns and influences that formed the author's thought, the texts written by Mariátegui are dated after his passage through Europe, in these texts it is possible to find studies that will be deepened during the production of the book *Seven essays on the interpretation of the Peruvian reality*, published in 1928. As it moves towards the completion of the work, the research presents the formation process in Peru and how Mariátegui's studies contribute to a Marxist reading of the country's reality. During JCM's analyses, it is possible to perceive a brief passage on the economic formation of Russia, claiming common elements between the country and Peru, however what the analysis of the sources indicates that JCM had no contact with Marx's discussion on property Russian archaic. Thus, it is also possible to demonstrate how much the circulation, or not, of certain documents impacts interpretations, and even with this restricted access, José Carlos Mariátegui approaches the thought of Karl Marx, bringing great originality to Latin American critical thought

**Keywords:** Latin America; Development; Marxianism; Marxism; Mariategui.

## RESUMEN

Esta disertación de maestría pretende presentar la relevancia de los debates marxistas, ocurridos entre 1848 y 1883, para América Latina, y cómo estos debates son tratados en la formación del pensamiento marxista en el continente, más específicamente en la obra de José Carlos Mariátegui. El objetivo principal es identificar puntos de aproximación o separación entre Karl Marx y JCM a través de levantamientos bibliográficos realizados sobre la obra de ambos autores, así como el análisis de algunas categorías respecto a la propiedad arcaica. Siguiendo el objetivo del trabajo, se analizan diferentes tipos de escritos de Marx, en especial aquellos posteriores a la ruptura con los hegelianos de izquierda que abordan temas fuera de Europa Occidental. En primer lugar, se identifica un movimiento de preocupación de Karl Marx por estudiar formas de desarrollo que se dan fuera del centro capitalista, lo que conduce a la investigación a indagar en el impacto de estas obras en los lineamientos de los movimientos populares después de su publicación. Posteriormente se presenta a José Carlos Mariátegui y parte de su bibliografía, mostrando las inquietudes e influencias que formaron el pensamiento del autor, los textos escritos por Mariátegui están datados después de su paso por Europa, en estos textos es posible encontrar estudios que se profundizarán. durante la producción del libro Siete ensayos sobre la interpretación de la realidad peruana, publicado en 1928. Avanzando hacia la culminación de la obra, la investigación presenta el proceso de formación en el Perú y cómo los estudios de Mariátegui contribuyen a una lectura marxista de la realidad del país. realidad. Durante los análisis de JCM, es posible percibir un breve pasaje sobre la formación económica de Rusia, alegando elementos comunes entre el país y el Perú, sin embargo lo que el análisis de las fuentes indica que JCM no tuvo contacto con la discusión de Marx sobre la propiedad arcaica rusa. Así, también es posible evidenciar cuánto impacta en las interpretaciones la circulación, o no, de determinados documentos, y aún con este acceso restringido, José Carlos Mariátegui se acerca al pensamiento de Karl Marx, aportando gran originalidad al pensamiento crítico latinoamericano.

**Palabras clave:** América Latina; Desarrollo; Marxianismo; Marxismo; Mariátegui.

## LISTA DE ABREVIATURAS

|        |   |
|--------|---|
| AIT    | Associação Internacional dos Trabalhadores    |
| AL     | América Latina                                |
| CLACSO | Conselho Latino-americano de Ciências Sociais |
| ECLA   | Grupo de Estudos Críticos Latino-Americano    |
| ECSA   | Estudos Comparados Sobre as Américas          |
| ELA    | Departamento de Estudos Latino-americanos     |
| EUA    | Estados Unidos da América                     |
| FORP   | Federação Operária Regional Peruana           |
| ICS    | Instituto de Ciências Sociais                 |
| JCM    | José Carlos Mariátegui                        |
| PCA    | Partido Comunista da Argentina                |
| PCB    | Partido Comunista Brasileiro                  |
| PCC    | Partido Comunista Cubano                      |
| PCCh   | Partido Comunista do Chile                    |
| PCdoB  | Partido Comunista do Brasil                   |
| PCI    | Partido Comunista Italiano                    |
| PCM    | Partido Comunista Mexicano                    |
| PCP    | Partido Comunista Peruano                     |
| PCPa   | Partido Comunista Paraguaio                   |
| PCU    | Partido Comunista do Uruguai                  |
| PCUSS  | Partido Comunista da União Soviética          |
| POSDR  | Partido Operário Social- Democrata Russo      |
| PSOE   | Partido Social Obreiro Espanhol               |
| PSI    | Partido Socialista Italiano                   |
| PSP    | Partido Socialista do Peruano                 |
| SPD    | Partido Social Democrata da Alemanha          |
| UnB    | Universidade de Brasília                      |
| UPGP   | Universidades Populares González Prada        |
| URSS   | União das Repúblicas Socialistas Soviéticas   |

## Sumário

|   |     |
|---|-----|
| INTRODUÇÃO .....  | 14  |
| 1-MARX E ENGELS E A PERIFERIA DO CAPITALISMO .....                  | 18  |
| 1.1 Introdução.....   | 18  |
| 1.2 Escritos marxianos: A burguesia .....                           | 20  |
| 1.2.1 Índia: A análise do colonialismo britânico.....               | 22  |
| 1.2.2 China e o impacto na Europa .....                             | 25  |
| 1.2.3 As relações de China, Pérsia e Europa por Engels .....        | 26  |
| 1.3. Marx e Bolívar .....   | 27  |
| 1.3.1 Raça e revolução .....  | 28  |
| 1.3.2 Marxianismo e América Indígena .....                          | 32  |
| 1.4 A questão da propriedade privada .....                          | 33  |
| 1.4.1 Rússia e a comuna rural .....                                 | 37  |
| 2 MARIÁTEGUI, AMÉRICA LATINA E EUROPA .....                         | 43  |
| 2.1 Introdução.....   | 43  |
| 2.2 O caminho de Amauta .....                                       | 44  |
| 2.3 A produção e as preocupações de Mariátegui.....                 | 47  |
| 2.3.1 Reflexões sobre a questão indígena .....                      | 52  |
| 2.4 Marxismo latino-americano em Mariátegui e Haya de la Torre..... | 55  |
| 2.5 Comentários sobre política internacional .....                  | 63  |
| 3- FORMAÇÃO DO ESTADO NAÇÃO E AS CONTRIBUIÇÕES DE MARIÁTEGUI .....  | 67  |
| .....   | 67  |
| 3.1 Introdução.....   | 67  |
| 3.2 As origens do Peru .....  | 68  |
| 3.3 A Burguesia Peruana .....                                       | 75  |
| 3.4 O aprisionamento indígena .....                                 | 82  |
| 3.5 O Mir russo, o Feudo peruano e o Ayllu .....                    | 86  |
| CONSIDERAÇÕES FINAIS .....  | 101 |
| REFERÊNCIAS.....  | 103 |



## INTRODUÇÃO

Esta dissertação tem como objetivo apresentar o desenvolvimento do pensamento marxiano a respeito das comunidades fora da realidade europeia ocidental, e como elas dialogam com a formação do pensamento crítico latino-americano. O contato entre Karl Marx e José Carlos Mariátegui (JCM) é colocado como proposta do trabalho a ser exposto de forma que seja possível ver as distâncias e proximidades entre JCM, Marx e marxismo. O foco principal é articular fontes primárias com o processo de formação do pensamento crítico latino-americano, mais especificamente em Mariátegui.

A busca pelo recorte temporal estabelecido por este trabalho começa em 1848 e se estende até 1930. Esse caminho entre o século XIX e o século XX foi construído considerando os seguintes acontecimentos: durante a década de quarenta do século XIX, Karl Marx rompe com os hegelianos de esquerda e com o idealismo; em 1844 Marx e Engels se conhecem em Paris, fato que resulta em fortes mudanças nas perspectivas dos dois pensadores; já Em 1848 é publicado o Manifesto do Partido Comunista, obra de grande relevância do pensamento de Marx. O recorte estabelecido ao século XX diz respeito a organização do pensamento crítico na América Latina, focando no Peru e em José Carlo Mariátegui, que falece ainda jovem em 1930.

Apresentado esse recorte, o trabalho tem os seguintes objetivos: 1) Demonstrar o desenvolvimento do pensamento de Karl Marx e como esse processo dialoga com os países de fora da Europa, em especial, os países da América Latina; 2) Apresentar José Carlos Mariátegui e o processo de sua formação intelectual, criando eixos de diálogo entre marxismo e Mariátegui; 3) Contextualizar a formação econômica do Peru junto as contribuições marxistas de JCM; 4) Analisar os pontos de afastamento e proximidade de Mariátegui com as concepções desenvolvidas por Marx.

O direcionamento deste estudo foi fundamentado nas seguintes questões: como se configura o marxismo latino-americano? O que Marx observava sobre o resto do mundo? Como a divulgação, de certos trabalhos impactam nas formulações de ideias, como as do marxismo?

O trabalho documental sobre diversas obras de Karl Marx pode ser observado em vários autores que trabalham com o marxianismo, como Enrique Dussel, Jean Tible e Kevin B Anderson. Muitos dos documentos utilizados neste trabalho foram encontrados em obras dos autores anteriormente mencionados. Alguns escritos de Marx e Engels podem ser localizados

no site do Domínio Público<sup>1</sup>, enquanto outras fontes estão organizadas em livros. Escritos de José Carlos Mariátegui também estão organizados em livros, mas também se encontram disponíveis em espanhol no Archivo José Carlos Mariátegui<sup>2</sup>.

Apesar do trabalho sobre essas fontes não ser inédito, esta pesquisa busca estabelecer uma conexão entre JCM e Karl Marx, através das perspectivas marxianas sobre a comuna agrária russa. A ligação entre Marx e JCM é construída através da explanação da história da formação econômica da América Latina junto a relação da formação econômica da Europa, assim como é feita a criação de diálogo entre as fontes, através das categorias de acumulação primitiva e propriedade arcaica.

Durante o trajeto de pesquisa alguns desafios foram encontrados, como a dificuldade de acesso a alguns documentos citados pelos autores utilizados. Parte dessa dificuldade está relacionada a não disponibilidade de alguns títulos em acervos. Alguns títulos estão disponíveis somente em livros físicos. Outra barreira presente na pesquisa foi a questão do idioma, muitos textos estão em francês, ou até mesmo russo. Devido a essas questões, algumas documentações não foram descritas de forma mais aprofundada, ou não constaram no trabalho, mas isso não subtrai a relevância das ligações que foram construídas na dissertação.

Importante ser apontado, também, como o modo de escrita entre o primeiro capítulo e os outros dois apresenta uma diferença de estilo, que pode gerar um estranhamento na leitura. A parte inicial apresenta uma dinâmica de fichamento, apresentando fontes, leituras e datas; já o segundo e o terceiro capítulos são desenvolvidos em um estilo mais dissertativo. Essa alternância no modo de construir o argumento remete ao tempo em que cada parte foi escrita, sendo a primeira construída no início da pesquisa, enquanto as outras duas partes tiveram seu processo de organização em datas mais próximas, gerando mais similaridade de estilo entre elas.

O trabalho está dividido em três seções. O primeiro capítulo, aborda os próprios documentos de Marx, começando no ano de 1848 com os escritos do Manifesto do Partido Comunista e depois com a Carta a Liga dos Comunistas tratando sobre a atuação operária em relação à burguesia. Durante esse capítulo são apresentadas as visões de Marx e Engels a respeito do mundo fora da Europa. Assim, é possível notar passagens ligadas a uma visão hegemônica europeia, que posteriormente vão se modificando, levando análises mais críticas ao colonialismo se tornam mais presentes. Uma passagem bastante significativa do primeiro

---

<sup>1</sup> <http://www.dominiopublico.gov.br/pesquisa/PesquisaObraForm.jsp>

<sup>2</sup> <https://www.mariategui.org/>

capítulo é referente a Raça e revolução, onde é apresentada a visão de Marx sobre a Guerra Civil dos EUA que ocorre na década de sessenta do século XIX, nessa passagem Marx aponta para a abolição radical dos escravizados como garantia de triunfo do Norte sobre o Sul.

O ponto de conexão bastante robusto entre Marx e Mariátegui é a questão da composição agrária russa, que passa a ser estudada nos últimos anos de vida de Marx, e contém o debate sobre a chamada propriedade arcaica e a inserção dela na dinâmica capitalista moderna, ponto que é explorado de forma mais profunda no capítulo três.

No segundo capítulo, é apresentado os mais relevantes aspectos da vida e da obra de José Carlos Mariátegui. A trajetória do autor peruano é contemporânea ao desenvolvimento do marxismo no continente. A apresentação de JCM passa por uma fase biográfica onde se relata um pouco de sua vida pessoal, seu trabalho literário e militante. Contudo, o foco principal está na análise de suas obras após sua passagem pela Europa, mais especificamente entre 1924 até 1930. A partir de 1919 as diferenças nas abordagens de JCM em seus trabalhos são bastante significativas em relação aos trabalhos produzidos anteriormente, isso acontece devido ao contato com a militância marxista europeia. Após esse momento, é possível observar que temas correspondentes à dinâmica latino-americana, como os indígenas incas, são tratados dentro da perspectiva marxista de Mariátegui. É também notável os embates entre Mariátegui e Haya de la Torre sobre a universalidade do marxismo.

Já no terceiro capítulo, A relação entre Europa e América Latina é apresentada de forma mais aprofundada através do contato de JCM com o marxismo europeu. A parte final desse capítulo tem por objetivo apresentar os pontos de contato entre a comuna agrária russa, o feudo peruano e *ayllu*, demonstrando contribuições de Marx, Mariátegui e alguns processos que ocorreram na formação da União Soviética com as organizações agrárias.

Na seção que corresponde às considerações finais, serão expostos os resultados da pesquisa que foram observados após a organização e conexão das fontes, verificando se o caminho construído pela pesquisa conseguiu contribuir para as respostas das perguntas que direcionaram o trabalho. A pesquisa também apresenta a relevância e reconhecimento de Mariátegui na formação do marxismo latino-americano.

Concluindo a apresentação da pesquisa, o trabalho buscou contribuir na área de estudos latino-americanos através do fortalecimento da relevância de José Carlos Mariátegui para a formação do pensamento marxista. Quando a problemática já tinha sido formulada para guiar a pesquisa, buscou-se criar uma dinâmica onde os pontos em comum dos documentos e conceitos conseguissem buscar tanto uma resposta à pergunta inicial, como também a perguntas

que sugiram em meio a trajetória de pesquisa. É observado haver um esforço de algumas entidades ligadas ao mercado editorial de livros que buscam organizar e divulgar o pensamento de autores de uma forma mais organizada, essa dissertação de mestrado além de se utilizar desses esforços, também busca divulgar e encorajar essa iniciativa.

# 1-MARX E ENGELS E A PERIFERIA DO CAPITALISMO

## 1.1 Introdução

O primeiro capítulo desta dissertação consiste na organização de fontes e de reflexões a respeito dos escritos de Karl Marx e Friedrich Engels sobre sociedades fora do centro hegemônico do capitalismo no século XIX. Muitos pesquisadores e estudiosos do tema, como Louis Althusser (2015), ao se referirem ao pensamento de Marx, apontam para duas etapas na trajetória epistemológica do pensador: o “Jovem Marx” e o “Velho Marx”. O dito “Jovem Marx” analisou questões da modernidade emergente por meio de contribuições da filosofia hegeliana, até oficializar seu rompimento com os hegelianos de esquerda na obra *A Ideologia Alemã* de 1848, a qual é escrita já em parceria com o seu companheiro de jornada intelectual, Engels. Essa fase filosófica perdura até 1848 quando são estabelecidos temas mais econômico-científicos com a publicação do *Manifesto do Partido Comunista*, também escrito conjuntamente com Engels, que, por mais que seja um texto propagandístico, possui conceitos e observações importantes dentro da cientificidade em Marx. Portanto, as produções do “Velho Marx” são marcadas por um caráter mais científico<sup>3</sup> e econômico, sendo a obra-prima no campo econômico e sociológico que corresponde a essa fase *O Capital: Crítica da economia política Volume I*, publicado em 1867. Esse livro impacta fortemente a discussão socialista não só na Europa ocidental, mas também fora dela, como na Rússia, por exemplo.

Interessante destacar que alguns autores, como Enrique Dussel (1990), levantam a existência de um terceiro Marx, o “Marx Tardio” ou *El ultimo Marx*. Esse Marx teria se construído por volta dos anos de 1880 até sua morte em 1883, quando o filósofo alemão entra em contato com populistas russos, em especial com Vera Zaslitch, e discute o caminho e a relevância de uma revolução de caráter socialista na Rússia. Cabe destacar que o contato direto do marxianismo<sup>4</sup> com os russos acontece antes das cartas trocadas entre Marx e Zaslitch. Em

---

<sup>3</sup> A segunda etapa da formação do pensamento marxiano acontece na França, após a junção do elemento econômico. Em 1844, Marx e Engels se conhecem, e o futuro amigo de Marx propõe mais aproximação com as discussões econômicas da época, como aquelas de Adam Smith e David Ricardo. Em 1844, Marx escreve notas sobre o socialismo utópico franceses, que ficariam futuramente conhecidas como Manuscritos Econômicos-Filosóficos. Em 1880, Engels escreve o livro *Do Socialismo Utópico ao Socialismo Científico*.

<sup>4</sup> Marxianismo e marxismo são termos coligados, mas seus significados não são sinônimos. Marxianismo faz referência diretamente ao que Marx escreveu, sejam obras, matérias para jornal, edições, etc. Tudo aquilo que Karl Marx escreve em vida é produção marxiana. Já o marxismo faz referência à aplicação do método construído a partir das leituras de Karl Marx.

1874-75, Engels já escrevia em resposta a um artigo do anarquista Piotr Nikititch Takatchov publicado na revista russa *Vorwärts*. A resposta de Engels foi publicada em Londres em 1874 no jornal *Der Volksstaat* (MARX; ENGELS, 2015, p. 33). O tema central desses artigos é o desenvolvimento da revolução socialista na Rússia. No âmbito desse debate, Takatchov afirma que, em seu país, era mais possível uma revolução socialista ter êxito porque inexistia a opressão do poder econômico burguês, já que somente imperava o poder político do Czar. Em sua crítica, Engels adverte que o autor do artigo não conhece o “bê-á-bá do socialismo” (MARX; ENGELS, 2015, p. 37) e que, na verdade, a burguesia teria um papel revolucionário a cumprir no desenvolvimento político e econômico da sociedade russa. Essa é uma das várias polêmicas que serão analisadas ao decorrer deste capítulo.

O que se entende a partir das contribuições do chamado “Marx Tardio” é uma mudança ou amadurecimento em seu pensamento em relação ao desenvolvimento capitalista, à revolução proletária e à revolução burguesa. Para Marx e Engels, a burguesia e o capitalismo tinham um papel fundamental para que se alcançasse o socialismo e, posteriormente, o comunismo. É possível verificar o caráter desse evolucionismo no *Manifesto do Partido Comunista*, no qual os autores defendem o papel revolucionário da burguesia. Segundo Marx e Engels: “A burguesia desempenhou na história um papel altamente revolucionário” (MARX; ENGELS, 2015, p. 65). E, de fato, ela desempenhou. Quando a burguesia se torna a classe dominante, novas relações entre corpo, religião, trabalho, Estado e toda a organização social são estabelecidas. Contudo, Marx também salienta a questão da colonização das Américas, África e Ásia como fundamental para o desenvolvimento do capitalismo na Europa e, em alguns capítulos do *Capital* e em cartas sobre o colonialismo, é possível identificar uma visão positiva do processo colonial enquanto civilizatório e desenvolvimentista para as colônias.

Algumas cartas, artigos e livros são selecionados para trazer a reflexão do “Velho Marx” em transição para o chamado “Marx Tardio”. As análises se iniciam com o *Manifesto* de 1848 e vão até a chamada fase tardia de Marx. No entanto, esse trabalho analisará o marxianismo, não se tratando de uma biografia do pensamento de Marx. Sendo assim, serão incluídos textos de Engels, que, por sua vez, organizou o pensamento marxiano após a morte do seu amigo.

O *Manifesto do Partido Comunista* estabelece uma relação entre burguesia e proletariado, e a evolução para o comunismo. Importante ressaltar que o *Manifesto* não é um escrito estagnado em sua primeira publicação. Devido ao contato com outras realidades sociais, surgiu a necessidade de traduzir os textos em outras línguas. Marx elabora prefácios até 1882, um ano antes de sua morte, e os prefácios futuros são desenvolvidos por Engels.

Logo no início do texto, é descrita pelos dois autores a relação entre Europa, América, África e Ásia. Segue o trecho:

O descobrimento da América e a circunavegação da África criaram um novo campo de ação para burguesia em ascensão. O mercado das Índias orientais e da China, a colonização da América, o comércio com as colônias, multiplicação dos meios de troca e das mercadorias em geral deram ao comércio, à navegação e à indústria um impulso nunca até então conhecido e, com ele, um rápido desenvolvimento ao elemento revolucionário na sociedade feudal em desintegração (ENGELS; MARX, 2015, p. 63).

Em seguida, os autores tratam do papel histórico da burguesia para a transformação da sociedade. “A burguesia desempenhou na história um papel altamente revolucionário” (ENGELS; MARX, 2015, p. 65). No decorrer dessa passagem, os autores apontam como as relações sociais e de produção foram alteradas e continuarão sofrendo grandes modificações. Em seguida, lê-se a célebre frase: “Tudo o que era sólido e estável se desmancha no ar, tudo o que era sagrado é profanado, e os homens são por fim são obrigados a encarar com os olhos bem abertos sua posição de vida e suas relações recíprocas” (ENGELS; MARX, 2015, p. 65).

Em relação ao sujeito revolucionário, o proletariado, os autores associam o desenvolvimento do capital e da burguesia ao desenvolvimento da classe trabalhadora (ENGELS; MARX, 2015, p. 70). Após essa constatação, cabe o seguinte questionamento: qual é a análise desses pensadores sobre aquelas sociedades que não possuem uma burguesia fortemente consolidada e um corpo de proletariados significativo?

Igualmente, cabe levantar alguns documentos escritos na década de cinquenta do século XIX. Neles, são discutidos temas variados, porém de caráter internacional, como: *Mensagem do Comitê Central à Liga dos Comunistas*, de 1850, escrito também por Engels; *A Companhia das Índias Orientais: sua história e as consequências de sua atividade* de 1853; *A revolução na China e na Europa* de 1853; *A Dominação Britânica na Índia* de 1853; *A Pérsia e a China* de 1857 de Engels; e – por último, mas não menos importante – o artigo de Marx sobre Bolívar escrito em 1852 e publicado em 1853 *Bolívar y Ponte*

## **1.2 Escritos marxianos: A burguesia**

Começaremos o percurso pela carta ao comitê Central da Liga dos Comunistas. Essa carta tem em seu conteúdo análises de 1848, nas quais Marx e Engels acusam a burguesia alemã de traição, especificamente por terem abandonado seu papel no desenvolvimento da sociedade.

A carta aponta que a Liga continua a “marchar a reboque desta, como em 1848” (MARX; ENGELS, 1850, p. 1). A chegada dos liberais burgueses ao poder político na Alemanha, alegam os autores, subjugou os trabalhadores. Além disso, os primeiros se aliaram ao partido feudal absolutista e construíram uma linha de desenvolvimento pacífico, pois a adoção de medidas abertamente violentas – que já foram tomadas no feudalismo – faria com que o povo rechaçasse os liberais (MARX; ENGELS, 1850, p. 2). Na carta, é apontado que o partido liberal – visto como o mais nocivo à classe trabalhadora – está constituído pelos seguintes grupos:

I. Pela parte mais progressista da grande burguesia, cujo objetivo é a total e imediata derrocada do feudalismo e do absolutismo. Essa fração está representada pelos antigos conciliadores de Berlim que propuseram a suspensão do pagamento de suas contribuições. II. Pela pequena-burguesia democrata-constitucional, cujo principal objetivo no movimento anterior era criar um Estado federal mais ou menos democrático, tal como o haviam propugnado os seus representantes - a esquerda da Assembleia de Frankfurt -, mais tarde o Parlamento de Stuttgart e ela mesma na campanha de pró-constituição do Império. III. Pelos pequeno-burgueses republicanos, cujo ideal é uma república federal alemã no estilo da Suíça e que agora se chamam a si mesmos "vermelhos" e "democrata-sociais", porque têm o pio desejo de acabar com a opressão do pequeno capital pelo grande, do pequeno-burguês pelo grande burguês. Representavam esta fração os membros dos congressos e comitês democráticos, os dirigentes das uniões democráticas e os redatores da imprensa democrática (MARX; ENGELS, 1850, p. 2).

Os autores também apontam a separação entre a grande burguesia liberal e a pequena burguesia. A última carregaria demandas favoráveis ao proletariado, que, por sua vez, radicalizaria essas demandas a ponto de propor a abolição da propriedade privada.

A atitude do partido operário revolucionário em face da democracia pequeno-burguesa é a seguinte: marchar com ela na luta pela derrubada daquela fração cuja derrota é desejada pelo partido operário; marchar contra ela em todos os casos em que a democracia pequeno-burguesa queira consolidar a sua posição em proveito próprio (MARX; ENGELS, 1850, p. 4).

Já a grande burguesia se aliava aos setores feudais e absolutistas. Com isso, na visão de Marx e Engels, haveria um retrocesso ao desenvolvimento social. Mesmo propondo essa aliança entre pequenos burgueses e proletariados, os autores da carta sabiam das limitações da pequena burguesia:

Enquanto os pequeno-burgueses democratas querem concluir a revolução o mais rapidamente possível, depois de terem obtido, no máximo, os reclamos supramencionados, os nossos interesses e as nossas tarefas consistem em tornar a revolução permanente (MARX; ENGELS, 1850, p. 3).

A disputa entre a pequena burguesia e os operários se daria não somente dentro do âmbito legalista, mas também na construção de entidades de disputa de base, como organização

de conselhos ou comitês municipais, os quais, além de disputar a sociedade, potencializariam o partido operário, que radicalizaria as propostas da pequena burguesia. Um exemplo citado é a questão da desapropriação de terras não-férteis. Segundo a lógica pequeno-burguesa, o processo ressarciria o antigo proprietário, mas, caso a pauta fosse radicalizada, não haveria ressarcimento e a terra seria simplesmente confiscada (MARX; ENGELS, 1850, p. 4).

Ao encerrar a carta ao comitê, Engels e Marx defendem uma revolução prologada, iniciada pela aliança entre a pequena burguesia e a classe operária. Contudo, o proletariado deveria lutar pela sua vitória final e garantir a revolução de forma permanente. Quanto ao teor da carta, é interessante notar que existe uma crítica não somente à burguesia hegemônica, como também uma crítica ao reformismo da pequena burguesia. Entretanto, essa crítica, num primeiro momento, não prescreve a superação da classe operária sobre a burguesia. Por ser uma carta dirigida à uma instância coletiva que seria fundamental na difusão dos pensamentos de Marx e Engels, o escrito tem uma relevância bastante significativa para a construção do que viria a ser futuramente o marxismo (RIBEIRO, 2021, p. 88), pois os projetos nacionais de desenvolvimento socialista, principalmente os que tangem à América Latina, acreditavam em uma burguesia de caráter nacional, que faria uma revolução democrática tornando o socialismo mais viável. Como se verá ao longo do trabalho, esse debate foi extremamente caro para os países latinos.

No texto analisado, foi exposto um tema bastante relevante para o marxianismo: a função da pequena burguesia no processo de prolongar a revolução burguesa, tornando permanentes as condições para que o proletariado tivesse condições mais favoráveis de tomada do poder.

No tópico seguinte, será analisada outra questão: o colonialismo nas Índias Orientais; China e Pérsia. Esse tema é de grande importância para a presente pesquisa, pois mostra o processo de pensamento de Marx sobre os “outros”, e como esse caminhar epistemológico proporcionou uma grande virada de chave no pensamento marxiano.

### ***1.2.1 Índia: A análise do colonialismo britânico***

Ao referir-se à Companhia das Índias Orientais no artigo publicado pela primeira vez no *New York Daily Tribune*, em 24 de junho de 1853, Karl Marx trata de como a Índia se tornou uma questão britânica devido à evolução das relações comerciais. Logo no começo do texto, o

autor argumenta que “a questão indiana se torna uma questão ministerial na Inglaterra”. (MARX, 1850, p. 1). O início dessa relação ministerial se daria no século XVIII, especificamente nos anos de 1783 e 1784, contudo, ainda no século XIX a Inglaterra não havia conseguido ocupar de forma contundente a Ásia.

No curso da segunda dezena de anos do Século XIX, a Inglaterra obteve enfim pela primeira vez uma fronteira cômoda, conquistando uma faixa desértica na fronteira da Índia. Antes dessa época o império britânico no oriente não chegou às partes da Ásia que haviam sido desde há muito tempo a sede de todo grande poder central na Índia (MARX, 1850, p. 3).

O desenrolar da questão indiana passa por significativas mudanças ao longo da história. Os tesouros usurpados da Índia pela Inglaterra não mais faziam parte de um comércio considerado horizontal, haja vista que, século XVIII, o processo de espoliação já estava em pleno funcionamento e a Índia passava de exportador de tecidos e algodão para importador de manufaturas (MARX, 1850, p. 4). Os produtos indianos foram banidos da Inglaterra e os produtos manufaturados ingleses inundavam o mercado indiano, fazendo do país um destinatário do escoamento da produção algodoeira britânica. (MARX, 1850, p. 5).

Além da exploração e dominação comercial, os grandes produtores de algodão observavam que não bastava exportar seus produtos para a Índia. Havia a necessidade de criar forças produtivas na região, após a destruição de sua produção e da Companhia das Índias:

A Índia tornou-se assim o campo de batalha do conflito de interesses industriais de uma parte e da plutocracia e da oligarquia de outro. Os manufatureiros, conscientes de sua ascendência na Inglaterra, demandam no presente a aniquilação das forças hostis na Índia, a destruição de todo o antigo aparelho do governo indiano e o eclipse final da Companhia das Índias Orientais. (MARX, 1850, p. 5).

Durante a década de cinquenta do século XIX, é notável um crescente movimento nas análises de Marx e Engels em direção a temáticas fora da Europa. No artigo anteriormente citado, é notável uma preocupação de Marx com a relação colonial na Ásia, em especial na Índia, porém a questão da necessidade do desenvolvimento de uma burguesia e de um Estado ainda é presente em suas análises, como é possível perceber no artigo *A dominação Britânica na Índia*, escrito para o *New York Daily Tribune* em 25 de junho de 1853.

Esse artigo deixa mais clara a posição crítica de Marx em relação à história da Índia. No início do texto, o autor aponta para os processos de invasões e dominações no país e expressa que “a miséria da Índia” começa mesmo antes da criação do mundo em uma perspectiva cristã (MARX, 1853, p. 1). Seguindo essa perspectiva, os impactos gerados pelos ingleses no

Hindustão seriam de uma natureza bem diferente se comparados aos causados por outras nações anteriormente. Há uma crítica a respeito da colonização britânica no trecho a seguir:

A Inglaterra destruiu os fundamentos do regime social da Índia, sem manifestar até o presente a menor veledade de construir o que quer que seja. Esta perda de seu velho mundo, que não foi seguida pela obtenção de um mundo novo, confere à miséria atual dos Hindus um caráter particularmente desesperado e separa o Hindustão, governado pelos ingleses, de todas as tradições antigas, de todo o conjunto de sua história passada. (MARX, 1853, p. 2).

As relações de produção no comércio de algodão foram fortemente modificadas, como visto no artigo anterior, assim como as relações na produção agrícola, que passa por uma deterioração que impede o estabelecimento da livre concorrência. É dado um sentido mais moral ao abandono da agricultura, pois esse não seria um golpe dado gratuitamente, mas que correspondia à nova posição do subcontinente nos anais da história (MARX, 1853, p. 2).

A modificação do cenário da produção algodoeira também está presente nesse escrito. A destruição da manufatura própria e a inundação de produtos ingleses na Índia são fatos fortemente destacados, porém o autor entende que a dominação britânica não é a causa dessa corrosão, mas sim os avanços científicos britânicos, como a máquina a vapor, e a destruição da ligação entre a agricultura e a indústria artesanal:

Estas pequenas formas estereotipadas de organismo social foram dissolvidas na maior parte e estão em vias de desaparecer não tanto por causa da intervenção brutal dos preceptores e soldados britânicos, mas sob a influência da máquina a vapor e do livre comércio ingleses. Estas comunidades familiares baseiam-se na indústria artesanal, aliando de um modo específico a tecelagem, a fiação e a cultura do solo executados a mão, o que lhes assegurava a independência. A intervenção inglesa, estabelecida a partir a fiação em Lancashire e da tecelagem em Bengala, ou mesmo fazendo desaparecer tanto a fiação como a tecelagem indianas, destruiu essas pequenas comunidades semi-bárbaras, semi-civilizadas, destruindo seus fundamentos econômicos e produzindo assim a maior e, na verdade, a única revolução social que jamais teve lugar na Ásia (MARX, 1853, p. 3).

Uma das polêmicas do colonialismo na obra de Marx é sua afirmação de que a influência da ciência britânica foi mais preponderante na decadência da economia indiana do que a presença colonial inglesa. Marx atribui ao povo do Hindustão antes da colonização britânica termos como “semibárbaros” ou “semicivilizados”. Além disso, o mais problemático é argumentar que esse seria o único processo revolucionário que teria ocorrido na Ásia. Marx alega que esses povos carregavam uma marca infame da casta e da escravidão, e critica a crença indiana como culto grosseiro à natureza, cujo caráter degradante se traduzia no fato de que “o homem, mestre da natureza, caía de joelhos e adorava Hanumán, o macaco, e Sabbala, a vaca” (MARX, 1853, p. 4).

É verdade que a Inglaterra, ao provocar uma revolução social no Hindustão, era guiada pelos interesses mais abjetos e agia de uma maneira estúpida para atingir seus objetivos. Mas a questão não é essa. Trata-se de saber se a humanidade pode cumprir seu destino sem uma revolução fundamental na situação social da Ásia. Senão, quaisquer que fossem os crimes da Inglaterra, ela foi um instrumento da História ao provocar esta revolução. Nesse caso, diante de qualquer tristeza que possamos sentir diante do espetáculo do colapso de um mundo antigo (MARX, 1853, p. 4).

Assim Karl Marx conclui seu artigo sobre a Índia. Finda a análise sobre o referido país, será apresentada a visão de Marx sobre a China e sobre a Europa e, posteriormente, de Friedrich Engels sobre a questão da Pérsia e da China. É interessante perceber uma preocupação significativa no primeiro momento em relação à questão asiática devido ao avanço colonial da principal potência capitalista do século XIX, a Inglaterra.

### ***1.2.2 China e o impacto na Europa***

O artigo de Marx referente à situação chinesa e seus impactos sobre a realidade europeia foi escrito em 1853 e publicado no *New York Daily Tribune* de 14 de julho do mesmo ano. Como analisado anteriormente, a relação entre o colonialismo e a Europa está inserida em uma perspectiva britânica, e no caso desse artigo não é diferente. Nele, o autor inicia abordando as leis tendenciais que regem a evolução da humanidade e a lei da unidade dos contrários, na qual os “extremos se tocam”. Karl Marx escreve em seguida:

Podemos encontrar uma ilustração clara da universalidade, ou não, deste famoso princípio no efeito que a revolução chinesa parece estar sendo conclamada a provocar no mundo civilizado. Pode parecer muito estranho e paradoxal afirmar que o próximo levantamento dos povos europeus em favor da liberdade republicana dependerá provavelmente mais do que se passa no Celeste Império (MARX, 1853, p. 1).

A questão chinesa estava envolta em conflitos de caráter dinástico, religioso e nacional. Somado a isso, ainda havia o problema referente ao ópio que culminou na Guerra do Ópio de 1839 até 1860, oito anos após a publicação do artigo. Nesse texto, é notável já um tom de crítica ou preocupação de Marx em relação ao colonialismo britânico na Ásia:

O tributo a pagar à Inglaterra na sequência da guerra desastrosa de 1840, o enorme consumo improdutivo de ópio, a hemorrhagia de metais preciosos como consequência do comércio de ópio, a ação devastadora da concorrência estrangeira sobre a produção local e o estado de desmoralização da administração pública tiveram um duplo efeito: os impostos tradicionais tornaram-se mais pesados e mais opressivos, e vieram impostos novos juntar-se aos antigos. Num decreto datado de Pequim, 5 de janeiro de 1853, o Imperador deu ordem aos vice-reis e governadores das províncias meridionais de Wouchang e Hanyang de diferir e enviar os impostos e, sobretudo, de não guardarem para si mais que o montante prescrito, porque, segundo o decreto, ‘como

poderia a população pobre suportá-lo?’. E prosseguia o Imperador: ‘E, deste modo, em período de miséria e penúria gerais, talvez o meu povo seja poupado às perseguições e torturas dos coletores de impostos’ (MARX, 1853, p. 2).

Devido ao impacto externo na política da China, ocorre, segundo o artigo, um isolamento do país a fim de preservar suas identidades, costumes, economia, entre outros fatores. De acordo com o texto, isso teria sido motivado por uma tentativa de preservar a “Velha China”: “Agora que a Inglaterra desencadeou a revolução na China, temos de perguntar-nos qual a reação que a revolução vai provocar nesse país, e, daqui a algum tempo, na Inglaterra, e, daí, na Europa. A resposta não é difícil” (MARX, 1853, p. 2).

A relação entre China e Europa é traçada no artigo sob a perspectiva de como as mudanças sócio-políticas chinesas interferem na organização europeia. Marx também destaca como guerras e revoltas podem não atingir o continente europeu, se não afetam a dinâmica geral, comercial ou industrial (MARX, 1853, p. 5), em outras palavras, caso alguma revolta não seja resultado de um mau funcionamento no sistema econômico da Inglaterra, pouco provavelmente atingirão o país e o continente europeu.

### ***1.2.3 As relações de China, Pérsia e Europa por Engels***

Este tópico reflete sobre o artigo de Engels,<sup>5</sup> publicado no *New York Daily Tribune*, em 22 de maio de 1857, que já abordara a questão asiática e do mediterrâneo, além da relação entre China, Pérsia e Europa. O artigo não se prende muito a questões de produção ou dominação econômica, como os textos de Marx. Esse artigo é uma análise com características mais militares quanto às guerras de resistência contra o domínio colonial, em especial o britânico. Existe um elemento no artigo de Engels que também está presente nos artigos de Marx: a questão da dissolução da “Velha China”. O autor também analisa a modernização do exército persa durante o contato com a Europa:

Os oficiais ingleses, franceses, russos haviam empreendido sucessivamente reorganizações do exército persa. [...] O novo exército regular jamais teve ocasião de submeter-se a um teste de sua organização e de sua força no campo de batalha. Suas

---

<sup>5</sup> Ao se deparar com trabalhos sobre o pensamento de Marx e Engels, é possível ver um abandono, por assim dizer, do autor. Friedrich Engels viveu pouco mais de uma década que Karl Marx, organizando o pensamento do companheiro de militância e estudos. É possível perceber na obra de Engels um desenvolvimentismo mais presente, mas mesmo que alguns debates tenham se desenvolvido durante seu tempo de vida, o autor não adentra um campo de mudança em seu pensamento, tal como acontece com Marx. Diante disso, alguns autores, como Kevin B. Anderson, Enrique Dussel e Jean Tible, encobrem o autor e quando o retomam é para fazer uma crítica à posição desenvolvimentista. Existem trabalhos que se preocupam em apresentar Engels de uma forma tão relevante quanto Marx, mas geralmente são trabalhos mais especificados sobre a vida de Friedrich Engels.

façanhas ficaram reduzidas a algumas campanhas contra os curdos, os turcomanos e os afegãos, onde serviu como um tipo de núcleo de reserva à numerosa cavalaria irregular da Pérsia. Esta última enfrentou a dureza do combate real; os regulares, em geral, somente tinham que se impor ao inimigo com suas formações formidáveis apenas na aparência. E finalmente, estourou a guerra contra a Inglaterra (ENGELS, 1857, p. 1).

A questão civilizatória também está presente no texto, contudo sob um viés um pouco mais crítico. A luta dos chineses pela preservação da “Velha China” e contra os colonizadores é retratada como uma guerra que possui um caráter bárbaro, porém essa incivilidade é fruto da própria atribuição da barbárie aos chineses:

Em suma, em lugar de moralizar sobre as horríveis atrocidades dos chineses, como o faz a cavalheiresca imprensa inglesa, faríamos melhor em reconhecer que se trata de uma guerra *pro aris et focis*, uma guerra nacional pela manutenção da nacionalidade chinesa e, de qualquer modo, uma guerra do povo – malgrado seus todo-poderosos preconceitos, sua douta ignorância e sua pedante barbárie, como queiram. E numa guerra popular os meios empregados pela nação insurgente não podem ser medidos segundo as regras reconhecidas de conduta de uma guerra regular, nem segundo qualquer padrão abstrato, mas segundo o grau de civilização da nação insurgente (ENGELS, 1857, p. 3).

Essas são as principais produções a respeito da periferia asiática de Karl Marx e Friedrich Engels na década de cinquenta do século XIX. Os “pais” do socialismo científico também desenvolveram reflexões sobre a parte mais ocidental do mundo, como é o caso do artigo de Marx sobre Simón Bolívar, escrito por volta de 1857 e publicado no ano seguinte. Importante destacar que este artigo foi redescoberto pelo marxismo em 1935, muitos anos após sua publicação original.

### **1.3. Marx e Bolívar**

Em seu artigo biográfico sobre Simon Bolívar, Marx escreveu logo de início que o líder do movimento independentista latino-americano era advindo da elite crioula da Venezuela e escreve o adjetivo “libertador” entre aspas. Também destaca sua formação europeia, sobretudo na Espanha (MARX, 2008, p. 34). É salientada por Marx a questão governamental e todas as solenidades de Bolívar, quando autoproclamado “Ditador e Libertador das províncias Ocidentais da Venezuela”, criando a “Ordem do Libertador”. Segundo Marx, “formou-se uma tropa de elite que denominou de sua guarda pessoal e se cercou da pompa própria de uma corte” (MARX, 2008, p. 37).

Algo que chama a atenção nesse artigo é o foco na trajetória do governo estabelecido por Bolívar e sua tentativa de construir legitimidade, ao mesmo tempo em que se confere uma

atenção secundária à independência da América sob o domínio espanhol. Em uma passagem, Marx relata que, em 1814, é convocada uma assembleia geral, composta por pessoas influentes de Caracas, com o objetivo de fortalecer o poder do governo descrito como “cambaleante” (MARX, 2008, p. 38).

Ao longo do texto, é apresentado o contato que Bolívar teve com outros países caribenhos, como o Haiti. O que poderia ter sido encarado como eixo geográfico de troca de ideias e comunicação dentro da América Latina é visto por Marx como um mero acordo de libertação de escravos por parte de Bolívar em promessa ao Haiti que, em contrapartida, garantiria reforços para a empreitada contra os espanhóis na Venezuela (MARX, 2008, p. 43). Com a libertação das pessoas escravizadas por Bolívar, seu exército passou de 650 homens para 800 e logo o líder divulga um manifesto em que propunha “exterminar os tiranos” e convocar o povo a indicar seus representantes no congresso.

Alguns dos pontos negativos que Marx levanta sobre Bolívar são suas fugas ao exterior após fracassos em batalhas e a formação de instâncias de deliberações nas quais o líder venezuelano se coloca como dirigente (MARX, 2008, p. 44). Além do mais, a visão negativa em relação à figura de Simón Bolívar está presente na comparação com Napoleão. Segundo Marx, a constituição criada pelo código bolivariano era “um arremedo do código Napoleônico”. Alusões à análise do *18 Brumário* se repetem mais algumas vezes ao longo do artigo.

Ao final do texto, Marx reafirma essas posições sobre Bolívar e suas retiradas e fracassos, apontando como exemplo a separação da Colômbia da Venezuela e o combate entre Páez<sup>6</sup> e o Libertador, que representava os interesses do senado colombiano. Além dessas críticas, Marx trata do episódio no qual, devido à pressão no território colombiano, o Libertador se vê forçado a ir para o exterior, mas posterga sua saída até 1830, justamente quando falece (MARX, 2008, p. 55).

### ***1.3.1 Raça e revolução***

A relação entre capitalismo e colonialismo não são dissociáveis. Tanto nas passagens do manifesto, quanto nos escritos de *O Capital*, ou nas próprias cartas analisadas anteriormente, a relação entre metrópole e colônia está sendo tratada, mesmo quando de forma favorável à colonização. O processo colonizador iniciado na América fez eclodir novas relações de raça,

---

<sup>6</sup> José Antonio Páez Comandante foi um político venezuelano do movimento de independência contra os espanhóis. Chegou a ser presidente da Venezuela por três mandatos.

servidão e escravidão. Segundo Aníbal Quijano, em *Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina* (2005), o conceito de raça é construído a fim de separar conquistadores europeus e conquistados nativos americanos, e depois de outros continentes, por meio de traços fenotípicos. Sendo assim, as classificações de europeu, africano, asiático e americano foram ganhando elementos raciais que iam além de localizações geográficas (QUIJANO, 2005, p. 107).

O processo de categorização em raça, nunca estabelecido antes no mundo até o início do processo de dominação da América, cria no continente conquistado novas identidades como negros, índios, mestiços e ao mesmo tempo constrói a identidade branca/europeia. Não existia uma unidade de reconhecimento de povos indígenas ou negros até então, já que o seu reconhecimento estava relacionado a tribos, clãs ou agrupamentos. As categorias “índio” e “negro” surgem, pois, com o avanço da modernidade e são imediatamente postas como inferiores aos brancos como uma das justificativas para o trabalho escravo.

O mundo, incluindo a Europa, já conhecia processos de escravidão, servidão e trabalho. Contudo, esses termos ganham significados totalmente novos nas Américas:

Em tal contexto, cada umas dessas formas de controle do trabalho não era uma mera extensão de seus antecedentes históricos. Todas eram histórica e sociologicamente novas. Em primeiro lugar, porque foram deliberadamente estabelecidas e organizadas para produzir mercadorias para o mercado mundial. Em segundo lugar, porque não existiam apenas de maneira simultânea no mesmo espaço/tempo, mas todas e cada uma articuladas com o capital e com seu mercado, e por esse meio entre si. Configuraram assim um novo padrão global de controle do trabalho, por sua vez um novo elemento fundamental de um novo padrão de poder, do qual eram conjunta e individualmente dependentes histórico-estruturalmente. Isto É, não apenas por seu lugar e função como partes subordinadas de uma totalidade, mas também porque sem perder suas respectivas características e sem prejuízo das descontinuidades de suas relações com a ordem conjunta e consigo mesmas, seu movimento histórico dependia desse momento em diante de seu pertencimento ao padrão global de poder. Em terceiro lugar, e como consequência, para preencher as novas funções cada uma delas desenvolveu novos traços e novas configurações histórico-estruturais (QUIJANO, 2005, p. 108).

É construída então uma divisão racial do trabalho. Porém, por mais que as questões de raça e trabalho fossem colocadas de forma unida, os dois não dependiam um do outro para existir ou se modificar, segundo Quijano (2005). Com o avanço do colonialismo na África e Ásia, posteriormente, o mundo foi sendo dividido e organizado dentro dessa estrutura de raça e trabalho, e novas divisões e subdivisões raciais foram sendo fomentadas. Com isso, a exploração capitalista ganha um novo refinamento fora da Europa por meio da exploração por raça (QUIJANO, 2005, p. 109).

As análises marxianas estavam atentas a esse movimento entre raça e capitalismo, levando Marx a escrever artigos a esse respeito, em sua maioria publicada no *Die Press* de forma mais constante em 1861, além de trocar cartas com Engels a respeito da Guerra Civil Americana. O posicionamento de Marx era abertamente em favor do Norte; aliás, mais do que se posicionar em favor do norte, Marx era a favor dos abolicionistas radicais e criticava posições moderadas como a do presidente Abraham Lincoln (ANDERSON, 2019, p. 138).

Os textos marxianos sobre a guerra civil carregam em si a intersecção entre raça e classe, porém, segundo Kevin B. Anderson, em *Marx nas Margens* (2019), esses textos foram colocados de forma marginal, pois aparentemente não estavam ligados às questões centrais de Marx, segundo a visão dos marxistas. Esses textos foram redescobertos somente em 1930, quando a união entre trabalhadores brancos e negros se fortificou, provavelmente advinda da depressão que ocorria nos EUA durante década de trinta.

Antes mesmo da publicação do *Manifesto do Partido Comunista* e das análises coloniais durante a década de cinquenta do século XIX, Marx já se debruçava sobre a questão racial e a construção do capitalismo em 1846, quando sugeriu que a escravidão e o capitalismo estavam intimamente ligados (ANDERSON, 2019, p. 143). Em uma crítica a Proudhon, posteriormente refinada em *A miséria da Filosofia* (1847), Karl Marx argumenta que o avanço da industrialização não existiria sem o processo de escravidão, pois este gerava valor às colônias e criava as relações do comércio mundial. Segundo as palavras do próprio Marx, “a escravidão é, portanto, uma categoria econômica de importância fundamental”.

A temática da escravidão no chamado Novo Mundo ganha mais vigor no pensamento de Marx com a Guerra Civil, segundo Kevin Anderson (2019). Além disso, os posicionamentos marxianos são firmemente a favor do abolicionismo, posição não inteiramente compartilhada por todo movimento socialista (ANDERSON, 2019, p. 144). O movimento abolicionista na visão de Marx não partia somente de uma classe política esclarecida ou de sujeitos alheios à vivência real da escravidão, mas de movimentações de revolucionários afro-americanos<sup>7</sup>.

Abraham Lincoln foi eleito presidente dos Estados Unidos em 1861, e no mesmo ano a tensão entre o Norte e o Sul do país aumentou, fazendo com que as atenções de Engels e Marx se voltassem ao continente e ao tema da escravidão. Segundo a visão de Marx, o Sul tinha a vantagem inicial no conflito, contudo o Norte poderia usar “sua melhor carta”: a “revolução escrava”, por meio de incitação a levantes escravos e utilizando soldados negros nas fileiras do exército do norte (ANDERSON, 2019, p. 146).

---

<sup>7</sup> Ver citação na página 146 do livro *Marx nas Margens* (2019).

O potencial revolucionário do Norte estava colocado enquanto possibilidade para Marx, e era justamente na radicalização do processo abolicionista que estava a vantagem do Norte sobre o Sul. Ainda segundo Marx o fanatismo do Sul sobre a escravidão avançava sobre as Concessões e fracas posições do Norte (ANDERSON, 2019, p. 148). Além disso, os interesses do Sul eram, para Marx, uma dominação também do Norte do Estados Unidos, no qual a reorganização capitalista se daria sobre um regime escravocrata na qual “a classe trabalhadora branca seria rebaixada ao nível de servidão” (ANDERSON, 2019, p. 150).

Posteriormente, em 1862, pós batalha de Antietam, a vitória da União (Norte) sobre os Confederados (Sul) fez com que a ofensiva confederada recuasse, e pouco dias depois, o então presidente estadunidense Lincoln fez a Proclamação de Emancipação preliminar<sup>8</sup>, que fez com que todos os escravos aprisionados nos estados rebeldes fossem libertados a partir de 1863 (ANDERSON, 2019, p. 167). Isso fez com que a posição negativa sobre Lincoln fosse revista por Marx, contudo ele reconhece que a mudança das posturas do então presidente norte-americano advinha de pressões. Isso demonstra que Marx estava correto ao ver a radicalização da abolição como elemento catalizador da vitória do Norte. Contudo, a “revolução escrava” acabou não ocorrendo.

No final do ano de 1864, ocorre o discurso inaugural da Associação Internacional dos Trabalhadores (Primeira Internacional), onde militantes que atuaram em favor da união na guerra civil estavam em cargos de liderança (ANDERSON, 2019, p. 175). Em sua fala na Primeira internacional, Marx salienta sua solidariedade aos trabalhadores ingleses<sup>9</sup> e suas pressões sobre o governo britânico, as quais fizeram com que a perpetuação da escravidão no novo mundo não ocorresse (ANDERSON, 2019, p. 175).

É possível entender que existe uma preocupação sobre raça quando Marx trata do Novo Mundo. Como descrito por Quijano (2005), os modernos conceitos de divisão de raça apareceram nas Américas, em especial na América do Sul. Assim sendo, não é possível fazer uma análise da realidade social do continente sem enxergar a intersecção de raça e classe. Esses textos marxianos, que por um momento foram postos à margem do pensamento de Marx e dos marxistas, abrem novas possibilidades para se pensar Marx e as lutas presentes em outros continentes e países, como é o caso da América Latina.

---

<sup>8</sup> Em cartas trocadas com Marx, Engels afirmava a incapacidade do Norte de se colocar de forma clara contra a escravidão. Engels via a possibilidade de vitória da União de forma mais cética. Ver o livro *Escritos Militares de Engels* (2021).

<sup>9</sup> Ver a subdivisão “A Guerra Civil e a divisão de classes na Inglaterra: o movimento contra a intervenção”, presente no capítulo 3 do livro *Marx nas Margens*, de Kevin B Anderson (2019).

### ***1.3.2 Marxianismo e América Indígena***

A partir dos documentos analisados anteriormente, é possível perceber uma preocupação de Marx e Engels com assuntos fora do centro capitalista. Mas por que esse interesse se manifesta? Segundo Jean Tible, em seu livro *Marx Selvagem* (2017), as análises de Marx e Engels vão em busca de abordar os diferentes estágios de desenvolvimento em outras sociedades e com isso as diferentes formas de propriedade estabelecidas (TIBLE, 2017, p. 55).

Porém, a questão do pensamento de Marx não se resume à análise dos estágios de transição para o capitalismo. Num primeiro momento, em meados do século XIX, é possível perceber um pensamento marxiano mais eurocêntrico, porém, segundo Tible, Marx e seu pensamento foram modificados a partir de seu contato com as lutas dentro e fora a Europa (TIBLE, 2017, p. 28). Assim, observa-se um movimento de maturação das posições de Marx e Engels, não somente sobre o colonialismo, mas também sobre formas de organização da propriedade que estão fora da organização moderna de propriedade privada. A grande potência do pensamento marxiano é justamente sua capacidade de contato com as lutas de transformação social. Nesse sentido, Jean Tible constrói um dos fios condutores de sua pesquisa:

A pergunta que orienta este diálogo – entre Marx e América Indígena – é que relação entre o conceito de abolição do Estado, elaborado por Marx, e o de sociedade contra o Estado, trabalhado por Clastres. Intui-se um potencial teórico e tal questão é central, por ser o Estado uma instituição chave para apreensão do nosso modo de organização política e suas relações sociais (TIBLE, 2017, p. 29).

Um grande diálogo entre Marx e América Latina é construído por José Carlos Mariátegui. O pensador latino-americano propõe a construção da transformação do Peru de forma jamais vista ao apresentar um socialismo indo-americano (TIBLE, 2017, p. 34). Nele, o pensamento nacionalista e indigenista estava mais interligado com uma leitura totalmente original do marxianismo, e ao mesmo tempo se descolando de uma leitura mais tradicional do movimento marxista.

Para Mariátegui, o movimento republicano peruano não conseguiu se separar do pensamento colonial, fazendo com que o povo peruano se reconhecesse pela conquista (MARIÁTEGUI, 2021, p. 53), além de criar um país onde a população indígena, que representava três quartos da população do país (e, também, grande parte do setor produtivo agrário) fosse excluída e perseguida (TIBLE, 2017, p. 33).

As temáticas elaboradas por Mariátegui serão mais bem aprofundadas no capítulo seguinte, mas por ora cabe colocar que o pensador peruano conseguiu observar a potência de Marx e utilizá-la para pensar uma questão referente ao Peru e a América Latina. A base para a construção do socialismo indigenista é a inspiração no comunismo agrário inca, “onde a propriedade e os usufrutos da terra eram coletivos, alicerçados no espírito coletivista indígena e em suas tradições comunitárias” (TIBLE, 2017, p. 33).

Assim sendo, a resposta para a transformação do país não está em algo por vir, mas sim nas tradições nacionais ignoradas no processo de formação do Estado. A questão da formação da propriedade privada em Marx foi estruturante para a criação do sujeito revolucionário que seria o proletariado, cabendo assim destacar, a seguir, o que as contribuições marxianas dizem respeito da propriedade privada dentro e fora da Europa.

#### **1.4 A questão da propriedade privada**

Entre os escritos de Marx que abordam os temas da propriedade privada, do colonialismo e de periferia, podem-se destacar os dois capítulos finais d’*O Capital V.I*, que tratam da propriedade privada e da sua construção histórica e da teoria moderna da colonização, que, por sua vez, aborda a questão da propriedade privada fora da Europa.

Escrito em 1867, o primeiro volume d’*O Capital* ajuda a compreender como Marx enxergava a propriedade privada e sua constituição. Contudo, há também cartas de Friedrich Engels a respeito do desenvolvimento capitalista, da burguesia, da revolução e da questão russa. Adentrando mais à questão russa e à questão da propriedade privada, ou a ausência dela, também é possível destacar mais alguns escritos pertinentes, como os prefácios russos das edições do *Manifesto do Partido Comunista* e as cartas de Marx à revolucionária russa Vera Zaslitch, nas quais se discutem a função ou não da comuna agrária russa para a revolução.<sup>10</sup>

A transição para o sistema econômico capitalista, como demonstra o autor, vai muito além do que aquilo que ele considera como uma visão reducionista dos historiadores burgueses, que a enxergavam como uma transição de produção. No capítulo da assim chamada “acumulação primitiva”, são analisados os reais impactos para a formação da sociedade moderna britânica como a expropriação dos camponeses, a legislação contra a vadiagem, as leis para o rebaixamento salarial, a formação do mercado interno e do capital industrial.

---

<sup>10</sup> Vera Ivanovna. Carta a Karl Marx, 16 de fevereiro de 1881, Genebra. Rua de Lausanne, n.49 L’Imprimerie Polonaise. In: MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **Lutas de Classe na Rússia**.

O prelúdio da revolução que criou a base do modo capitalista de produção ocorreu no último terço do século XV e nas primeiras décadas do século XVI [...] Oportunizando-se arrogantemente ao Rei e ao Parlamento, o grande senhor feudal criou um proletariado incomparavelmente maior, usurpando as terras comuns e expulsando os camponeses das terras, os quais possuíam direitos sobre elas, baseados, como os do próprio senhor, nos mesmos institutos feudais. O florescimento da manufatura de lã, com elevação consequente dos preços da lã, impulsionou diretamente essas violências na Inglaterra (MARX, 1980, p. 833).

Sobre a relação de propriedade entre a terra e o camponês, o capítulo descreve que, até o século XVII, existiam copropriedades da terra, e que os *yeomanry* (camponeses independentes) viviam e trabalhavam em propriedades comunais até o ano de 1750, aproximadamente. Como dito anteriormente, o campo legislativo tinha se colocado como a forma mais amena de desapropriação de terras, porém no século XVII a situação muda:

O progresso do século XVIII consiste em ter tornado a própria lei veículo do roubo de terras pertencentes ao povo, embora os grandes empregassem simultânea e independentemente seus pequenos métodos particulares. O roubo assume a forma parlamentar que lhe dão as leis relativas ao cercamento das terras comuns, ou melhor, os decretos com que os senhores das terras se presenteiam com os bens que pertencem ao povo, tornando-os sua propriedade particular, decretos de expropriação do povo (MARX, 1980, p. 841).

No século XIX, o processo de tomada da terra continuou. Como constata Karl Marx, “em 1825, os 15000 aborígenes gaélicos estavam substituídos por 131000 ovelhas” (1980, p. 847). Além da expulsão de camponeses e de comunidades originárias de suas terras, a burguesia contou com o aparelho legislativo para impor a educação ao trabalho aos despossuídos que chegavam às cidades, cada vez mais cheias de pessoas marginalizadas.

Segundo a lei de Henrique VIII, datada de 1530, mendigos, velhos e pessoas incapazes de trabalhar tinham direito a uma licença para pedir esmola. O importante a se destacar é que a escravatura nesse momento já estava baseada nos termos modernos de propriedade e trabalho. Em 1597, Elizabeth declara que mendigos com mais de quatorze anos serão flagelados e terão as orelhas marcadas.<sup>11</sup>

Além da legislação sanguinária e do grande exército de contingência de trabalhadores, outro fator importante que Marx aponta em relação ao processo de acumulação primitiva<sup>12</sup> é a

---

<sup>11</sup> As legislações destinadas a punir e doutrinar os camponeses expropriados pode ser encontrada na terceira parte do capítulo 24 de *O capital: crítica à economia política* de Karl Marx. Ver páginas 851- 859.

<sup>12</sup> Ao falar de acumulação primitiva em Marx se deve ter como princípio a crítica de Karl Marx à concepção de acumulação primitiva presente nos economistas clássicos. Para esses economistas, a posição de donos de meios de produção estava ocupada devido a ações ligadas à economia de dinheiro e valores morais, e essa visão é desconstruída em *O capital*. Para Marx, o conceito é atribuído ao saque de terras da igreja, processo de colonização e escravidão ministrado pela Europa, um dos pilares para a assim chamada acumulação primitiva; outro fator importante é o processo de “libertação”, através do cerco de terras, dos camponeses. Com as terras confiscadas, os trabalhadores passaram a ser explorados e doutrinados através dos moldes de produção capitalista. De forma

força do Estado para garantir a regulamentação de baixos salários e extensas horas de trabalho, combinadas com punições severas e uma espécie de caça às organizações de trabalhadores (MARX, 1980, p. 855). Até 1871, essas leis estavam em voga na Inglaterra devido à “ameaça do proletariado”, de acordo com o autor.

Ademais, Marx faz uma análise sobre o que ocorria fora das legislações e desapropriações na Europa. Nesse sentido, o processo de colonização não é ignorado por Marx, que o coloca também como parte fundamental do processo de acumulação primitiva.

As descobertas de ouro e prata na América, o extermínio, a escravidão das populações indígenas, forçadas a trabalhar no interior das minas, o início da conquista e pilhagem das Índias Orientais e a transformação da África num vasto campo de caçada lucrativa são os acontecimentos que marcam os albores da era de produção capitalista (MARX, 1980, p. 868).

No capítulo 24 de *O Capital V.I*, o autor aponta que o processo de colonização estava intimamente ligado ao capitalismo na Europa. Por meio da pilhagem, escravidão e massacre, o que era extraído das colônias se transformava em capital (MARX, 1980, p. 871). No final do capítulo, Marx faz breves reflexões a respeito do processo de acumulação primitiva.

É destacado como o processo de acumulação e centralização do capital é uma tendência sistêmica (MARX, 1980, p. 881). Finalizando o capítulo, Marx defende que a grande questão agora é a desapropriação de poucos usurpadores pela massa do povo.

No último capítulo de *O Capital V.I*, intitulado *A Teoria Moderna da Colonização*, Marx aborda a questão do desenvolvimento capitalista fora da Europa Ocidental, especialmente o desenvolvimento capitalista nas colônias, onde havia uma ausência da propriedade privada e conseqüentemente de uma mão-de-obra livre (MARX, 1980, p. 884). Ao longo do capítulo, são feitas muitas referências a Edward Gibbon Wakefield, que encabeçava alguns processos de colonização em lugares como Austrália e Nova Zelândia. As referências começam afirmando que o desenvolvimento do sistema assalariado de trabalho nas colônias se tratava de uma “colonização sistêmica”.

Ao analisar as reflexões do colonizador, o autor de *O Capital* mostra a percepção de que não basta uma circulação de dinheiro, meios de subsistência e máquinas para que se tenha um processo econômico capitalista. O grande elemento da questão é a relação trabalho e salário, na qual o trabalhador “é forçado a vender-se a si mesmo voluntariamente” (MARX, 1980, p. 884). Uma das observações e críticas de Marx aos economistas políticos de sua época é que a alma

---

resumida, esse processo consiste na espoliação dos trabalhadores e na conversão de seus meios de subsistência em capital. A historiadora Virginia Fontes deu uma entrevista para a editora Boitempo sobre esse conceito, para mais detalhes, acesse <https://www.youtube.com/watch?v=odEH0AEFMvc>.

do sistema capitalista – diferentemente do que acreditava a maioria – não está nos meios de subsistência do capital e sim na relação exploratória que estabelece sobre o trabalhador. Segundo o autor, “o capital não é uma coisa, mas uma relação social entre pessoas, efetivada através de coisas” (MARX, 1980, p. 885).

Marx estabelece que, nas colônias, por não possuírem estruturas como a propriedade privada e trabalhadores livres, o processo de produção é voltado para si mesmo:

Quando o trabalhador, portanto pode acumular para si mesmo o que pode fazer quando é proprietário de seus meios de produção, é impossível a acumulação capitalista e o modo de produção capitalista, falta para isso a imprescindível classe dos assalariados. (MARX, 1980, p. 886).

A questão sobre a produção e reprodução do capital nas colônias foi tão emblemática que até os colonizadores da Europa importaram para suas colônias os trabalhadores e máquinas para que fosse possível a reprodução do sistema, ou seja, importaram seus próprios antagonistas (MARX, 1980, p. 890). Ao final do capítulo, o autor propõe soluções para a “doença anticapitalista”. Primeiramente, ele fala em transformar toda a terra das colônias em propriedade privada, mas assim as colônias seriam destruídas também. A outra proposta é aumentar o preço das terras para que assalariados comuns não possam se tornar agricultores independentes. Por fim, o autor defende que a desapropriação do trabalhador é a regra fundamental para o capitalismo.

A relação com a nova organização econômica e social de propriedade pode ser observada também em outro exemplo de Marx: o livro *Os despossuídos* (1842), onde está presente o debate sobre propriedade e furto. O livro de Marx, entre outros assuntos, se desdobra sobre a questão de a retirada de madeira das árvores caídas em propriedades privadas ser enxergada como roubo. Sobre o tema, conclui o pensador alemão:

A ligação natural com a propriedade foi substituída pela ligação artificial. Portanto, quem furta madeira cortada furtada da propriedade. No caso da madeira caída no chão, em contraposição, nada é tirado da propriedade. Tira-se da propriedade o que já foi tirado dela, a grade questão ‘é a distinção moderna e privado e público e sua aplicação ao direito à propriedade’ (MARX, 2015, p. 20).

Os processos de luta contra o cercamento foram pautados por uma ideia de legitimidade, pois os camponeses defendiam costumes e tradições advindas do antigo sistema de reprodução (feudalismo). Nesse contexto, a legislação sobre a propriedade transitava na dualidade entre possuidores e não possuidores (MARX, 2015, p. 25). Importante ressaltar que, no processo de separação entre meios de produção e trabalhadores, o sentido de propriedade é alterado, pois,

no primeiro momento, a propriedade individual é aquilo que garante os direitos individuais do ser enquanto cidadão, enquanto, no segundo, ela representa o direito de apropriação privativa dos meios de produção (MARX, 2015, p. 39).

O desenvolvimento da discussão sobre a função da propriedade privada para a sociedade ou até mesmo uma transformação dela será um profundo debate nas obras de Marx e Engels. Cabe chamar a atenção para as perspectivas em torno de um desenvolvimento revolucionário fora de padrões puramente capitalistas e industriais, mas por meio de uma relação agrária e comunitária que é desenvolvida na Rússia antes de sua revolução socialista.

#### ***1.4.1 Rússia e a comuna rural***

Uma das grandes questões revolucionárias presentes nas cartas e artigos de Marx e Engels era a Rússia. A relação entre o Czarismo e os camponeses estava apontando, segundo as análises dos pensadores no livro *Lutas de classes na Rússia* (uma compilação de artigos e cartas de Karl Marx e Friedrich Engels), para uma revolta camponesa. A grande discussão a respeito dessa possível revolta era o caráter do levante popular e se esse poderia ou não assumir dimensões socialistas.

Primeiramente, cabe expressar a visão de Engels sobre a questão russa. Entre 1870 e 1875, o autor se debruça em análises sobre a questão revolucionária na Europa e também na Rússia. Algumas dessas análises foram desenvolvidas para o jornal *Der Volksstaat* (O Estado Nacional). O primeiro artigo a se destacar é a tréplica de Engels a Piotr Nikititch Tkatchovy, o qual, numa carta aberta e sob uma perspectiva anarquista bakuniana<sup>13</sup>, criticou as contribuições de Engels para o debate nacional russo. Em resposta, foi redigida uma acalorada carta com muitos elementos importantes a se destacar.

O grande debate contido na resposta redigida é sobre a questão czarista e a crítica ao caminho revolucionário desenvolvido pela literatura anarquista. A expectativa de que um levante popular na Rússia acontecesse tinha uma importância para a Europa muito mais valiosa

---

<sup>13</sup> Mikhail Bakunin (1814-1876) é um dos grandes nomes do movimento anarquista. O termo socialismo, no século XIX, não era atribuído exclusivamente às ideias de Marx e Engels. Existiam os socialistas utópicos, como Saint-Simon e Charles Fourier; os socialistas científicos, como Karl Marx e Friedrich Engels; e os socialistas libertários, como Mikhail Bakunin, que era muito ligado a Joseph Proudhon. A participação na AIT foi marcada por tensões entre Marx e Bakunin. Marx teria maior influência em países europeus como Inglaterra e Alemanha, e Bakunin em países como Espanha e Itália, isso pode dar pistas da influência anarquista na América Latina durante o século XIX. Em 1863, Bakunin se declarou abertamente anarquista, e após alguns anos, em 1872, foi expulso da AIT. Em resposta à construção do socialismo via Estado de Karl Marx, Bakunin defendia o anarquismo coletivista, quando o Estado deveria ser substituído por organizações federalistas de trabalhadores.

do que a questão russa em si mesma. Nesse sentido, Engels começa sua análise dizendo: “a evolução dos eventos na Rússia se reveste da maior importância para a classe trabalhadora alemã” (ENGELS; MARX, 2015, p. 34), colocando o czar russo no campo reacionário. Isso, por sua vez, teria acabado com a revolução húngara em 1849, reestabelecendo, no ano seguinte, o “velho” parlamento alemão. Ainda segundo Engels:

Nenhuma revolução poderá obter a vitória definitiva na Europa ocidental enquanto ao seu lado existir o vizinho russo. Sendo, porém, a Alemanha seu vizinho mais próximo, é ela que sentirá o primeiro impacto dos exércitos reacionários russos. A derrubada do Estado czarista russo e a destituição de seu império constituem, portanto, uma das primeiras condições para a vitória definitiva do proletariado “alemão” reveste da maior importância para a classe trabalhadora alemã (ENGELS; MARX, 2015, p. 34).

A segunda parte da carta retrata a questão revolucionária. Tkatchovy acusa Engels de não conhecer a realidade russa, além de apontar que o caminho da transformação do país se encontra em um caminho mais fácil devido à ausência da burguesia, fazendo com que os camponeses não tenham que enfrentar o poder econômico (ENGELS; MARX, 2015, p. 37). A isso Engels responde:

A revolução almejada pelo socialismo moderno é, sucintamente, a vitória do proletariado contra a burguesia e a reorganização da sociedade mediante a anulação das diferenças de classes. Para tanto, é preciso que haja não só um proletariado capaz de realizar essa revolução, mas também de uma burguesia, em cujas mãos as forças produtivas da sociedade se desenvolveram a ponto de permitir a anulação definitiva da diferença de classes (ENGELS; MARX, 2015, p. 37).

Aprofundando mais o debate sobre uma revolução na Rússia, Tkatchovy defende que a revolução será de cunho socialista, pois os russos possuem a propriedade comunal da terra (ENGELS; MARX, 2015, p. 43). Segundo Engels, esse tipo de propriedade tem como base a cooperação entre os trabalhadores, incluindo instâncias de eleições e deliberações entre eles. Sobre a relação entre *artel* e socialismo, é salientado:

A preponderância dessa forma na Rússia comprova, em todo caso, a existência de um forte impulso associativo entre seu povo, mas nem de longe comprova sua capacitação para, com a ajuda desse impulso, saltar sem mais nem menos do *artel* para a ordem socialista. Para isso requer antes de tudo, que o próprio *artel* seja capaz de evoluir despidendo-se da sua forma natural-espontânea – na qual como vimos serve menos aos trabalhadores do que o capital – e elevando-se no mínimo posição das sociedades cooperativas da Europa ocidental. (ENGELS; MARX, 2015, p. 46).

Em continuidade ao debate quanto ao caráter da comuna rural russa, Engels afirma que a existência de uma comuna agrária é uma forma atrasada de desenvolvimento (ENGELS; MARX, 2015, p. 49). Cabe lembrar que, no processo de acumulação primitiva, Marx aponta

para a desapropriação de aborígenes na Inglaterra. Na resposta a Tkatchovy, Engels fala que a visão de mundo do camponês russo limitava-se ao *mir* (ENGELS; MARX, 2015, p. 51) e que assuntos externos ao *mir* somente eram relevantes na medida em que interferiam na própria vida da comuna.

O autor salienta que havia desigualdade de renda entre os camponeses, e muitas vezes os moradores do *mir* abandonavam suas terras principalmente depois da dissolução da servidão (ENGELS; MARX, 2015, p. 52). Engels também defende que a comuna russa poderia evoluir para uma etapa superior de transformação, mas que isso dependeria de uma revolução na Europa ocidental antes de a comuna se deteriorar naturalmente com o avanço econômico (ENGELS; MARX, 2015, p. 53). Finalizando a carta, Engels afirma que a Rússia passava por uma situação revolucionária e ressalta a importância de uma revolução naquele país para a Europa Ocidental.

Nos escritos de Engels, há um evolucionismo presente, no qual os estágios de diferentes sociedades fora Europa ocidentais são postos em uma única linha de desenvolvimento que separa os primitivos dos civilizados e dos modelos clássicos de propriedade que não correspondem exatamente ao modelo europeu de desenvolvimento. Primeiro, haveria a sociedade pré-histórica, posteriormente, a feudal, transformada pelo capitalismo, e, em seguida, seria constituída a sociedade socialista. A grande questão de se notar no pensamento de Marx e Engels é uma virada epistemológica em sua percepção sobre modos de produção não-capitalistas. Ao afirmar que é possível uma revolução pelo *mir* russo, formas de propriedade colocadas antes como “atrasadas” ganham potência revolucionária à luz da visão do marxianismo. (MARX; ENGELS, 2015, p. 42).

Em 1882, após as respostas de Engels ao revolucionário russo, é lançada a segunda edição russa do *Manifesto do Partido Comunista*. Juntos, Karl Marx e Friedrich Engels escreveram o prefácio que continham elementos da resposta a Tkatchovy, como na reafirmação do caráter reacionário do governo czarista. No entanto, novos elementos também aparecem, como a questão da imigração europeia para os Estados Unidos, que possibilitou a quebra do monopólio comercial ocidental europeu. Sobre a Rússia, o texto afirma:

O *Manifesto Comunista* tinha, por objetivo, a proclamação da inevitável e iminente dissolução da propriedade burguesa moderna. Mas a Rússia encontramos, face à agricultura capitalista em rápido florescimento e à propriedade burguesa da terra que agora começa a se desenvolver, mais da metade do solo na posse comunitária dos camponeses. A questão agora é: poderá a *Obshchina* [comunidade rural] russa, apesar de gravemente debilitada, ainda na forma primitiva de propriedade comum do solo, passar diretamente à forma superior da propriedade comunitária comunista? Ou, pelo

contrário, terá de passar primeiro pelo mesmo processo de dissolução que constitui a evolução histórica no ocidente? (ENGELS; MARX, 2015, p. 42).

No encerramento do prefácio, os autores apontam que, caso a revolução proletária russa se tornasse um farol para a revolução no ocidente<sup>14</sup>, a comuna russa poderia se tornar um ponto de partida para o desenvolvimento comunista (ENGELS; MARX, 2015, p. 42). Após as considerações de Engels e o prefácio escrito com seu companheiro, cabe ressaltar as considerações de Marx sobre a Rússia.

O primeiro contato de Marx com a Rússia é através de Nikolai Danielson, economista populista. Marx, por incentivo do economista, começa a estudar formas comunais de propriedade, tendo contato com revolucionários russos. O fundador do comunismo moderno aprende a língua desses revolucionários e preenche mais de trinta mil páginas de anotações (TIBLE, 2017, p. 74).

A revolucionária russa Vera Zaslitch também troca cartas com Marx a respeito da comuna agrária russa. O primeiro livro d'*O Capital*, em especial no capítulo referente à acumulação primitiva, representava para os revolucionários russos uma questão de “vida ou morte”, pois a atuação dentro do movimento revolucionário russo girava em torno do *mir* (TIBLE, 2017, p. 78). Segundo a carta de Zaslitch:

[..] A meu ver trata-se de uma questão de vida ou morte, sobretudo para nosso partido socialista. Do posicionamento de vossa parte sobre essa questão depende até mesmo o nosso destino pessoal como socialistas revolucionários [...] Mas se, pelo contrário, a comuna está destinada a perecer, ao socialista como tal não resta outra coisa senão dedicar-se a cálculos mais ou menos mal fundamentados para descobrir em quantas dezenas de anos, talvez, o capitalismo atingirá na Rússia um desenvolvimento comparável ao da Europa Ocidental. (ENGELS; MARX, 2015, p. 79).

A argumentação da socialista russa traz elementos de comparação entre Rússia e Europa Ocidental. Nessa carta, não foram trabalhados conceitos como desenvolvimento capitalista desigual, periferia capitalista ou cooperação antagônica. No entanto, é possível perceber que as condições materiais e históricas do desenvolvimento capitalista não possuem um desenvolvimento totalmente uniforme.

Retomando o conteúdo dessas cartas, perceber onde elas se encontram no espaço e tempo é intrigante. Na edição do livro da Editora Boitempo *Lutas de Classes na Rússia*, a autoria é atribuída a Marx e Engels, porém, como dito anteriormente, esse livro possui cartas

---

<sup>14</sup> A perspectiva sobre o *mir* e sua potência transformadora está ligada a uma ideia de revolução na Europa ocidental que levaria a uma revolução mundial. Esse posicionamento está presente em Marx e Engels, quando os autores enxergam o regime do czarista como elemento reacionário na dinâmica europeia.

de interlocutores de Marx e Engels. Há um capítulo de autoria de David Riazanov, que, por sua vez, comenta a troca de cartas entre Marx e Zasulich.

O historiador soviético Riazanov destaca no texto que, em 1911, quando organizava os escritos do próprio Marx, encontrou papéis rasurados que pareciam respostas para a carta de Zasulich, escrita em 16 de fevereiro de 1881 (ENGELS; MARX, 2015, p. 71). Após a Revolução Russa e a primeira Guerra Mundial, em 1923, a versão final da carta foi encontrada sem o endereço e assinatura. David Riazanov aguardou a publicação da última carta escrita por Marx, afirmando: “Resulta que, para os então editores, permanecem desconhecidos os reais motivos dessa carta de Marx, que se referiu à questão tão vivamente discutida pelos círculos revolucionários russos, caiu no esquecimento” (ENGELS; MARX, 2015, p. 71).

Cabe ressaltar que ocorreu uma significativa mudança na ordem mundial naquele momento: a emergência dos Estados Unidos, a Revolução Russa e a Primeira Guerra Mundial marcaram a evolução do marxismo, em especial o desenvolvido na URSS, que lutava para se firmar enquanto primeira nação socialista no globo terrestre.

A resposta definitiva de Marx à carta de 16 de fevereiro de 1881 contém elementos do livro *O capital*, no qual o trecho destacado ressalta que a base do sistema capitalista consiste na separação profunda entre o produtor e o meio de produção, e esse processo se deu pela expropriação dos agricultores. A passagem é finalizada com a afirmação de que tal fenômeno ocorreu de forma radical na Inglaterra, porém países da Europa Ocidental se encaminhavam para o mesmo fim (ENGELS; MARX, 2015, p. 114).

Ao finalizar suas considerações à socialista russa, Marx trata das diferentes transições de propriedades entre a Europa Ocidental e a Rússia, afirmando que:

[...] A análise apresentada n’*O capital* não oferece razões nem a favor nem contra a vitalidade da comuna rural, mas o estudo especial que fiz dessa questão, para o qual busquei os materiais em fontes originais, convenceu-me de que essa comuna é a alavanca [*point d’appui*] de regeneração social da Rússia, mas para que ela possa funcionar como tal, seria necessário, primeiramente, eliminar as influências deletérias que assaltam de todos os lados e então assegurar-lhe as condições normais de um desenvolvimento espontâneo (ENGELS; MARX, 2015, p. 115).

Mas, por que todo esse debate de Marx e Engels interessa para América Latina? Como visto nos escritos e cartas, é possível perceber que não há uma linearidade tampouco uma convergência total entre o pensamento de Marx e Engels. A isso, soma-se o fato de que a construção do pensamento marxista é muito variável a depender dos países da América Latina. É possível destacar como exemplo as grandes diferenças entre o marxismo construído entre o final do século XIX e o início do século XX no Brasil.

Como visto principalmente em Engels, os estágios do capitalismo são fundamentais para se chegar no estágio socialista. Tal percepção é importada pelos marxistas dos países latino-americanos e traduzido em suas realidades como um processo de superação de um capitalismo atrasado, marcado pelo semifeudalíssimo e outras particularidades como o Estado Oligárquico ou Gamonalista, presente em vários países latino-americanos

As leituras que têm potencial para contribuir para um maior entendimento sobre as teorias do semifeudalismo são as de Jose Carlos Mariátegui, autor do conhecido livro *Sete Ensaios de Interpretação da Realidade Peruana*, de 1928, em que ele analisa a formação capitalista do Estado Peruano e a exclusão dos povos originários. Ao invés de fazer uma análise desde uma perspectiva evolucionista, o autor propõe que os próprios sujeitos indígenas são os sujeitos portadores da pulsão transformadora e revolucionária do país.

E assim, mais focado na América Latina e em Mariátegui, o capítulo seguinte abordará um pouco da vida do autor e sua trajetória enquanto produtor de conhecimento, bem como suas preocupações sobre a comunidade indígena e dinâmicas internacionais.

## 2 MARIÁTEGUI, AMÉRICA LATINA E EUROPA

### 2.1 Introdução

Neste capítulo, será apresentado José Carlos Mariátegui, não somente por meio de fatos históricos, mas, especialmente, pelas ideias consolidadas em seus escritos. Também serão analisadas a relação de Mariátegui com o continente latino-americano e sua vivência intelectual na Europa. Muitos estudiosos, como Florestan Fernandes e Lucía Reartes,<sup>15</sup> ao falarem de Mariátegui, o chamam de “primeiro marxista latino-americano<sup>16</sup>”. Mas o que, de fato, o torna o primeiro? Afinal, as palavras “socialismo”, “mobilização” e “revolução” não eram desconhecidas na América Latina, assim como influências anarquistas e de outras organizações operárias já existiam na região no século XIX. Contudo, vale destacar que não necessariamente eram orientadas pelo marxismo. Sendo assim, a apresentação da obra e do pensamento de Mariátegui nos ajuda a entender parte da trajetória de construção do pensamento marxista na América Latina.

Mariátegui nasceu na virada do século XX e, com isso, vivenciou grandes fenômenos mundiais como o desenrolar da segunda Revolução Industrial, a Primeira Guerra Mundial e a ascensão da União Soviética. A intensa dinâmica do século XX contou somente até sua terceira década com Mariátegui, mas apesar da morte prematura, seu pensamento perdura até hoje.

Durante a segunda década do século XX, a produção mariateguiana se destacou por meio de várias publicações em revistas e jornais nas quais o pensador discutiu não somente sobre o marxismo, mas também sobre questões indígenas e até mesmo conjunturas internacionais do mundo socialista. Esses escritos, somados a uma construção pessoal e intelectual, em contatos com outras partes do mundo, fizeram que, no final da década de 1920, dois anos antes da morte de Mariátegui, ocorresse a publicação dos *Sete Ensaios de interpretação da realidade peruana* (1928).

---

<sup>15</sup> Um dos trabalhos de Reartes e Fernandes que abordam JCM são o livro Mariátegui, uma edição especial da Editora Expressão e várias editoras internacionais. O livro de Florestan Fernandes é *A contestação necessária*, editado pela Expressão Popular em 2015.

<sup>16</sup> É inegável que JCM foi um dos precursores do marxismo no continente. Contudo, Carlos Baliño (1848-1926) foi um dos fundadores do Partido Comunista de Cuba, e passou parte de sua vida nos EUA compondo a militância do país. Antes de Mariátegui ter contato com o marxismo, Baliño já organizava células comunistas e organizações com viés marxista. As influências do cubano também estavam ligadas à dinâmica estadunidense, bastante ligada ao sindicalismo. JCM é influenciado por um marxismo mais ligado a dinâmicas culturais, como a de Antonio Gramsci.

Quase cem anos após sua morte, o nome de Mariátegui é impossível de ser contornado. Assim, mesmo que a realidade do Peru, e até mesmo da América Latina, tenha se transformado em diferentes níveis, os ensinamentos de Mariátegui constroem o caminho para o marxismo nos dias de hoje.

## 2.2 O caminho de Amauta

José Carlos Mariátegui nasceu em Moquegua, no Peru, filho de um funcionário público da elite *criolla* e de uma mulher católica, também *criolla* de origem humilde e foi o segundo de cinco filhos (RUBBO; QUERIDO, 2013). Durante o curto período de 35 anos entre 1894 e 1930, o pensador experimentou a intensa dinâmica do começo do século XX, somada a uma vida de estudos desencadeada por um acidente sofrido aos oito anos de idade que privou Mariátegui de uma infância comum, criando assim um dos principais expoentes do marxismo latino-americano.

Logo cedo, em 1909, aos dez anos de idade, Mariátegui começou a trabalhar como ajudante de tipografia em um jornal de Lima chamado *La Prensa*, trabalhando na função de levar redações e textos à casa dos editores dos jornais. E foi dentro do *La Prensa* que a leitura e a escrita de Mariátegui se desenvolveram. Em 1910, foi promovido a corretor das provas e, no ano seguinte publicou o seu primeiro artigo na revista com o pseudônimo Juan Croniquer, começando a colaborar constantemente com as publicações (RUBBO; QUERIDO, 2013).

Trabalhando em um jornal, Mariátegui não somente aprofundou sua leitura e escrita, mas também trabalhou seu olhar sobre as artes, em especial literatura e artes plásticas. Em 1914, começou a produzir escritos nessas áreas para as revistas *Mundo Limeño*, *El Turf e Lulú*.

No ano de 1916, estreou sua obra teatral *Las tapadas*, escrita em conjunto com Julio Baudon<sup>17</sup>. Esse ano foi bastante agitado na vida de Mariátegui, pois além de publicar sua peça teatral, fez um retiro espiritual no Convento dos Descalços (RUBBO; QUERIDO, 2013) e escreveu poemas que seriam posteriormente editados e publicados na revista *Colônida*. Nesse ínterim, a revista em que o autor havia começado sua carreira na escrita entrou em discordância com algumas de suas posições, fazendo com que Mariátegui rompesse com a *La Prensa* e ingressasse na revista *El Tiempo* como redator chefe e cronista parlamentar. Nessa revista, a escrita crítica de Mariátegui foi sendo melhor desenvolvida, especialmente porque na *El Tiempo* existia uma sessão direcionada à análise da política nacional, o que inseriu o escritor peruano

---

<sup>17</sup> Julio Baudoin, ou Julio de la Paz, tinha vários sobrenomes. Foi um importante jornalista, cronista e dramaturgo peruano.

nas questões nacionais de seu país. No mesmo período, também foi lançada uma segunda peça teatral de Mariátegui chamada *La Mariscala*<sup>18</sup>, escrita em conjunto com Abraham Valdelomar.<sup>19</sup> Mariátegui também anunciou nessa época um livro de poesias que acabou nunca sendo publicado.

O ano de 1917 abriu ainda mais caminhos para Jose Carlos Mariátegui, tendo sido eleito presidente do Círculo de Jornalistas de Lima, além de ganhar um concurso literário ocorrido na cidade de Lima (RUBBO; QUERIDO, 2013). No mundo, ocorria a revolução russa comandada pelos bolcheviques, acontecimento que impactaria fortemente a realidade mundial e, também, o pensamento de Mariátegui.

Nos anos seguintes, a palavra socialismo ganhou um peso diferente após sua construção histórica na Rússia, provocando o fortalecimento nas posições políticas de Mariátegui e fazendo com que, em 1918, ele abandonasse o pseudônimo que adotou no *La prensa* (Juan Croniqueur) para, junto a outros autores com alinhamento político semelhante, começar a revista *Nuestra Época*. Um artigo de viés socialista publicado na revista em 1918 fez com que militares se revoltassem e agredissem Mariátegui (RUBBO; QUERIDO, 2013). No mesmo ano, os ventos da revolução bolchevique deram alguns sopros no Peru, fazendo com que a Federação Operária Regional Peruana<sup>20</sup> conseguisse se estruturar mais.

Cada vez mais em contato com as lutas que eram travadas no Peru, Mariátegui apoiou as reivindicações de trabalhadores em greves e o movimentos de reforma universitária. Em 1919, o intelectual ganhou subsídios do governo peruano para ir estudar na Europa, mais especificamente na França, onde teve contato com outros intelectuais, como Henri Barbusse<sup>21</sup>. Nesse mesmo ano, foi à capital da Itália, onde conheceu Ana Chiappe, sua companheira nos demais anos de sua vida.

Em 1920, ocorreu uma transformação nas concepções socialistas de Mariátegui. As perspectivas socialistas, não eram sinônimo de marxismo até 1917, com a Revolução Russa. O

---

<sup>18</sup> Inicialmente a obra era um livro de Valdelomar, a adaptação para o teatro foi escrita junto de Mariátegui. A peça se trata da biografia de Francisca Zubiaga y Bernal que era conhecida como *La Mariscala* ou *Doña Pancha*. Francisca Zubiaga era esposa de Agustín Gamarra Messía, militar que presidiu o Peru em suas lutas de independência. *La Mariscala* acompanhou e participou da vida política peruana durante os governos de seu marido, promovendo a derrota da conspiração do vice-presidente peruano, Antonio Gutiérrez de la Fuente, em 1831. A sua vida acaba devido a uma tuberculose, no Chile, em 1835, aos trinta e um anos de idade.

<sup>19</sup> Valdelomar foi escritor, desenhista, narrador, poeta, ensaísta e dramaturgo. É considerado um dos melhores *cuéntistas* do Peru.

<sup>20</sup> Importante destacar que a organização dos trabalhadores nessa instância não começa em 1919, mas sim em 1912, com influências anarquistas e anarco-sindicalistas

<sup>21</sup> Henri Barbusse foi um escritor francês responsável pelo romance *Le feu*, de 1916. Esse romance é fictício, mas relata elementos reais vividos por Barbusse nas trincheiras de guerra. Posteriormente, o autor francês militaria no movimento comunista.

termo “marxista” em 1880, em países como a França, era designado para o socialismo científico, sendo assim era entendido como uma ala das perspectivas socialistas<sup>22</sup>, em alguns países latino-americanos, como Brasil, o socialismo científico era chamado de “socialismo marxista” (BATALHA, 2014, p. 11). Mesmo após a vitória dos bolcheviques, os ventos de mudança dentro do socialismo demoraram a chegar na América Latina. Uma prova disso é a fundação dos Partidos Comunistas e Socialistas após os anos de 1920. Ainda em sua viagem pela Europa, e ele se tornou correspondente do jornal *El Tiempo*. Nesse mesmo ano, ele se aprofundou nos estudos sobre a teoria marxista, e os jornais mais influentes dentro desse campo passaram pela leitura do autor peruano, como o *L’Ordine Nuovo*, escrito por Antonio Gramsci.

Em 1921, ocorreu na Itália o XVII Congresso do Partido Socialista Italiano, em que parte significativa da organização rompeu com o partido Socialista e formou o Partido Comunista Italiano, cujo quadro contava com o próprio Gramsci. Em 1922, Mariátegui saiu da Itália para visitar não somente países centrais da Europa, como a Alemanha, mas também conheceu Áustria, Hungria, Checoslováquia e Bélgica. Em todos esses países, José Carlos Mariátegui manteve contato com partidos comunistas e o movimento operário. Uma viagem à Rússia era planejada pelo pensador, mas devido à sua saúde frágil, ele acabou retornando ao Peru. Nesse retorno, Mariátegui trouxe consigo diversos acúmulos de suas experiências e contato com o marxismo. (RUBBO, 2018, p. 103).

Em 1923, Mariátegui retomou seus trabalhos editoriais, agora na revista *Claridad*. No ano subsequente, com a saúde bem agravada, teve a perna amputada. Enquanto isso, o movimento político peruano e latino-americano tomava algumas direções importantes, como a reeleição de Augusto Leguía pelo Partido Civil no Peru e a fundação da Aliança Popular Revolucionária Americana (APRA) no México, por Haya dela Torre<sup>23</sup>.

Em 1925, Mariátegui lançou *La escena contemporánea*<sup>24</sup>. Já em 1926, ocorreu a fundação de uma revista responsável por abranger grande parte de suas publicações que levariam a escrever os Sete Ensaios. A revista se chamava *Amauta* (que significa “sábio” em quéchua), e fez que José Carlos Mariátegui fosse apelidado com o mesmo nome (REARTES; ARDILES, 2015).

---

<sup>22</sup> O desenvolver do socialismo científico e as diferenças com o socialismo utópico são muito bem explicadas no livro *Do Socialismo Utópico ao Socialismo Científico*, de Friedrich Engels, publicado em 1880.

<sup>23</sup> Víctor Raúl Haya de la Torre foi um grande articulador político na América Latina e uma figura importante na mobilização popular. Fundou partido de massas e atuaram fortemente dentro da conjuntura latino-americana.

<sup>24</sup> *La escena contemporánea* foi o primeiro livro publicado por José Carlos Mariátegui. O trabalho consistia em compilações de artigos jornalísticos sobre política nacional escritos anteriormente pelo autor peruano.

No início de 1927, o governo de Augusto Leguía passou a perseguir comunistas, trabalhadores e intelectuais e, com isso, a revista *Amauta* foi proibida, voltando a circular em dezembro do mesmo ano. Em 1928, Mariátegui, agora Amauta, se distanciou do fundador da APRA, aproximando-se da Terceira Internacional Comunista<sup>25</sup>. Em outubro do mesmo ano, foi fundado o Partido Socialista do Peru, tendo como secretário geral do partido Amauta.

Nos dois últimos anos de vida de Mariátegui, ocorreram os seguintes eventos:

1929 É fundada a Confederação Geral de Trabalhadores Peruanos, da qual Mariátegui escreve tanto os estatutos quanto seu primeiro manifesto. Em maio, através dos delegados peruanos Hugo Pesce e Julio Pontacarrero, Mariátegui apresenta ao congresso para a constituição da Confederação Sindical Latino-Americana seu projeto sobre “El problema indígena”. Publica seu único texto de ficção La novela y la vida. Siegfried y el profesor Canella, na revista Mundial. 1930 Em 1º de março, durante uma reunião do Comitê Central do PSP, Mariátegui pede demissão do cargo de secretário-geral e indica para substituí-lo Eudocio Ravines. Sua saúde se agrava. Poucos dias depois é internado na Clínica Villarán, onde morre no dia 16 de abril. Em 20 de maio, o PSP se transforma em Partido Comunista do Peru (RUBBO; QUERIDO, 2013, p. 62).

A curta vida de Mariátegui foi tão intensa quanto o início do século XX. Contudo, seu maior feito não reside em um livro ou premiação, mas em apontar que a organização e uma leitura sobre a América Latina aos moldes do marxismo é possível. Sendo assim, a próxima seção irá tratar de escritos que foram produzidos por Mariátegui, fazendo uma ligação deles com as datas e os momentos apresentados.

### **2.3 A produção e as preocupações de Mariátegui**

Mariátegui foi marcado por uma vida de grande dinâmica de produção escrita, seja ela dramaturgical, literária, jornalística ou militante. Aqui, iremos destacar as produções referentes à construção do pensamento crítico latino-americano, abordando para tanto as questões indígenas, marxistas e mundiais cobertas pela obra mariateguiana. O período analisado da produção de Mariátegui vai de 1924 até o restante de sua vida, abrangendo seis anos de trabalho e construção política, quando ele já havia retornado de suas vivências na Europa e se encontrava com a saúde num estado bem debilitado. Suas principais produções intelectuais nesse período se deram na forma de publicações em jornais e livros.

---

<sup>25</sup> A Terceira Internacional Comunista foi fundada em 1919 por Vladimir Lenin e pelo Partido Comunista da União Soviética (PUCS) e se manteve operante até 1943. A Terceira Internacional foi um rompimento com a Segunda Internacional, que, era constituída por Partidos Socialistas que apoiavam as mobilizações da Primeira Guerra Mundial. É importante lembrar que uma das ações de Lenin e os bolcheviques era a retirada imediata da Rússia da Primeira Guerra Mundial.

É importante enfatizar que uma característica relevante da relação entre o pensamento crítico latino-americano e Mariátegui é o pioneirismo. Segundo Florestan Fernandes (2015, p. 14), “isso aconteceu porque [ele] foi mais que ‘um fermento radical’ da ordem – um autêntico revolucionário, que exerceu influências pioneiras com raízes profundas na realidade americana”. José Carlos Mariátegui foi um assíduo escritor, como também um assíduo leitor da literatura crítica europeia, e se referir a ele como crítico não é sinônimo apenas de socialista, anarquista ou sindicalista; o termo “crítico” aqui refere-se sim, a um campo socialista, mas também a uma crítica a ortodoxias e reproduções dentro do próprio campo socialista.

Para iniciar a análise, é válido destacar um artigo de dezembro de 1924, chamado *A Imaginação e o progresso*<sup>26</sup>, publicado na revista limeira *Mundial*<sup>27</sup>. Nessa curta publicação, é possível notar parte de sua sensibilidade e intelectualidade enquanto escritor. O autor coloca em sua escrita elementos como utopia, mudança, conservadorismo e tradicionalismo, fazendo que eles interajam entre si. O debate proposto nessa publicação é que o tradicionalismo e o conservadorismo são uma “limitação espiritual” (MARIÁTEGUI, 2020 [1924], p. 43), no sentido de que eles impedem que se veja como as coisas mudam e podem mudar, já que as posições de conservadorismo e tradicionalismo estão voltadas ao passado, àquilo que “era”.

Nesse artigo, são colocados em diálogo autores que tratam do poder da imaginação, como o escritor Oscar Wilde (“progredir é realizar utopias”) e Luis Araquistáin<sup>28</sup> (“sem imaginação não há progresso de qualquer espécie”)<sup>29</sup>. A partir dessas reflexões, surgem exemplos de pessoas que imaginam e que se recusam a imaginar mudanças. O primeiro exemplo de pessoas capazes de imaginar é Bolívar, o qual, segundo Mariátegui, tinha sonhos futuristas como o de uma confederação dos Estados indo-espanhóis, afirmando que o progresso sempre foi feito pelos imaginativos. Já no campo da não imaginação, o autor dá um exemplo bastante interessante, Lucio Galión<sup>30</sup>, que, mesmo fazendo parte da vida pública de Roma e sendo bastante intelectualizado, não foi capaz de imaginar o declínio de sua civilização e da crescente influência do cristianismo que tanto subestimava.

---

<sup>26</sup> Nome traduzido do espanhol. Vale ressaltar que os escritos a serem apresentados nesse trabalho são frutos de um trabalho maior de organização, tradução e publicação das obras de JCM. A editora Cio da Terra entrou em contato com o Arquivo José Carlos Mariátegui e traduziu vários textos compilados no livro Mariátegui: textos escolhidos, marxismo, política e questão indígena, publicado em 2020.

<sup>27</sup> Revista Peruana da cidade de Lima fundada em 1920, com aproximadamente 576 publicações.

<sup>28</sup> Membro do Partido Social Obreiro Espanhol (PSOE). Foi embaixador da Espanha na Alemanha e França entre os anos de 1932 a 1937.

<sup>29</sup> As citações desses dois autores estão nas páginas 43 e 44 do livro citado.

<sup>30</sup> Lucio Junio Galión Anneano senador romano falecido em 65 D.C, sendo também cônsul na política romana. Foi também irmão do famoso escritor e filósofo estoico Sêneca. É citado na Bíblia Católica nos atos 18 na História de Saulo.

Ao final do artigo, o autor afirma que a tese sobre imaginação poderia levar a conclusões como a divisão da humanidade entre pessoas que imaginam como revolucionárias e pessoas que não imaginam como conservadoras ou tradicionalistas. Porém, ele reconhece que tal divisão não deixa de ser arbitrária, salientando que a humanidade ainda não descobriu um novo termo para revolucionários e conservadores, e que isso provavelmente é fruto da falta de imaginação. É importante destacar que o debate que Mariátegui está trazendo aqui não é sobre a imaginação como parte de reações químicas ou físicas dentro da psique humana, mas sobre imaginar uma mudança social enquanto utopia que representa o progresso.

Esta tese sobre imaginação, conservadorismo e progresso poderia nos conduzir a conclusões muito interessantes e originais. A conclusão que nos levariam, por exemplo, a não mais classificar os homens como revolucionários e conservadores, mas como imaginativos e sem imaginação. Distinguindo-os assim, talvez cometeríamos a injustiça de lisonjear demais a vaidade dos revolucionários e de ofender um pouco a vaidade, ao fim e a cabo respeitável, dos conservadores. Além disso, para mentes universitárias e metódicas, a nova classificação pareceria batente arbitrária, bastante insólita: mas, obviamente, é muito monótono sempre classificar e qualificar os homens da mesma maneira. E, sobretudo, se a humanidade ainda não encontrou um novo nome para conservadores e revolucionários, também é, sem dúvida, por falta de imaginação (MARIÁTEGUI, 2020, p. 47).

Em fevereiro de 1925, é publicado, também na revista *Mundial*, o artigo *A emoção de nosso tempo/duas concepções de vida*<sup>31</sup>. Esse trabalho irá demonstrar parte do pioneirismo de Mariátegui e seus rompimentos metodológicos, como é o caso de sua crítica ao evolucionismo, presente tanto no campo liberal quanto no campo socialista (MARIÁTEGUI, 2020). Dois autores que influenciaram o pensamento de Mariátegui nesse campo foram Georges Sorel<sup>32</sup> e Dom Miguel de Unamuno<sup>33</sup>. Sorel era crítico da ilusão de progresso, a qual, segundo Mariátegui, advinha também da conhecida democracia que “conquistara a simpatia das massas socialistas e sindicais satisfeitas com suas fáceis conquistas graduais, orgulhosas cooperativas, de sua organização, de suas “casas do povo” e de sua burocracia” (MARIÁTEGUI, 2020 p. 18).

Para Mariátegui, a grande ruptura com a concepção de tempo que caminha sempre para uma suposta evolução se dá com a Primeira Guerra Mundial (1914-1918). Isso porque, no período anterior a ela, havia uma ilusão criada e forçada, pela burguesia de um caminho evolucionista de permanência, progresso e poder. Durante o período logo antes da Primeira Guerra, criou-se uma ilusão de que o conflito armado seria algo passageiro que não abalaria o chamado progresso europeu. Contudo, a Primeira Guerra Mundial impactou fortemente a

---

<sup>31</sup> Traduzido do espanhol para o português pela editora Cio da Terra.

<sup>32</sup> Sindicalista e teórico do sindicalismo revolucionário.

<sup>33</sup> Filósofo espanhol que foi eleito deputado na década de trinta na região de Salamanca, Espanha.

Europa, como também o restante do mundo. Ao mesmo tempo em que ocorreu essa quebra de linearidade de progresso e civilidade europeia, houve também a formação da União Soviética:

A Revolução Russa insuflou na doutrina socialista uma ama guerreira e mística. E ao fenômeno bolchevique que seguiu-se o fenômeno fascista. Bolcheviques e fascistas não se pareciam com os revolucionários conservadores pré-guerra. Careciam da antiga superstição do progresso. Eram testemunhas conscientes e inconscientes de que a guerra havia demonstrado à humanidade que fatos superiores a previsão da ciência ou contrários ao interesse da civilização ainda poderiam perdurar (MARIÁTEGUI, 2020, p. 20).

A breve reflexão sobre o movimento fascista na Europa que Mariátegui trouxe nesse artigo é bastante relevante. Após a vitória bolchevique, a violência revolucionária fez com que as burguesias do continente europeu apostassem suas defesas no movimento fascista. Mesmo com as forças regidas pela lei dos Estados em favor da classe burguesa, a confiança na seguridade do *status quo* se deu pelo reforço de movimentos fascistas (MARIÁTEGUI, 2020, p.22). Entre o socialismo revolucionário e o fascismo contrarrevolucionário, existia um sentimento de nostalgia, tanto por parte da velha guarda burguesa tanto quanto pela velha guarda socialista, por um período de estabilidade e normalização pré-guerra. Com isso, o apoio ao fascismo e ao socialismo revolucionário não se deu totalmente por parte dos setores burgueses e socialistas, mas, ao mesmo tempo, o campo “nostálgico” não teve forças para construir uma alternativa. Nesse sentido, Mariátegui coloca em evidência a dinâmica que esteve fortemente presente no século XX do campo revolucionário e contrarrevolucionário<sup>34</sup>:

O fascismo não concebe a contrarrevolução com uma tarefa vulgar e policial, mas sim como uma tarefa e heroica. É uma tese excessiva, incandescente e exorbitante para a velha burguesia que não quer, de forma alguma, ir tão longe. Que se detenha e impeça a revolução, claro, mas se possível, com boas maneiras. O cassetete não deve ser empregado, senão em caso extremo. E não se deve tocar no Parlamento. Há de se deixar as coisas como estavam. A velha burguesia anseia viver doce e “parlamentarmente”. “Livre e tranquilamente”, escrevia polemizando com Mussolini II *Corriere della Sera* em Milão. Entretanto, uns e outros termos expressam a mesma ânsia. [...] Os revolucionários, como os fascistas, se propõem por sua parte a viver perigosamente. Nos Revolucionários, como nos fascistas, há um mesmo impulso romântico semelhante ao humor quixotesco (MARIÁTEGUI, 2020, p. 22).

---

<sup>34</sup> Interessante perceber que JCM não poderia imaginar a capacidade de renovação e imaginação do campo conservador e reacionário. É possível ver uma inovação aos diferentes tipos de regimes fascistas ao longo do século XX, como o de Salazar em Portugal, Mussolini na Itália e Franco na Espanha. Ao abordar o nazismo alemão comandado por Hitler, é possível ver de forma mais profunda a busca de uma “reinvenção”. Diferentemente de outros regimes que se aproximavam de setores tradicionalmente conservadores, como Igrejas, o regime alemão buscou reescrever a herança folclórica da Europa que está conectada a uma origem greco-romana e ao latim, substituindo-a por uma herança folclórica e cultural germânica. Contudo, há um limite para essa imaginação, tendo em vista que mesmo se alterações significativas forem feitas em diversos âmbitos fundamentais da vida humana, a ação conservadora não conseguirá romper os pilares que sustentam as velhas explorações, não sendo possível uma revolução.

Outro artigo bastante importante nesta fase de Mariátegui enquanto analista da política se chama *A Tradição Nacional*, publicado também na *Mundial*, em 02 de dezembro de 1927. Esse trabalho traz não somente aspectos do nacionalismo de uma forma geral, mas reflexões mais direcionadas à realidade do Peru.

A independência do Peru em relação à Coroa Espanhola ocorreu em julho de 1821, data separada por mais de cem anos do citado artigo de Mariátegui. Em pouco mais de um século, a tradição nacional do território peruano foi construída em volta dos interesses limenhos e coloniais (MARIÁTEGUI, 2020, p. 22). Dentro desse movimento de construção da identidade nacional, povos e sujeitos passaram e passam por uma tentativa de apagamento, como é o caso de povos indígenas, mais especificamente os que fizeram parte do Império Inca, como os Quéchuas.

O autor aponta que a história do Império Inca costuma ser narrada pelo Estado como sendo pré-história, ao mesmo tempo em que grande parte da população peruana, aproximadamente três quartos<sup>35</sup>, era composta por indígenas no momento de publicação do artigo de Mariátegui. Sendo assim, a República peruana nasce com a exclusão de parcela significativa da população, a qual compõe grande parte das forças produtivas do país.

Para Mariátegui, o indígena era fundamental para a construção de uma identidade revolucionária alternativa ao tradicionalismo republicano no Peru. As raízes coloniais, ainda muito presentes no país, junto com o gamonalismo<sup>36</sup> eram características do Peru ao qual Mariátegui se refere. Importante salientar que a relevância do indígena para a identidade nacional aqui significa um olhar para o futuro, é não a um passado romântico, onde o indígena representava um passado ingênuo perdido (MARIÁTEGUI, 2020, p. 22).

As ideias republicanas, quando executadas em solo latino-americano, encontram sistemas coloniais muito específicos, e esse contato gera o fenômeno ímpar relativo à dinâmica latino-americana. As questões referentes a escravidão de povos nativos e posteriormente a

---

<sup>35</sup> Estimativa levantada por Rodrigo Montoya Rojas na segunda edição brasileira do livro *Sete ensaios de interpretação da realidade peruana*, publicado e organizado pela editora Expressão popular em colaboração com o CLACSO em 2005.

<sup>36</sup> Em poucas palavras, gamonalismo é o sistema de produção latifundiário, também é um nome referente a todo o fenômeno de servidão e escravidão indígena. O termo vem da palavra Gamonales, nome atribuído aos latifundiários. No gamonalismo, grande parte da população indígena era submetida a trabalhar em condições semelhantes à escravidão colonial. Segundo o próprio Mariátegui, o gamonalismo é o sucessor do regime colonial feudal. A diferença entre o gamonalismo, presente em outros países latino-americanos, e o coronelismo no Brasil é a questão indígena. Devido ao baixo nível de desenvolvimento em comunidades indígenas, no território que seria futuramente conhecido como Brasil, ocorreu uma inserção dos escravizados do continente africano; já em sociedades indígenas mais desenvolvidas, como as de língua quéchuas, localizadas no Peru, a escravidão foi voltada principalmente aos indígenas. É de grande relevância ressaltar que JCM, em sua vida, estava mais ligado a um campo político de gerar uma compreensão do gamonalismo, e não estruturar uma conceituação do modo de produção latifundiário ligado à escravidão indígena.

escravização de povos africanos e o fortalecimento dos latifúndios como unidades produtivas durante esses processos. *Gamonales* no Peru e coronéis no Brasil são termos que se referem, por exemplo, a uma oligarquia rural com grande influência política e que subjuga grande parte da população rural que se encontra dentro de seus latifúndios (chamados de feudos por Mariátegui). Assim, a reprodução da dinâmica colonial no Peru estava vinculada à república em termos práticos e não apenas doutrinários (MARIÁTEGUI, 2020, p. 22).

Nesse artigo, Mariátegui discute também a respeito do tradicionalismo. Para o autor, o tradicionalismo, enquanto movimento, possui dois aspectos dentro do tradicional nacional: o aspecto ideal, que constrói um campo de visões de progresso e superações, e o aspecto empírico, que representa a praticidade dos sentimentos de progresso e superação, mas que não os contém essencialmente.

A exposição feita aqui sobre esses três artigos compõe o primeiro bloco sobre o pensamento mariateguiano, que se somarão e contribuirão para sua famosa obra publicada em 1928, *Sete Ensaios de Interpretação da Realidade Peruana*. Esse primeiro bloco procura apresentar questões referentes ao espírito revolucionário marxista que Mariátegui constrói em sua jornada. O bloco subsequente irá abordar questões referentes à questão indígena, lembrando que mesmo separadas por blocos, as temáticas indígenas e marxistas revolucionárias estão intimamente ligadas no pensamento do autor.

### **2.3.1 Reflexões sobre a questão indígena**

Acerca das tradições incas dos Andes e das reflexões que a civilização oriental apresenta no século XX, Mariátegui escreve um artigo publicado na revista *Mundial* em setembro de 1925, chamado *Rosto em Alma de Tawantinsuyu*<sup>37</sup>. O trabalho contém inicialmente uma análise sobre o livro de Luis Eduardo Vercárcel<sup>38</sup>, *De la vida incaica*, que foi organizado em diferentes textos de diferentes modelos, como ensaios, romances e lendas. Segundo Mariátegui, trata-se de “uma única e precisa imagem de *Tawantinsuyu*” (2020, p. 113).

A importância do trabalho de Vercárcel é permitir um acesso ao espírito incaico em sua obra. Sua forma metodológica na produção e organização dos textos levou a uma lapidação muito bem-feita, remetendo às construções feitas pelos quéchuas (MARIÁTEGUI, 2020 [1925]). Mariátegui (2020) também destaca a sensibilidade de Vercárcel ao escrever sobre

---

<sup>37</sup> *Tawantinsuyu* é o nome dado para o império inca na língua Quéchua.

<sup>38</sup> Luis Eduardo Vercárcel foi historiador e antropólogo nascido em Cusco, Peru, e um grande aliado da luta indianista em seu país.

*Tawantinsuyu*. O autor enfatiza que muitos outros trabalhos sobre os incas já haviam sido feitos previamente, contudo traziam dados, nomes e lugares que significavam apenas fragmentos do passado, não dando acesso o espírito incaico.

Geograficamente falando, os indígenas organizavam suas vidas e sua cultura nos Andes peruanos, numa dinâmica muito diferente da formação da vida no litoral:

A dualidade da história e da alma peruana, em nossa época, é precisamente um conflito entre a forma histórica elaborada da vida no litoral e o sentimento indígena que sobrevive nas montanhas e está profundamente arraigado à natureza. O Peru atual é resultado da formação cultural da vida no litoral. A nova ‘peruanidade’ se sedimentou nas terras baixas. Nem o espanhol nem o crioulo puderam conquistar os Andes. Ali, o espanhol não foi nada além de um *pionner* ou um missioneiro. O crioulo é também, até que o ambiente andino extingue nele o conquistador e cria, pouco a pouco, um indígena. Esse é o drama do peru contemporâneo. Drama que nasce, com escrevi há pouco, do pecado da Conquista. Do pecado original transmitido à República, de querer construir uma sociedade e uma economia peruana ‘sem o indígena e contra o indígena’ (MARIÁTEGUI, 2020, p. 117).

A reflexão final a qual Vercárcel chega é a negação das influências deletérias da civilização ocidental. Contudo, Mariátegui não concorda com essa posição do historiador e antropólogo, colocando como “excessivamente romântica” a ideia de ignorar as contribuições do Ocidente para a humanidade. Para Mariátegui (2020), os dois acontecimentos históricos relativos à Conquista e à República são estruturantes para a história do país; assim, nem especulações vindas do campo intelectual nem concepções “puras” do espírito são capazes de derrubar ou remodelar essa estrutura (MARIÁTEGUI, 2020, p. 118).

Outro ponto fundamental nas reflexões de Mariátegui sobre os indígenas é a questão agrária. Em 1927, foi publicada uma resposta de Mariátegui para um questionário sobre o tema na revista *La Sierra*. Em seu pouco espaço dissertativo na matéria, ele salientou que essas ideias requeriam um livro para serem abordadas devidamente, razão pela qual o problema agrário e o problema do indígena aparecem com muito destaque nos *Sete Ensaios de Interpretação da realidade Peruana* (1928). Nesse sentido, para Mariátegui, durante o processo de independência que constitui a instauração da República no Peru, ao invés de surgir uma classe burguesa capitalista, surgiu uma classe republicana feudal ancorada na servidão.

Na relação entre latifúndio e indígenas, as duas questões são colocadas como um problema econômico-social e, por consequência, político, não sendo possível resolver um sem resolver o outro: o problema do indígena não poderia ser resolvido apenas com escolas e pedagogos, assim com o problema agrário não configura uma questão técnico-agrícola, como enfatizado pelos peruanos agrícolas da segunda década de século XX. A solução para esses problemas não estaria em um desenvolvimento capitalista e individual pautado pelos liberais,

como a criação da pequena propriedade individual (MARIÁTEGUI, 2020, p. 106); a resposta estaria no povo indígena peruano, que carregava elementos do socialismo agrário

Durante um século de república, a grande propriedade agrária foi reforçada e ampliada, apesar do liberalismo teórico de nossa Constituição e das necessidades práticas do desenvolvimento de nossa economia capitalista. As expressões desta feudalidade sobrevivente são duas: latifúndio e servidão. Não se pode extinguir a servidão- que pesa sobre a raça indígena, ou seja sobre quatro quintos da população do Peru- sem extinguir o latifúndio (MARIÁTEGUI, 2020, p. 106).

Outra discussão referente à questão agrária peruana está presente no artigo *Princípios da política agrária nacional*, publicado na revista *Mundial* em 01 de julho de 1927. Neste artigo, Mariátegui formula oito pontos de importância para se debater e se transformar a política agrária do Peru. O primeiro ponto é a nacionalização da terra. Para ele, essa nacionalização deve se atentar às necessidades nacionais dos povos que constituam de fato a maioria numérica e trabalhadora da população, como é o caso dos povos indígenas. Mais uma vez, Mariátegui aponta como as diretrizes liberais almejadas pela Constituição de 1828 foram insuficientes para formar uma economia capitalista consolidada, já que no Peru o que existe é forma econômica feudal. Para o autor, o processo de nacionalização de terras não precisa, em sua realização, ser incorporado à carta constitucional se esse mesmo regimento legal não for revisado. Para tanto, ele dá como exemplo o artigo 27º da Constituição Mexicana<sup>39</sup>.

Levantando o segundo ponto de reflexão sobre a política agrária, Mariátegui aponta que a formalidade legislativa do Peru é liberal, porém, no campo prático é o *gamonalismo* que dita o modo de reprodução capitalista no país. Para ele, o que deveria ser prioridade da política campestre é, na realidade, a proteção da comunidade indígena. O funcionamento do império inca por meio do *Ayllu*<sup>40</sup> seria uma proposta de proteção de uma comunidade indígena, a qual poderia se tornar “célula de um Estado socialista moderado” (MARIÁTEGUI, 2020, p. 110).

O terceiro ponto mariateguiano levantado no artigo traz o papel do Estado nessa nova forma de organização produtiva estatal. O autor defende a liberação de crédito agrícola pelo Estado peruano como forma de priorizar os interesses nacionais, impulsionando a agricultura comunitária e criando um corpo educativo voltado à educação para a formação e instrução industrial de trabalhadores.

---

<sup>39</sup> Os três trechos que compõem o artigo 27º da constituição Mexicana de 1917 são referentes ao processo revolucionário de 1910, que lutava pelo direito a terra e reforma agrária voltada a comunidades rurais e indígenas.

<sup>40</sup> *Ayllu* é uma unidade produtiva agrária. O império inca usava o *Ayllu* como meio organizativo para a produção e distribuição de alimentos. Existiam contradições na organização do *Ayllu*, como a produção de alimentos para elites intelectuais e pessoas ligadas ao império. Porém, é necessário olhar para o horizonte socialista de Mariátegui para entender que não se trata de uma proposta de volta ao passado, mas sua ressignificação.

Adiante, o autor discute sobre a possibilidade de exploração capitalista no campo, caso seja mais eficiente e não perca a aptidão progressiva, respeitando o estrito controle do Estado, a legislação trabalhista e as normas sanitárias.

O quinto ponto do artigo diz respeito ao papel da pequena propriedade agrária, cujo papel não pode ser outro a não ser a melhoria da produção (MARIÁTEGUI, 2020, p. 111).

O sexto e o sétimo pontos são referentes à propriedade da terra, especialmente como seria feito o confisco dos territórios. A bonificação de terras baldias ficaria à disposição do Estado, e a ocupação dessas terras ficaria sob responsabilidade de cooperativas tecnicamente capacitadas. As terras não terão seus fundos indo para os proprietários rentistas improdutivos, mas passariam para as mãos de arrendatários, respeitando a expansão do Estado.

Em seu ponto final, Mariátegui sinaliza para um tema que viraria um importante capítulo nas *Sete Teses* de 1928: a Educação. A agricultura rural seria difundida pelo Estado por meio de escolas práticas de agricultura ou fazendas-escolas voltadas à produção e otimização produtiva, além de também funcionarem como escolas primárias.<sup>41</sup>

Os fundos que não são explorados diretamente por seus proprietários- pertencentes a grandes rentistas rurais improdutivos- passariam às mãos de seus arrendatários, dentro das limitações de usufruto e extensão territorial pelo Estado, nos casos, em que exploração do solo se praticasse conforme uma técnica moderna, com instalações e capitais eficientes. O Estado organizaria a educação agrícola e sua máxima difusão na massa rural por meio das escolas rurais primárias e escolas práticas de agricultura ou fazendas-escolas, etc. À instrução das crianças do campo e daria um caráter essencialmente agrícola. MARIÁTEGUI, 2020, p. 112).

## 2.4 Marxismo latino-americano em Mariátegui e Haya de la Torre

Tendo apresentado a vida de Mariátegui e a questão indígena, outro debate bastante relevante para a argumentação desta pesquisa é o marxismo latino-americano. Durante a década

---

<sup>41</sup> JCM atuou organicamente no movimento educacional peruano. Quando retornou da Europa, o intelectual peruano integrou o projeto das Universidades Populares González Prada (UPGP). As faculdades tinham como finalidade formar lideranças que participassem e organizassem o processo de massas do Peru. Mesmo que, na maioria, suas considerações sobre educação tenham sido gestadas dentro do campo universitário, a preocupação com o projeto educacional do país na totalidade foi descrita pelo autor: “O problema do analfabetismo do índio termina sendo, finalmente, um problema muito maior, que ultrapassa o marco restrito de um plano simples pedagógico. A cada dia mais se comprova que alfabetizar não é educar. A Escola elementar não redime o índio moral e socialmente. O primeiro passo para sua redenção tem que ser abolir sua servidão. Essa é a tese sustentada no Peru pelos autores de uma renovação, entre os quais se encontram, na primeira fila, muitos educadores jovens, cujos pontos de vista aparecem já distantes dos que, numa medida, ainda que categórica, oposição à ideologia colonial, sustentou há 25 anos o Dr. M. V. Villarán, com os resultados medíocres que víamos ao examinar a gênese e o desenvolvimento da reforma de 1920”, José Carlos Mariátegui, em *Sete ensaios sobre a realidade peruano*, p. 161.

de vinte do século XX, um debate sobre a formação do marxismo latino-americano ocorreu com a participação de Raúl Haya de la Torre (1895-1979) e José Carlos Mariátegui.

Compondo parte da intelectualidade peruana, Haya de la Torre participou de vários ciclos da literatura crítica peruana. Foi também um grande mobilizador das massas populares, principalmente nos anos de 1919 e a década de vinte, mobilizando vários estudantes e operários no primeiro Congresso Nacional de Estudantes, enquanto ocupava o cargo de presidente na Federação de Estudantes do Peru (FEP).

Antes de que as considerações de Haya de la Torre e JCM sejam expostas e suas diferenças sejam salientadas, é fundamental apresentar o contexto histórico peruano da segunda década do século XX.

Em 1908, o governo de Augusto Leguía se estabelece, tendo seu fim em 1930, com um intervalo de sete anos entre 1912 até 1919. O segundo mandato de Leguía, iniciado em 1919, foi marcado por perseguições a grupos e pessoas que de alguma forma questionavam a dinâmica política do Peru.

Cabe recordar que 1919 é o ano em que Mariátegui viaja até a Europa com subsídios do governo. Essa “proposta” feita a JCM tem como objetivo retirá-lo do país para impedi-lo de apresentar suas contestações sobre o governo do Peru. Pode parecer estranho o governo que é tão criticado por Mariátegui oferecer a ele uma bolsa para sua viagem à Europa. Um grande motivo para que o autor não fosse exilado, ou até mesmo preso pelo regime de Leguía está relacionado a relações familiares.

A história da viagem de Mariátegui à Europa é mormente vista como um “exílio”. Com o fechamento da revista *La Razón*, Mariátegui e seu amigo e também jornalista César Falcón recebem a visita de um alto funcionário do governo de Leguía, que teria feito a seguinte proposta: ou saíam do Peru ou correriam o risco de serem presos pelo regime. Não obstante, isso envolvia outro tipo de questionamento: por que o governo Leguía decidiu propor um acordo bastante favorável aos jornalistas em vez de encarcerá-los imediatamente? Por que essa disposição a figuras que criticavam abertamente o governo sem nenhuma trégua? Parece que a resposta dessa condescendência está em uma família que era íntima de Leguía: os Mariátegui. Tanto a intervenção de Enrique Piedra e Falcón Mariátegui, tio de JCM, como o laço familiar constituído pela recém falecida esposa de Leguía, Julia Swayne y Mariátegui (prima-irmã do pai de JCM), explicam essa atitude singular. Por isso, o governo ofereceria a possibilidade do jovem jornalista e seu amigo Falcón viver na Europa como uma “bolsa” para trabalharem como “agente de propaganda” do governo no exterior (RUBBO, 2018, p. 95).

O governo Leguía, em 1923, deportou Haya de la Torre. Exilado no Panamá, seguindo para Cuba, onde encontra Julio Antonio Mella<sup>42</sup>. Quando chega ao México, o Ministro da

---

<sup>42</sup> Julio Antonio Mella nasceu em Cuba em 1903, sendo assassinado em 1929. Nasceu em Cuba e participou ativamente das lutas políticas em seu país, principalmente contra o governo de Gerardo Machado y Moraes. Foi

Educação daquele país, José Vasconcelos, lhe oferece um trabalho de secretário. Em 1924, no México, de la Torre funda a Aliança Popular Revolucionária Americana (APRA) (KAYSEL, 2020, p. 103).

A construção da APRA estava intimamente ligada com o pensamento latino-americano em geral, contendo cinco pontos básicos<sup>43</sup>: 1- Ação contra o imperialismo ianque; 2- Pela Unidade da América Latina; 3- Nacionalização da terra industriais; 4- Internacionalização do Canal do Panamá; 5- Solidariedade com todos os povos e classes oprimidas do mundo. (KAYSEL, 2020, p. 103).

É possível visualizar que as bases do programa da APRA têm uma proposta latino-americana. No manifesto de criação citado anteriormente, o debate sobre os caminhos que deveriam ser construídos pelo movimento popular diz respeito à formação da economia latino-americana. Tanto os grandes proprietários, como também a “incipiente”<sup>44</sup> burguesia nacional, estão atreladas ao imperialismo, impossibilitando buscar alianças com qualquer setor das classes dominantes. Desse modo, não há outro caminho além da luta contra o imperialismo (KAYSEL, 2020, p. 104).

Como exposto em vários momentos desta pesquisa, o termo socialismo não foi sinônimo de marxismo em toda sua história. Após a Revolução Russa, o termo marxismo é somado ao leninismo. A estruturação de partido, táticas, e leituras de Lenin e dos bolcheviques após o triunfo de 1917 trazem uma materialidade bastante significativa para o movimento comunista mundial, muitos partidos dentro e fora da Europa buscavam se alinhar com o marxismo-leninismo.

A leitura de Víctor Raúl Haya de la Torre se aproxima de uma noção marxista ao passo que promove uma ruptura com a burguesia e modificação de gerência do Estado. Contudo, a relação com o marxismo-leninismo se deu de forma bastante conflitante.

Desse modo, o autor apontava para um horizonte explicitamente socialista para a América Latina, como única alternativa à condição colonial que o capitalismo lhe reservaria (ibid., p.76). Como bem sintetizou Nelson Manrique, ao comentar o

---

expulso de seu país em 1925. Foi também fundador do Partido Socialista Popular (PSP), antecedente do Partido Comunista Cubano (PCC). Em homenagem a seu trabalho político, o rosto de Mella está estampado no símbolo da União da Juventude Comunista (UJC) de Cuba. Mella publica a passagem de Haya de la Torre ao país na revista *La Juventud* que compunha a Federação dos Estudantes de Cuba.

<sup>43</sup>Em uma nota de rodapé no artigo de André Kaysel nomeado *Filosofia da história ou método histórico? Os usos do marxismo nas controvérsias entre Julio Antonio Mella, Víctor Raúl Haya de La Torre e José Carlos Mariátegui (1927-1930)* de 2020, é dito que o manifesto da APRA apareceu primeiramente em inglês sobre o título *What is the APRA?* Na revista *Labour Monthly*, v.8, n.12, 1926. Dez anos depois, Haya de La Torre publica seu primeiro livro chamado *El Antimperialismo y el APRA*, e a sessão que contém o texto publicado em inglês foi escrita em espanhol no livro ficando “*Qué es el APRA?*”.

<sup>44</sup> Documento referido em André Kaysel (2020, p. 104).

pensamento de Haya de la Torre entre os anos 1920 e o início dos 1930, as premissas de *El antiimperialismo y el APRA* seriam marxistas na medida em que o autor preconizava a tomada do poder de Estado pelos produtores e a socialização dos meios de produção como pré-condições para a resolução dos problemas do Peru e do subcontinente como um todo (Manrique, 2009, p.31). Contudo, o fundador da APRA não era, nem nunca seria, um adepto do marxismo leninismo. Aliás, seu pensamento se constituiu em aberto confronto com este, o qual considerava inadequado para compreender a realidade latino-americana. Para Haya de la Torre, o uso do marxismo pela intelectualidade latino-americana era mais um exemplo de importação ideológica [...] (KAYSEL, 2020, p. 104).

O ponto central nas conclusões de Haya de la Torre é a especificidade do território latino-americano, em comparação com o restante do mundo, especialmente com relação à Europa. O processo de formação econômica da América Latina, segundo o autor, era muito particular em relação à realidade europeia, e em consequência, o processo de transformação e subversão correspondia muito mais ao continente, quando comparado ao movimento revolucionário mundial.

Uma grande expressão da leitura de Haya de la Torre ocorre no Congresso Mundial Anti-Imperialista em 1927 na capital da Bélgica, Bruxelas. A organização das ligas Anti-imperialistas era organizada pela III Internacional Comunista (IC). Durante o congresso, a APRA e as organizações vinculadas a IC disputavam a liderança do movimento anti-imperialista na América Latina. Os aprietas se afirmavam como movimento “sem influência estrangeira” e criticavam o movimento comunista por importar ideias europeias e tentar aplicar na realidade latino-americana (KAYSEL, 2020, p. 106).

Nas linhas aprietas, o caminho para a subversão da realidade latino-americana deveria se concentrar na construção de um Estado anti-imperialista, algo bem próximo de um capitalismo de Estado (KAYSEL, 2020, p. 112). Essas considerações repercutiram intensamente dentro do movimento de massas do século XX entre as décadas de vinte e trinta. O político comunista cubano Julio Mella responde às resoluções da APRA.

Em 1928, no México, Mella publicou no órgão do Partido Comunista Mexicano (PCM), *El Machete*, um panfleto atacando as ideias de Haya de la Torre. O panfleto foi nomeado com o mesmo nome que o fundador da APRA dá a seu manifesto: “*Qué es el APRA?*”. Esse título provocativo acusa a APRA adota um caráter reformista, principalmente nas questões de nacionalização das terras<sup>45</sup>.

---

<sup>45</sup> Segundo a citação de André Kaysel 2020, 107, “Nacionalizar” pode ser sinônimo de “socializar”, com a condição de que seja o proletariado que ocupe o poder por meio de uma revolução. Quando se diz ambas as coisas: “nacionalização” e em mãos do proletariado e do novo Estado (proletário), se está falando marxistamente. Porém, se se diz a seco, “nacionalização”, se está falando com a linguagem de todos os reformistas e enganadores da classe operária.

Para Julio Mella, as resoluções apristas tinham como finalidade apelar à pequena burguesia, que dava grande apoio à organização. As resoluções, segundo o militante cubano, eram ambíguas e afirmavam que as resoluções do líder da APRA somente poderiam ter capilaridade no território latino-americano, se a região não tivesse vivenciado os avanços das relações de exploração, das forças produtivas e ainda desconhecesse a classe operária (KAYSEL, 2020, p. 107).

Para Julio Cotler e JCM, ocorrem modificações nas relações de produção no Peru, contudo, essas mudanças não atingiram um nível significativo de um rompimento com a lógica feudal deixada pela colonização espanhola. O distanciamento do leninismo, e dos PC's da América Latina ficou marcado na obra de Haya de la Torre e foi salientado ainda mais por Mella, em resposta ao trabalho do cubano. O líder aprista começa a redigir um livro como resposta que não chega a ser publicado<sup>46</sup>.

Após alguns anos, Haya de la Torre volta ao Peru clandestinamente, voltando à escrita do livro que viria a ser publicado em 1936 sobre título de o *El antimperialismo y el APRA*, que é conhecida como principal obra do autor. Em sua nota introdutória<sup>47</sup>, o autor retoma os questionamentos das resoluções apristas:

Além da reafirmação das diferenças que separam a Europa e a América Latina, o que salta aos olhos nessa passagem é a reivindicação do marxismo, patente na citação feita do conhecido trabalho de Engels. Fica claro que, neste momento de sua obra, Haya reivindicava o marxismo, considerando que o aprismo seria sua adaptação, ou aplicação “realista”, adequada às condições latino-americanas. O que talvez mais chame a atenção na polêmica entre o cubano e o peruano seja o antagonismo entre o marxismo leninismo do primeiro e o nacionalismo popular do segundo. Como afirma Julio Godio, Mella opunha ao policlassismo de hegemonia pequeno-burguesa, defendido por Haya, um classismo abstrato (Godio, 1983, p.125). Essa oposição estanque acabaria por criar dificuldades, em muitos casos, ao enraizamento dos comunistas nas culturas políticas radicais pré-existentes na América Latina. (KAYSEL, 2020, p. 108).

O contado entre Haya de la Torre e Mariátegui foi bastante significativo para a vida política latino-americana, em especial a peruana. Como demonstrado anteriormente, o ano de

---

<sup>46</sup> Segundo André Kaysel, o autor do livro alega que a falta de recursos impossibilitou a viabilidade do projeto, também houve impedimento pelo governo do Panamá. Em 1929, Julio Mella foi assassinado, levando também ao fim, temporariamente, da publicação.

<sup>47</sup> Segundo a referência do artigo de André Kaysel (2020, p. 108), “Os que se colocam nos pontos extremos da alternativa política contemporânea – comunismo ou fascismo – se esquecem da dialética marxista e consideram impossível um caminho de síntese. E se esquecem de algo não menos importante: que tanto o comunismo como o fascismo são fenômenos especificamente europeus, ideologias e movimentos determinados por uma realidade social cujo grau de evolução econômica está muito longe da nossa. Já Engels escrevia em O Anti-Dühring, quem quiser subordinar às mesmas leis a economia da ‘Terra do Fogo’ e a da Inglaterra atual, evidentemente não produziria senão lugares-comuns da maior vulgaridade, porque a economia política é, fundamentalmente, uma ciência histórica [...]” (HAYA DE LA TORRE, 2008, p. 21).

1919 revelou mudanças substanciais no continente e para os autores: foi o ano em que greves operarias ocorrem no país junto com manifestações estudantis (KAYSEL, 2020, p. 109). Também foi ao ano em que José Carlos Mariátegui foi exilado na Europa onde passou três anos e sete meses.

De 1919 em diante, a produção mariateguiana abordou temas um pouco diferentes em relação aos anos anteriores. A proximidade de JCM com os PC's europeus (como visto no exemplo do PCI) e com o marxismo vai se desenvolvendo, fazendo com que o contato com vários intelectuais<sup>48</sup>, mesmo que não faziam parte da II Internacional, acontecesse. Retornando em 1923 ao Peru, a leitura marxista e influências culturais europeias<sup>49</sup> se somaram ao conhecimento e experiências de vida do autor.

O regresso ao Peru faz com que Mariátegui se depare com as diferenças que o processo de desenvolvimento apresentou no país entre 1919, ano de sua partida, até 1923. Grande parte da vivência (dois anos e sete meses ao total) do autor na Europa ocorreu na Itália, onde ocorreu a oportunidade de observar a dinâmica do Partido Socialista Italiano (PSI) e a fundação e estruturação do PCI:

Durante seu retorno, o Peru tinha passado algumas mudanças na economia, na sociedade e na política nacional. Acelerar o crescimento do espaço capitalista no Peru, ao mesmo tempo, estimulando o capital estrangeiro (especialmente o estadunidense) e expandindo o papel econômico do Estado foi uma das características centrais da ditadura de Augusto Leguía (1919-1930). No plano político, o regime autoritário pôs fim a um período de vinte e cinco anos de hegemonia política dos civilistas, aniquilando grupos políticos mais tradicionais por meio de perseguições e desterros – o processo de “desoligarquização de Estado”. Não é por acaso que, nessa época, figuras intelectuais do partido civilista que faziam forte oposição ao governo (José de la Riva Agüero, Belaúnde, o general Benavides e outros) foram expulsas do país. (RUBBO, 2018, p. 106).

Após as experiências vivenciadas em terras europeias, a necessidade de formação de um partido de orientação marxista no Peru foi ressaltada. O movimento de massas era bastante expressivo no campo universitário em grande parte da América Latina. Enquanto Mariátegui estava na Europa, a FEP, em seu congresso nacional, tendo como presidente Haya de la Torre,

---

<sup>48</sup> Alguns autores citados por Deni Rubbo são: Lenin, Bukharin, Kollontai, Trotsky, Kautski, Bernstein, Max Eastman, Antonio Labriola e Rosa Luxemburgo, George Sorel, Benedetto Croce, Piero Gobetti, Adriano Tigliher, Freud, James Frazer, Vilfredo Pareto etc. p. 98-99.

<sup>49</sup> Segundo Deni Rubbo, Mariátegui concedeu uma entrevista na qual afirmava que seu poeta favorito era Walt Whitman; admirava os romancistas Górkí e Andreiev (sobre este último, mudaria de opinião posteriormente); seu músico predileto era Beethoven; a atriz que mais gostava, Eleonora Duse; reverenciava pintores do renascimento italiano, Leonardo da Vinci, Sandro Boticelli e Piero dela Franscesca; Lenin, Einstein e Hugo Stinnes, o barão da indústria alemã, eram as figuras mais representativas naquele momento; o personagem histórico que mais estimava, Cristóvão Colombo.

funda o projeto de Universidade Populares, que depois de dois anos se chamaria Universidades Populares González Prada (UPGP) (RUBBO, 2018, p. 106).

Em 1923, Mariátegui e Haya de la Torre se encontram por intermédio de Fausto Posada, no Peru. O líder da futura organização APRA convida JCM a integrar o projeto das UPGP. Aceitando o convite, foi formado na revista *Claridad* um ciclo de conferências sobre a crise mundial da Europa. Em outubro do mesmo ano, Hayla de la Torre é deportado, fazendo com que Mariátegui assumira tanto a direção da revista *Claridad*, como também o projeto UPGP:

Referência para trabalhadores e estudantes de Lima, a UPGP foi uma instituição que priorizou centrar-se na dimensão da educação e da cultura. Assim, não havia uma orientação política definida, programática, ainda que fosse possível detectar um forte componente “anti-imperialista” pelos trabalhadores e estudantes envolvidos no projeto. Segundo Portocarrero Grados, o movimento da UPGP não derivou de um grande partido político de massa, mas sim de posições diferenciações de projetos. Não por acaso, tal espaço social privilegiado antecedeu o surgimento dos partidos mais populares da esquerda peruana, o Partido Aprista e o Partido Comunista, cujos membros-fundadores das respectivas organizações também participaram da UPGP (RUBBO, 2018, p. 107).

Nos anos de 1923 e 1924, as publicações de JCM foram acompanhadas de aulas noturnas voltadas ao corpo estudantil da UPGP. As visões sobre a Revolução Russa e os caminhos do movimento operário embasadas pelo marxismo incomodaram alguns setores militantes, como os anarquistas por exemplo. Ademais, ocorre uma absorção de alguns setores das ideias marxistas (RUBBO, 2018, p. 108). A produção de Mariátegui continua na revista *Claridad*, junto com a revista *Variedades* e *Mundial* até 1924, quando, devido a complicações de saúde, o intelectual peruano teve que amputar sua perna direita, suspendendo temporariamente seus trabalhos.

As contribuições de JCM foram reconhecidas não somente no âmbito da UPGP, mas também em suas revistas e pela sociedade intelectual que orbitava no Peru. Quando o autor retornou a produção de seus periódicos, escreveu uma carta aberta<sup>50</sup> publicada na revista *Claridad*. Mesmo com os problemas de saúde, Mariátegui manteve um nível bastante alto de produção. Em 1926, publica a revista *Amauta* e dois anos depois, em 1928, publica os *Sete ensaios de interpretação da realidade peruana*.

A Revista Amauta foi um dos empreendimentos editoriais mais notáveis no Peru e na América Latina durante a década de 1920. Publicada pela Editora Minerva, foram editados 32 números entre 1926 e 1930. Apresentada como uma “Revista Mensal de Doutrina, Literatura, Arte, Polêmica”, era dirigida por JCM e com a gerência de seu

---

<sup>50</sup> “É indispensável para mim que minha palavra conserve o mesmo tom otimista de antes. Quero me defender de toda influência triste, de todo impulso melancólico. E sinto mais do que nunca necessidade de nossa fé comum” – Citação de Mariátegui Deni Irineu Alfaro Rubbo.

amigo e companheiro de militância político-cultural Ricardo Martínez de la Torre (o segundo da hierarquia da revista). O valor da assinatura em Lima e nas províncias era de \$4.00 por ano e de \$2.20 por um semestre. A edição corrente (havia outra de cem exemplares de melhor qualidade) custava 40 centavos e, a partir do número 17 aumentou para 60 centavos. Os cinco primeiros números da revista tiveram aproximadamente uma “circulação mínima” de quatro mil exemplares e, posteriormente, para três mil e quinhentos exemplares [...] A construção desse vínculo transnacional foi uma das sementes – senão a mais importante – da recepção de Mariátegui em vários países da América Latina (RUBBO, 2018, p. 115).

Nos três últimos anos da vida de Mariátegui, ocorrem ainda mais complicações. A piora do seu estado de saúde, a prisão em 1927 e a ruptura com Haya de la Torre foram situações que trouxeram grandes descontentamentos à vida do autor. Entre 1928 e 1929, ocorreu a formação do Partido Socialista Peruano e também alguns impasses com a III Internacional Comunista, resultando que no momento de sua prisão, o autor tivesse que prestar declarações que demonstrassem distanciamento da central comunista russa, de instâncias na Europa e da América (RUBBO, 2018, p. 121).

O grande embate sobre Haya de la Torre e Mariátegui vem da relação do Peru com marxismo. Enquanto um defendia que os esforços deveriam ser voltados ao anti-imperialismo e a construção de uma nacionalidade popular, outro afirmava que não há caminhos possíveis para uma real transformação fora do socialismo.

A universalidade do pensamento de Karl Marx era bastante debatida quando os autores peruanos aproximavam sua realidade nacional à obra do intelectual europeu. Entre Peru e demais países europeus, existe uma grande diferença, contudo essas diferenças não resultam em um descarte do materialismo-histórico:

Mariátegui, por sua vez, além das divergências programáticas que conduziram à ruptura com Haya, possuía também uma visão diferente do materialismo histórico, recusando sua definição como filosofia da história e assumindo-o como método histórico de interpretação da sociedade. Daí que o jornalista e militante peruano rejeitasse a oposição entre teoria e realidade, promovendo uma síntese/superação entre a universalidade da primeira e particularidade da segunda. (KAYSEL, 2020, p. 115).

A vivência de JCM na Europa foi, de fato, uma grande mudança em seus trabalhos e produções, mas o autor não via esse processo como negativo, ou que o tornava menos apto a lidar com os reais problemas de seu país, em *Sete ensaios de interpretação da realidade peruana* antes de começar sua explanação sobre o Peru, Mariátegui coloca um aviso de advertência falando sobre as acusações de estrangeirismo.

Todo esse trabalho não passa de uma contribuição à crítica socialista dos problemas e da história do Peru. Não falta quem me acusa de europeizado, alheio aos fatos e às questões do meu país. Que a minha obra se encarregue de me justificar contra essa

especulação barata e interessada. Fiz na Europa o melhor da minha aprendizagem. E acredito que não há salvação para a Indo-América sem a ciência e o pensamento europeus ou ocidentais. [...] Repito mais uma vez que não sou crítico imparcial e objetivo. Meus juízos se nutrem dos meus ideais dos meus sentimentos, de minhas paixões. Tenho uma ambição energética e declarada: a de contribuir para a criação do socialismo peruano. Estou a mais afastado possível da atitude professoral e do espírito universitário. E disso tudo, devo, lealmente, advertir o leitor, no começo do meu livro. (MARIÁTEGUI, 2010, p. 32).

## 2.5 Comentários sobre política internacional

Como a produção intelectual de Mariátegui é bem vasta, outros artigos referentes à conjuntura internacional foram publicados, geralmente datando do mesmo ano (ou um ano depois) da publicação do livro *Sete Ensaios de Interpretação da Realidade Peruana* (1928). Os três artigos selecionados para esta seção são referentes a grandes polêmicas do início do século XX, como a formação da mobilização nazista na Alemanha e na Itália, e também a questão de Trótski e a URSS.

Importante iniciar descrevendo uma das grandes polêmicas do século XX: a questão do exílio de Trótski e a disputa do poder com Josef Stalin. Durante 1922, Stalin havia se tornado Secretário Geral do Partido Comunista de União Soviética; cinco anos depois, em 1927, Trótski foi expulso do partido e em 1929 foi expulso da União Soviética. Tal desenrolar histórico não passou despercebido por Mariátegui. Entre 1928 e 1929, Amauta escreveu dois artigos sobre o ocorrido. O primeiro se chama *Trótski e a oposição comunista*, publicado na revista *Variedades* em 25 de fevereiro de 1928. Já o segundo artigo se chama *O exílio de Trótski*<sup>51</sup>, publicado em 23 de fevereiro do ano seguinte, mesmo ano da expulsão do Trótski. Esse texto é uma atualização do artigo anterior, contendo várias passagens que já estavam contidas no outro trabalho.

O artigo de 1928 começa retratando a expulsão de Trótski e Zinoviev<sup>52</sup> do Partido Comunista da União Soviética (PCUS), acontecimento que, segundo a autor, somente é possível de ser analisado sob a ótica da política interna da Rússia (MARIÁTEGUI, 2020, p. 201). A URSS teve um grande papel na história mundial; o esforço para a manutenção do regime

---

<sup>51</sup> Esse texto é uma atualização do texto publicado anteriormente, contendo alguns fragmentos que não estão no primeiro texto. O primeiro texto de fevereiro de 1928 começa com “A expulsão de Trótski e Zinoviev do Partido Comunista Russo e as medidas sancionadas contra a oposição trotskista exigem um olhar sobre a política interna na Rússia” já o outro texto de fevereiro de 1929 começa com “Trótski, exilado da Rússia dos soviets, eis aqui um acontecimento ao qual a opinião revolucionária do mundo não pode se acostumar facilmente”. Assim, é possível ver uma continuidade do acompanhamento de JCM a situação na URSS, contudo a relação entre Trótski e o União Soviética se deteriorou ainda mais em um espaço de um ano.

<sup>52</sup> Grigori Evséievítch Zinoviev foi um revolucionário russo que fez oposição a Lenin na tomada pelo poder pelos bolcheviques em 1917.

começou no primeiro dia da revolução e não houve um dia sem essa luta, até o golpe de 1991 que levou à derrubada da URSS<sup>53</sup>. Nesse contexto, o Partido Bolchevique não estava isento de disputas internas. Nesse sentido, o artigo de Mariátegui relembra a figura de Lenin, que possuía grande influência entre os bolcheviques, passou por embates violentos nas disputas internas do partido, sendo até chamado de tzar vermelho por parte do movimento (MARIÁTEGUI, 2020, p. 202). Uma prova dessas disputas internas, por exemplo, foi a decisão sobre a tomada do poder pelos bolcheviques em 1917, contexto em que Zinoviev e Kamanev<sup>54</sup> entraram em contradição com Lenin. Trótski por sua vez, deu apoio moderado à escolha dos bolcheviques.

Mariátegui chama a atenção para o fato de que a relação pessoal entre Lenin e Trótski era existente, e até mesmo cordial. A grande questão era a relação entre o partido Bolchevique e Trótski. Aproximadamente dois meses antes da Revolução de Outubro, o futuro opositor de Stalin saiu da ala menchevique<sup>55</sup> do partido e aderiu à ala bolchevique, mais radicalizada. Isso gerou desconforto com a figura trotskista como liderança. Os bolcheviques ligados a Lenin tinham várias divergências com Trótski, como por exemplo os ataques de oposição ao Comitê Central do Partido, fazendo com que, em 1924, os trotskistas assumissem o lugar de oposição dentro do partido até sua expulsão da organização em 1927 (MARIÁTEGUI, 2020, p. 203).

Outra polêmica envolvendo o embate entre Trótski e Stalin foi a questão nacionalista. Stalin foi deportado para a Sibéria, que, mesmo sendo uma parte mais remota, ainda faz parte de Rússia, enquanto Trótski viveu em exílio. Na primeira versão do artigo, Mariátegui (2020 [1928]) inclusive afirma: “A Rússia prefere homens mais simples e essencialmente russos” (MARIÁTEGUI, 2020, p. 206).

Já no artigo de 1929, publicado na mesma revista, somente alguns parágrafos foram adicionados à reflexão anterior. É importante lembrar que se trata do mesmo ano de expulsão de Trótski da URSS. É sobre o acontecimento do exílio de Trótski que a reformulação do artigo começa, e mais uma vez o autor salienta que a história da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas não foi poupada de lutas internas e contradições. Sobre as contribuições de Trótski, Mariátegui traz a seguinte reflexão:

A oposição trotskista tem uma função útil na política soviética. Representa, se quer defini-la em duas palavras, a ortodoxia marxista, em face da fluidez transbordante e

---

<sup>53</sup> Ver o livro *Socialismo Traído: por trás do colapso da União Soviética*, de Roger Keeran e Thomas Kenny, da Editora LavraPalavra, publicado em 2022.

<sup>54</sup> Lev Kamanev foi um político soviético que conheceu e conviveu pessoalmente com Lenin até sua morte. Após a expulsão do partido em 1932, Kamanev integrou o bloco liderado por Trótski em oposição a Stalin. Também era casado com a irmã do opositor russo, Olga Kamanev.

<sup>55</sup> Ala do movimento revolucionário russo, que tomava posições mais moderadas, se comparadas aos bolcheviques. Essa fração organizacional era composta majoritariamente por artistas e intelectuais.

indócil da realidade russa. A oposição traduz o sentido urbano e industrial da classe trabalhadora da revolução socialista. A Revolução Russa deve seu valor ecumênico internacional, seu caráter de precursora do surgimento de uma nova civilização, ao pensamento que Trótski e seus companheiros reivindicam em todo o seu vigor e consequências. Sem esta crítica vigilante, que é a melhor prova da vitalidade do partido bolchevique, o governo soviético correria provavelmente o risco de cair num burocratismo formalista e mecânico (MARIÁTEGUI, 2020, p. 208).

Ao mesmo tempo em que o autor reconhece as contribuições trotskistas, demonstra a falta de materialidade que a oposição ao poder de Stalin enfrentou em relação ao poder soviético. Mariátegui salienta, assim como no trabalho anterior, que Trótski não valorizava, e muitas vezes até ignorava, as experiências do campesinato. (MARIÁTEGUI, 2020, p. 206).

Ao final do artigo, Mariátegui procura demonstrar como se configurou a relação entre o opositor ucraniano e a União Soviética após a expulsão de tendências trotskistas dentro do partido.

A revolução russa está em um período forçoso na economia. Trótski, pessoalmente desconectado da equipe estalinista, é uma figura sobrando no plano das conquistas nacionais. Ele se imagina como predestinado a levar em triunfo, com energia e majestade napoleônicas, à frente do Exército Vermelho, por toda a Europa, o evangelho socialista. Ele não concebe com facilidade a ideia de levar o modesto ofício de ministro dos tempos normais. E a NEP o condena ao retorno de sua posição beligerante como polemista. (MARIÁTEGUI, 2020, p. 212).

Um artigo pertinente escrito pelo Amauta é um trabalho referente ao fascismo chamado *Anti-reforma e Fascismo* publicado na revista *Variedades* em novembro de 1927.

O argumento central do texto é que o fascismo, seja ele italiano ou francês, se caracteriza por ser antirreforma, mas ao mesmo tempo convive com o liberalismo e com alguns setores liberais, fazendo com que esse movimento seja qualificado pela história e pelo autor como um movimento de direita. O caso do fascismo italiano mostra que, ao mesmo tempo em que não se podia negar a modernidade, a antirreforma estava presente nele (MARIÁTEGUI, 2020, p. 224).

No artigo, Mariátegui também chama atenção para o fato de que as chamadas reformas mais liberais dos Estados Unidos e da Inglaterra são vistas por intelectuais fascistas como decadência do Ocidente e do mundo branco (MARIÁTEGUI, 2020, p. 224). É importante lembrar que muito do chauvinismo e do fascismo europeu derivam do sentimento revanchista de derrota da Primeira Guerra mundial. Não é por menos que a Tríplice Aliança, construída por Itália, Alemanha e Áustria-Hungria no final do século XIX, se revoltou contra a Inglaterra e os EUA, fontes do liberalismo. Mas como dito anteriormente, a discussão não é sobre a transformação do elemento liberal em política socialista, mas sobre estabelecer uma grandeza nacional em perspectiva chauvinista na tentativa de resgatar um passado glorioso, no caso italiano o da Roma antiga.

É verdade que na manifestação do espírito fascista, intervêm intelectuais como Giovanni Gentile, que não pode renegar o maligno pensamento moderno sem negar a si mesmo. Para os escolásticos da reação, Gentile será sempre o propagador do idealismo hegeliano, uma filosofia de heresia e linhagem protestante inconfundível para a qual ele não pode movê-los à indulgência nem sequer utilizar como barreira contra o materialismo positivista. Ademais, Gentile defende a tese de que o fascismo descende espiritual e doutrinariamente da história direta do Risorgimento. O fascismo não se preocupou muito com os “parentes” liberais que seria obrigado a reconhecer, dado que os homens da famosa direita do Risorgimento, fiéis à ideia de Estado Unitário ou Estado épico, como estudou Mario Missireli, tendiam a romper com a Igreja Romana (MARIÁTEGUI, 2020, p. 224).

Em outro artigo, Mariátegui analisa a realidade dos socialistas da Alemanha de 1929, além de discorrer sobre o socialismo alemão e suas dificuldades, com algumas reflexões ao final sobre o fascismo. O nome do artigo é *A política alemã e a crise doutrinária do socialismo*, publicado na revista *Mundial* em dezembro de 1927. Nesse trabalho, o foco principal é mostrar que o sucesso eleitoral não diz respeito a uma política efetiva de mudança, pois mesmo com o sucesso eleitoral de Hermann Muller sobre a direita nacionalista alemã, o governo começa se perder força com a saída de Rudoulf Hilferding<sup>56</sup>, então Ministro da Fazenda, mesmo com as posturas moderadas e reformistas dentro do Partido Social Democrata da Alemanha (SPD), não conseguiu apoio das burguesias industriais e bancárias. A exclusão de Hilferding não agradou a burguesia, pois a mesma demandava não um sacrifício de um político, mas sim de toda a agenda socialista (MARIÁTEGUI, 2020, p. 218).

Essas foram algumas contribuições de Mariátegui para a compressão da realidade latino-americana, como também do mundo. A seguir, serão analisadas a realidade peruana e as reflexões mais importantes do autor sobre a questão da terra, dos indígenas de América Latina. Tendo em vista que a dinâmica indígena na leitura mariateguiana não é a volta a um passado ou uma regeneração de um tempo, e sim a potência para uma mudança estrutural no presente e uma proposta para as dinâmicas sociais e produtivas no Peru.

---

<sup>56</sup> Economista austríaco de origem marxista, ligado ao revisionismo de Kautsky.

### 3- FORMAÇÃO DO ESTADO NAÇÃO E AS CONTRIBUIÇÕES DE MARIÁTEGUI

#### 3.1 Introdução

A parte final desta pesquisa tem como proposta apresentar a correlação entre as categorias levantadas por Marx e Engels no primeiro capítulo e a realidade latino-americana segundo à perspectiva de JCM, tema do capítulo anterior. Considerando que categorias como burguesia, propriedade privada e revolução geram uma dinâmica diferente na América Latina, cabe aqui o questionamento: até onde as leituras marxianas se afastam ou se aproximam de *Nuestra America*<sup>57</sup>?

Como anteriormente analisado, o chamado “Marx Tardio” ou “Velho Marx” entrou em contato com a dinâmica social russa durante a década de oitenta do século XIX, acendendo uma dúvida nos revolucionários da Rússia e em Marx: Pode a comuna agrária russa ser um ponto de partida para a revolução Socialista? Esse debate reverbera na América Latina quando Mariátegui propõe que a base do socialismo moderno está aos indígenas e em suas unidades produtivas chamadas de *ayllu*.

Em seu livro *Sete ensaio de interpretação da realidade peruana*, Mariátegui fala sobre a questão do *mir*. Não é possível saber o quão profundo foi o acesso aos escritos finais de Marx com Vera Zaslitch, mas a influência marxista é evidente em sua obra. As questões referentes à formação da identidade nacional e da chamada “burguesia peruana”, advinda do processo de independência, transformam-se em reflexões em seus trabalhos, como é possível perceber com a leitura de seus artigos publicados pouco antes de sua morte.

A interpretação que o autor peruano apresenta é inovadora e produziu análises para o seu próprio país e para o continente, numa leitura que não buscava simplesmente reproduzir tendências europeias e replicá-las cegamente a uma realidade diferente daquela em que foi originalmente produzida.

Sendo assim, um dos objetivos deste capítulo final é também mostrar a debilidade da burguesia nacional, em especial a peruana. Gamonalismo no Peru e Repúblicas Oligárquicas no Brasil são irmão diferentes dos mesmos pais, num casamento entre o colonial proto-capitalista e o capitalismo moderno, gerando fenômenos muito parecidos na América Latina.

---

<sup>57</sup> Referência ao livro escrito por José Martí, intitulado de *Nuestra América*. Escrito em 1891, o livro de Martí afirma a identidade continental e a diferença em relação à composição política e étnica de outros continentes.

### 3.2 As origens do Peru

Na linha da historiografia hegemônica, a era moderna começa por volta do fim do século XIV, com as navegações europeias chegando ao que hoje se conhece por América. Os processos de exploração colonial formaram a Europa, não somente em condições econômicas, mas também em condições de distinção nacional e étnica em relação ao restante de mundo. A formação desse processo de dominação e reconhecimento das Américas como o outro pode ser vista no livro de Tzvetan Todorov *A Conquista da América: a Questão do Outro*, publicado em 1982.

O desenvolver do século XV significou para a Europa o esfacelamento do sistema de produção feudal. Novos grupos sociais começaram a se estabelecer enquanto classes sociais, e a nobreza em muitos momentos se aliou ao grupo social emergente. Essas alianças se davam como tentativa de preservar o poder da nobreza, dando cada vez mais espaço para os chamados burgueses. Como se depreende dos escritos de Marx sobre a acumulação primitiva, foi possível ver um avanço cada vez maior dos cerceamentos e de legislações estatais que favoreciam a burguesia (MARX, 1980, p. 835).

Além de todo o processo de violência dentro da Europa que possibilitou o modo de produção capitalista se firmar, nas Américas a exploração advinda do sistema colonial criava uma dinâmica muito diferente de uma perspectiva moderna na Europa. Os homens que aqui chegavam no início do processo de colonização estavam ligados a uma perspectiva de mundo ligada aos moldes feudais, como, por exemplo, a visão religiosa de um paraíso junto ao grande papel da Igreja no processo de conquista. A questão da escravidão permeou de maneira intensa a dinâmica de todos os países da América. No caso brasileiro, último país no mundo a abolir a escravidão, em 1888; já no caso do Peru, a abolição se deu em 1856. A questão do Peru se difere não somente pelo espaço de trinta e dois anos da abolição em comparação ao Brasil, mas também pela configuração de sua população, na qual mais de quatro quintos eram indígenas à época.

A historiografia europeia considera que o marco da transição moderna para a contemporânea foi a Queda da Bastilha em 1789, que deu início à Revolução Francesa. As ideias republicanas e o impulso dos ideais liberais foram modificando a organização social e produtiva da Europa, e posteriormente do mundo. No que diz respeito às Américas, é possível ver as influências do processo revolucionário francês no continente, como mostra Cyril Lionel

Robert James no livro *Os jacobinos negros: Toussaint L' Ouverture e a revolução de São Domingos*, escrito em 1938.

O primeiro país latino-americano a conquistar sua independência foi o Haiti em 1804. O processo haitiano alertou tanto as elites coloniais quanto as metrópoles, fazendo com que a independência dos demais países da região fosse fomentada. Com isso, os processos de independência nas Américas ocorreram durante o século XVIII, ainda que com diferenças importantes entre eles.

A Venezuela, por exemplo, se tornou independente em 1811, a partir de rupturas do *status quo* com as ações de Simón Bolívar. No Brasil, o imperador português, depois de sua família fugir de Portugal entre 1807 e 1808, proclamou a independência do território brasileiro em 1822, não causando um processo de ruptura mais aprofundado. A independência do Peru, por sua vez, ocorreu em 1821, com a participação de Bolívar e San Martín. Túpac Amaru II<sup>58</sup> também é um personagem de grande relevância no processo de resistência e de luta anticolonial no Peru, levantando a importância da questão indígena nesse processo.

Feitas essas considerações iniciais, esta seção se dedica a apresentar a configuração histórica do Estado peruano antes, durante e depois de sua independência, até a contemporaneidade, haja vista essa configuração ser de fundamental importância para esta pesquisa. Após apresentar a formação do Peru como um Estado, é necessário entender a formação das classes no país, em especial a classe trabalhadora indígena e a classe burguesa dos latifundiários. A partir desse caminho, pode-se traçar alguns paralelos entre o que Marx discutiu a respeito da relação entre a burguesia e os trabalhadores. É nesse cenário que as contribuições de Mariátegui serão contextualizadas.

A organização colonial no Peru está intimamente ligada com a questão indígena. O modo de produção colonial era representado por trabalhos intensos nas minas, com vistas a retirar metais de grande valor, como ouro e prata. O trabalho de organização colonial constituía-se na alocação de indígenas nativos em *reducciones*, transformando a população indígena peruana em mão de obra para o trabalho. As *reducciones* foram formadas logo após a conquista de Francisco Pizarro González e dos espanhóis sobre os incas e consistiam em alocações de povos indígenas organizadas pelo exército espanhol e pela igreja católica. Os subjugados deveriam pagar impostos ao domínio colonial e, também, servir como mão-de-obra nas minas. Além de um caráter exploratório, essa forma de organização colonial tinha um caráter

---

<sup>58</sup> De origem nobre e nascido como José Gabriel Condorcanqui Noguera, descendente de *criollo* e indígena. Reivindicou libertações de indígenas nos trabalhos forçados em minas. Adotou o nome Túpac Amaru II, devido a seu antepassado Túpac Amaru I.

preventivo, ao isolar comunidades em focos de resistência contra os espanhóis e deteriorar a identidade étnica dos indígenas (COTLER, 2006, p. 22).

O sistema produtivo colonial submetia os indígenas a um sistema de vassalagem, que cada vez mais foi aprisionando os indígenas a um quadro de servidão, como descreve o antropólogo peruano Julio Cotler (2006).

Assim, os índios eram obrigados a participar da economia mercantil, vendendo produtos ao preço estabelecido pelos cabildos, e a entregar aos funcionários parte da sua colheita e produção artesanal, a preços que eles determinassem, bem como a trabalhar com o salário fixado pelas autoridades. Por outro lado, a população dominada devia adquirir ferramentas, alimentos e animais de tração a preços administrados, e enquanto os produtos “vendidos” pelos indígenas eram subavaliados em relação ao “mercado”, os que “compravam” eram supervalorizados. Em outras palavras, o grupo dominante formava um monopólio e uma monopsonia em relação à sociedade dominada, adquirindo assim uma capacidade inusitada de maximizar as suas vantagens em todas as fases dos processos de produção e circulação. Isso provocava o endividamento crescente da população colonizada, que passava a ter a característica marcante de mão-de-obra aprisionada, tornando uma realidade a afirmativa de que “sem dívidas não há trabalhador. (COTLER, 2006, p. 22).

Dentro do vice-reinado no Peru, que respondia à Coroa Espanhola, existiam conquistadores responsáveis pelo funcionamento do sistema colonial que não faziam parte da nobreza, e por isso estabeleciam suas demandas à margem da coroa, como é o caso da chamada *encomienda indiana*. A *encomienda* consistia em um número de indígenas destinados a determinado conquistador espanhol, chamado de *encomendero*. Esse conquistador teria o direito e o dever legal de explorar a mão-de-obra indígena, causando assim a manutenção do sistema mercantil (COTLER, 2006, p. 22). O sistema de *encomienda* se assemelhava às *reducciones* na questão de destruir os pilares étnicos e culturais dos indígenas, pois o *encomendero* deveria também garantir a cristianização dos indígenas sob seu controle.

Com o aumento da influência dos *encomenderos* e de seus atritos com a coroa espanhola, o governo colonial fez tentativas de minar o poder dos conquistadores espanhóis, como por exemplo limitar o usufruto da *encomienda* por duas gerações. Mesmo assim, o sistema de *encomienda* no Peru durou até o século XVIII. Segundo Julio Colter (2006), os interesses reais foram sobrepostos aos interesses senhoriais. Revoltas senhoriais contra o domínio da coroa espanhola no Peru foram se intensificando, mas mesmo diante das tensões entre esses dois setores da sociedade colonial peruana, a captação do indígena para a produção e reprodução do trabalho era fundamental, o que levou à implantação do sistema de *mita*<sup>59</sup>.

---

<sup>59</sup> O sistema de *mita* consistia em retirar indivíduos indígenas de suas tribos e atribuí-los a atividades produtivas. Essas atividades, por lei, deveriam ser mais variadas. A atividade desempenhada ocorria em um arco de

O processo de execução das *mitas*, seguido pelos processos de *encomienda* e *reducciones*, levou primeiramente a um genocídio dos povos indígenas no Peru. As viagens que ocorriam no sistema de *mitas* tinham vários problemas de trajeto, alimentação e suporte, o que resultava em inúmeras mortes de indígenas; e caso eles sobrevivessem às longas e duras jornadas, o trabalho nas minas era responsável por matar várias pessoas. Sobre a dinâmica nas minas, a primeira parte do trabalho jornalístico de Eduardo Galeano chamado *As veias abertas da América Latina*, publicado em 1971, ajuda a entender a dinâmica colonial na América Espanhola.

Após a morte de inúmeras pessoas de etnia indígena, várias localidades foram ficando cada vez mais vazias, então as classes dominantes que mantinham o funcionamento do sistema colonial, como padres e *encomenderos*, começaram a ocupar esse território que foi esvaziado e formar fazendas, onde o sistema de produção por meio da chamada “composição de terras”:

As fazendas eram trabalhadas com mitayos, yanacunas, arrendatários e em menor grau com assalariados. Como dissemos, os mitayos eram indígenas que, por disposição expressa das Leyes de Indias, deviam servir um membro da sociedade conquistadora durante um tempo determinado. Os yanacunas eram trabalhadores que, em troca da prestação de serviços gratuitos, recebiam um pedaço de terra para a sua manutenção. Os arrendatários eram trabalhadores “contratados” pelos corregedores e chefes políticos locais que, em troca de um lote para plantar e do compromisso do fazendeiro de protegê-los da exigência da mita, trabalhavam gratuitamente para ele. Portanto, mediante tributos, dízimos e primícias suplementares, reduções, encomiendas e mitas, corregimientos e repartimientos, os espanhóis mobilizaram “legalmente” a população indígena para conseguir força de trabalho e alimentos “baratos” nos núcleos urbanos e nos centros mineiros, assim como uma demanda mercantil sobrevalorizada, mecanismos que lhes permitiam apropriar-se dos excedentes da produção. Essas instituições cumpriam a função econômica de incorporar a população indígena à economia mercantil, embora em condições de exploração colonial. Por sua vez, os excedentes mercantis de que os grupos dominantes conseguiam apoderar-se eram reinvestidos em minas, terras, escravos e símbolos de prestígio recebidos da sociedade metropolitana, articulando-se assim a periferia com o centro do sistema capitalista nascente (COTLER, 2006, p. 28).

A extensão da coroa espanhola com o vice-reinado, como exposto anteriormente, era marcada por disputas e tensões. Mesmo com várias tentativas de fiscalização ou cerceamento do poder dos funcionários coloniais, estes foram somando forças e acumulando capital a ponto de formarem uma classe oligárquica. A construção de identidades nacionais nas Américas não alcançou sua universalidade, como na Europa após o processo colonial, pois os interesses privados foram sendo priorizados e estruturaram a dinâmica real do sistema colonialista. A

---

aproximadamente dez meses, e após esse período, o indígena (se sobrevivesse ao trabalho) voltaria ao local de onde foi retirado e depois outra organização de indígenas seria selecionada. Ocorria também o pagamento de um “salário” que na época correspondia a metade ou até um terço de um trabalhador livre peruano.

monarquia, por sua vez, tentava manter sua influência de forma autoritária, porém sem comprometer as estruturas do sistema feudal (COTLER, 2006, p. 42).

Até o século XVIII, os interesses privados se sobrepunham às esferas reais no Peru, o que começou a passar por algumas modificações com a influência política francesa dos Bourbon<sup>60</sup>, que tentaram centralizar o poder real.

Essa mudança deu início a um longo processo de reformas administrativas, destinadas a obter uma efetiva centralização política e a reduzir os privilégios patrimoniais da multiplicidade de funcionários dos Vice-Reinados, conseguindo assim aumentar a contribuição das colônias à sustentação da Espanha como potência imperial. Com base no tratado de Utrecht, permitiu-se a navios ingleses visitar portos das colônias americanas, levando uma carga limitada de mercadorias. Poucos anos depois, foi criado o sistema de navios de registro, abolindo-se, em 1739, o sistema de fretes, o que facilitou o fluxo comercial entre a Europa e a América. (COTLER, 2006, p. 42).

O processo de reformas dos Bourbon consistiu também no fomento de relações comerciais entre as coloniais, e entre as colônias e algumas metrópoles<sup>61</sup>. As modificações legislativas buscavam gerar universalidade do reinado sobre o país, mas da mesma forma que o desenvolver dessas relações foi criando uma unidade no meio de dominação, foi se gestando também uma unidade de emancipação e luta anticolonial. No Peru do século XVIII, o movimento de Tupac Amaru II firmou um dos grandes momentos de revolta contra o domínio colonial.<sup>62</sup>

O processo de independência do Peru ocorreu no século XIX entre as duas primeiras décadas, mais especificamente entre 1809 até 1824. Durante o século XVIII, movimentos de independência nacional que tencionavam a teia de poder colonial também aconteceram. Nesse cenário, temos a figura de José Gabriel Condorcanqui Noguera, um nobre peruano de origem mestiça, que viveu entre 1738 e 1781, e que posteriormente adotaria o nome de Tupac Amaru II. O Peru do período colonial dominava diferentes grupos que compunham a colônia, como indígenas, *criollos*, forasteiros e mestiços. Os movimentos locais de revolta contra o vice-reinado do Prata foram se juntando em torno da figura de Tupac Amaru II, mas quando a

---

<sup>60</sup> Devido aos conflitos entre Inglaterra e Espanha, a coroa espanhola foi transferida dos Habsburgo para os Bourbon no século XVII.

<sup>61</sup> Em 1774, instituiu o livre comércio do Peru com o México e a Guatemala e, dois anos mais tarde, o Peru podia comercializar com Buenos Aires e o Chile. Finalmente, no mesmo ano, as colônias americanas puderam comerciar com a Espanha (Villalobos, 1968). Em Julio Colter.

<sup>62</sup> Ao buscar entender a dinâmica colonial do Peru no século XVIII, é preciso se atentar para o fato de que as revoltas contra o domínio espanhol não foram organizadas em torno de uma pauta nacional ou de uma disputa da identidade do Peru. A ideia de formação de Estado Nação peruano ainda não tinha se desenvolvido por completo durante o século XVIII. O movimento de revolta de Tupac Amaru II, além de ter grande relevância em sua época, também se tornou símbolo da luta indigenista no século seguinte e em tempos atuais, como é possível ver na coleção *Nueva colección documental de la independencia del Perú* organizada por Héctor Huerto Vizcarra (2017).

movimentação de Amaru foi se tornando cada vez mais anticolonial, os *criollos* e seus aliados abandonaram a causa (COTLER, 2006, p. 49).

Antes que o levante dos indígenas liderados por Amaru fosse derrotado pelas forças coloniais, a relação que diferentes regiões peruanas tinham com o vice-reinado era intermediada por líderes ou representantes locais de diferentes etnias. Após a derrota, essas organizações locais foram cada vez mais cerceadas:

Uma das conseqüências imediatas da derrota de Tupac Amaru foi a supressão dos privilégios gozados pelos chefes políticos locais, assim como das suas funções de mediação entre a população dominante e a indígena, determinando que fossem compartilhadas com os proprietários locais. Essa dissolução da autoridade que mantinha a integração política indígena, somada à “extirpação das idolatrias” praticada pelos espanhóis, fez que a população indígena fosse perdendo a sua identidade étnico-regional, diluindo-se até não ser mais do que uma massa indiferenciada de camponeses. (COTLER, 2006, p. 50).

Mesmo com a derrota de Tupac Amaru II, a capacidade de organização dos indígenas, que colocaram em segundo plano suas diferenças étnicas, preocupou as elites *criollas*, que no momento se encontravam impedidas de terem relevância política pelo poder do vice-reinado. Em 1808, ocorreu a invasão das tropas de Napoleão contra a Espanha<sup>63</sup> e isso provocou um forte “vazio” entre o poder do vice-reinado e a metrópole. O governo europeu espanhol decide então promover Juntas Provinciais nas Américas com a finalidade de manter sua influência, concedendo aos *criollos* os mesmos direitos que os peninsulares, os reconhecendo como cidadãos espanhóis (COTLER, 2006, p. 53).

Então, é possível verificar a seguinte dinâmica na América Espanhola: após a chamada conquista dos espanhóis sobre os territórios, tem-se a implantação do sistema colonial de *mita* e *encomenda*, o que deu um grande poder aos administradores dessas atividades; após esse processo, a reforma dos Bourbons colocou limitações para essa elite e no território peruano, com a validação dos interesses privados em relação a uma centralidade colonial; isso desencadeou movimentos contra o vice-reino, que foi levado a uma esfera anticolonial por Tupac Amaru II, provocando o abandono dos *criollos*; os *criollos*, por sua vez, voltaram seu apoio para a coroa espanhola.

Essa dinâmica de disputas entre França e Espanha, *criollos* e vice-reinado fez com que a Junta Provincial de Lima não fosse organizada, pois uma parte das elites *criollas* reconhecia a volta de Fernando VII ao trono, que se tornaria assim responsável pela metrópole, e a outra

---

<sup>63</sup>Ao invadir a Espanha, as tropas de Napoleão depuseram o reinado de Fernando VII, rei da Espanha na época, fazendo com que o declínio colonial sobre as Américas se agravasse. Fernando VII voltou ao trono espanhol em 1814, contudo, a situação entre metrópole e colônia já estava bastante afetada.

parte dos *criollos* via José I Bonaparte como legítimo, devendo a dinâmica colonial responder a ele (COTLER, 2006, p. 54).

Em 1810, setores *criollos* passaram a organizar movimentos de separação entre colônia e metrópole<sup>64</sup>, fazendo com que a independência alcançada no século XIX se diferenciasse bastante dos levantes de Amaru no século XVIII. Vale ressaltar, nesse sentido, que as influências liberais tiveram uma penetração maior durante o século XIX nas Américas, mas os ideais de igualdade entre a humanidade não foram bem aceitos pelos *criollos*, pois não concordavam que indígenas e não indígenas fossem tratados como pares. Na América espanhola, isso gerou diferenças entre os diversos processos de independência, e tal conflito pôde ser visto de forma mais clara entre José de San Martín e Simón Bolívar. Enquanto Bolívar fazia uma campanha aberta contra a Espanha, Martín buscava diálogo com os espanhóis e tentava não modificar a estrutura colonial, apenas mudar seus gestores. As tensões entre Bolívar e Martín eram bem conflitantes para as elites *criollas*. A aristocracia peruana temia que a influência política de Bolívar adentrasse Lima, e assim os aristocratas aliaram-se ao restante do poder espanhol que residia no país (COTLER, 2006, p. 57).

Segundo Julio Cotler (2006), a ambivalência da elite *criolla* no processo de independência peruano fez com que essa elite não conseguisse criar um local de poder sólido após a independência, deixando esse papel para o exército, que posteriormente foi excluído de compor os espaços da República em formação no Peru. Também ocorreu a destruição de meios de produção (fazendas, minas oficinas etc.) ao mesmo tempo em que o tráfico de pessoas escravizadas<sup>65</sup> e a subjugação ao regime de servidão aumentavam.

Em resumo, ao se romperem os laços com a metrópole, a aristocracia *criolla* não pôde servir como elemento de substituição e de estabilidade, como alguns teriam querido. Destruídos o núcleo patrimonial metropolitano e a aristocracia colonial, que davam ordem e concerto à organização da sociedade e à política, o “corpo” social se fragmentou, desconjuntando-se em partes governadas por grupos senhoriais que exibiam uma importante autonomia para decidir a sorte das respectivas jurisdições. Ao romper-se o pacto colonial, a tensão patrimonial permanente entre a metrópole e os grupos oligárquicos locais resolveu-se com a “feudalização política”. Desde então, a direção política do país caiu em mãos dos chefes militares da campanha da Independência. Estes, porém, sem o suficiente poder econômico para constituir um novo centro hegemônico de poder, precisaram valer-se de alianças transitórias com diferentes oligarquias regionais e com políticos capazes de exprimir ideologicamente os interesses de tais alianças. (COTLER, 2006, p. 58).

---

<sup>64</sup> Um *criollo* de bastante destaque nesse processo de separação entre Peru e Espanha foi Manuel Lorenzo de Vidaurre Nascido no Peru em 1773, Vidaurre cresceu em uma família relativamente abastada e foi um notável liberal, escrevendo as chamadas *Cartas Americanas*.

<sup>65</sup> O Peru aboliu oficialmente a escravidão em 1854.

Como analisado anteriormente, as elites peruanas se ausentaram do processo de independência e, assim, durante esse processo os militares assumiram a função de rompimento com a metrópole. Os militares do Peru não conseguiram formar um grupo sólido que conseguisse dar sequência a um projeto centralizado de nação. Para formar uma estrutura de direção, foram feitas aliança com as oligarquias nacionais, porém, após o rompimento com o vice-Reinado em 1824, e após vários processos de eliminação de mobilização de setores mais populares, a unidade entre militares e oligarquia não foi suficiente para uma efetividade do Estado e da nação (COTLER, 2006, p. 59), abrindo espaço para dinâmicas mais ou menos paralelas de poder que no Peru pós-independência ficariam conhecidas como *Gamonalismo*.

### 3.3 A Burguesia Peruana

Após levantar os fatores de formação do Peru antes e durante sua independência, cabe agora analisar como se deu sua configuração depois da independência. Adentrando o século XX, alguns alicerces do sistema colonial aparentavam ainda fazer parte do agora Estado do Peru. Diante dessa questão, José Carlos Mariátegui publica em 1928 os *Sete ensaios de interpretação da realidade peruana*, que é um grande estudo sobre questões que já o preocupavam, como tratado no capítulo anterior.

Nestes ensaios, é possível perceber a seguinte divisão: primeiramente, é exposto “O Esquema da evolução econômica”; posteriormente, são apresentados “O problema do Índio”; “O problema da terra”; “O processo de educação pública”; “O fator Religioso”; “Regionalismo e Centralismo”; e, por último, “O processo de literatura”. Mostrando as chagas que o processo de formação histórica ainda imputava ao país, o livro atingiu uma forte potência nos estudos sobre as Américas, mostrando uma interpretação completamente original de Marx. Ao analisar o processo de formação do regime “semifeudal” e as forças dominantes, é possível traçar paralelos entre Marx e Mariátegui.

Antes que esses paralelos sejam construídos e apresentados, é necessário trazer as reflexões que Mariátegui elabora em seu livro. Além disso, é de grande relevância mostrar o debate a respeito do chamado “atraso” do desenvolvimento latino-americano e como isso reflete nas discussões levantadas por essa pesquisa. As contribuições de Julio Colter foram importantes para apresentar todo panorama de construção das bases do Peru (COTLER, 2006, p. 60), em que Mariátegui escreve, e agora é importante ver como o próprio Mariátegui enxerga a herança colonial ainda presente em seu país, a qual ele buscou transformar.

O sistema econômico do Peru é o primeiro aspecto abordado por Mariátegui. Para o autor, a conquista espanhola foi um marco na transformação econômica peruana. Ele descreve que o império Inca possuía uma dinâmica econômica que prosperava e reproduzia uma dinâmica livre em relação ao solo, a partir de organizações coletivistas nas quais os incas produziam de forma disciplinada e garantiam um bem-estar material (MARIÁTEGUI, 2010, p. 33). Pelo fato de o trabalho do império Inca ser gerado de forma coletiva e organizada, Mariátegui atribui o termo socialista a essa relação de produção. Contudo, vale lembrar que, ao usar o termo “socialista”, o autor não tem a intenção de um anacronismo; claramente, era de conhecimento do intelectual que os indígenas não estavam dentro da dinâmica socialista europeia com a qual Mariátegui tem contato na segunda década do século XX. A atribuição de socialismo aqui está inserida em outro contexto, e no decorrer deste capítulo essa diferenciação ficará mais nítida.

Após a conquista da unidade inca, tanto o povo quanto o trabalho foram destruídos, e assim os indígenas foram sendo divididos e organizados em diferentes localidades sob o domínio europeu. A conquista espanhola destruiu a economia inca e, com isso, instalou um regime feudal que se sustentava pela exploração de pessoas negras e indígenas colocadas em situação de escravidão e servidão.

Sobre a colonização na América Espanhola, o livro de Mariátegui traz uma reflexão interessante que se alinha à análise de Julio Cotler. Segundo os *Sete Ensaio de Interpretação Sobre a Realidade Peruana*, a conquista da América Espanhola não significou um envio de uma grande massa de colonos para os territórios conquistados. Sendo assim, vice-reis, pequenos exércitos militares e classes burocráticas compuseram as colônias, dificultando a formação de uma centralidade de poder (MARIÁTEGUI, 2010, p. 34), reforçando assim a análise de Cotler sobre a sobreposição dos interesses privados em relação a uma unidade.

O *pionner* espanhol, além do mais, não tinha aptidão para criar núcleos de trabalho. Em vez da utilização do índio, parecia perseguir seu extermínio. E os colonizadores não se bastavam para criar uma economia sólida e orgânica. A organização colonial fracassava pela base. Faltava a ela o cimento demográfico. Os espanhóis e os mestiços eram muito poucos para explorar, em vasta escala, as riquezas do território. E como para o trabalho nas fazendas da costa se recorreu à importação de escravos negros, foram misturados, aos elementos característicos de uma sociedade feudal, elementos e características de uma sociedade escravista (MARIÁTEGUI, 2010, p. 35).

A exploração colonial no Peru se preocupou principalmente sobre a extração de ouro e prata. A formação geográfica peruana é constituída por planícies costeiras, que são as terras baixas, e, também, por regiões montanhosas como os Andes, conhecidas também como *La*

*Sierra*. O domínio espanhol fazia-se presente nas regiões baixas, fazendo com que os Andes não fossem demasiadamente explorados.

Essa composição geográfica da colonização do Peru contribuiu para as formações de cidades, como a capital Lima. Essa exploração não tão profunda do território do país enquanto colônia se fez presente no período republicano pós-independência. Segundo Mariátegui (2010, p. 36), no período republicano, a economia feudal se transformou pouco a pouco em economia burguesa, mas dentro de um contexto mundial, não deixava de ser uma economia colonial.

Durante o processo de independência do Peru, a ausência de uma força dirigente e sólida criou debilidades após esse processo. Devido a essa debilidade, o processo de formação republicana esteve submetido aos moldes coloniais. Segundo Mariátegui (2010, p. 37), o espírito revolucionário advindo das revoluções liberais europeias e dos Estados Unidos, com sua independência no século XVIII, encontrou terreno fértil na América Espanhola, pois, sob o jugo de uma organização medieval espanhola que impossibilitava o desenvolvimento de relações comerciais mais livres, foi-se alimentando a necessidade de romper com essa relação. Durante o processo de independência, os interesses espanhóis e *criollos* tiveram seu espaço, diferentemente dos indígenas.

A coroa espanhola no contexto europeu estava aos poucos adentrando a dinâmica capitalista que foi se desenvolvendo no continente. Mesmo que o processo de colonização esteja intrínseco ao desenvolvimento do capitalismo, especialmente da coroa espanhola, havia uma ainda uma perspectiva feudal no seu modo de funcionamento. (MARIÁTEGUI, 2010, p. 86).

Nesse sentido, é importante lembrar que o grande desenvolvimento do capitalismo ocorreu na Inglaterra. Os processos de constituição da propriedade privada e da exploração do trabalho, bases do capitalismo, são descritos na Inglaterra por Karl Marx. A separação e a privatização dos meios de produção, bem como o uso de meios legislativos para formação de uma classe trabalhadora, fizeram com que o modo de produção capitalista amadurecesse no país, que se colocou como vanguarda no processo de inserção dessa dinâmica no mundo. Isso fez com que a influência britânica ganhasse espaço cada vez maior nas Américas, porém vale dizer que as relações de produção tanto na América do Sul quanto na América do Norte se diferenciavam da dinâmica europeia no século XIX, haja vista que elementos de servidão e escravidão era muito presentes nas economias daqueles países<sup>66</sup>.

---

<sup>66</sup> Nos Estados Unidos, a abolição da escravatura ocorreu apenas em 1865. Segundo Domenico Losurdo, em *Contra- História do Liberalismo*, após a independência dos EUA em 1776, a formação e participação dos espaços políticos eram escolhidas com bases nas propriedades de pessoas negras escravizadas. Enquanto um americano sulista escravocrata somente necessitava de dez mil votos para um representante, o norte deveria possuir três vezes mais o número de votos. Com essa disparidade no poder, a Guerra Civil Americana começa em 1861, indo até

Enquanto a colonização espanhola na América do Sul alimentava um sistema colonial baseado em relações feudais, como aponta Mariátegui, o papel da Inglaterra como sede do liberalismo construiu um contato entre o Ocidente e a América do Sul. Esse contato trouxe industriais e banqueiros para a região, formando um novo tipo de colonização – e também um novo tipo de império. A diferença das relações com a Europa, principalmente Inglaterra, variavam entre os diferentes países da América do Sul. Brasil e Argentina, por exemplo, estabeleceram relações de maior fluxo populacional e de capitais com o continente Europeu, já outros países não conseguiram criar democracias liberais e superar os resquícios feudais<sup>67</sup>.

Nesse período, o processo histórico geral do Peru entra em uma etapa de diferenciação e desvinculação do processo histórico de outros povos da América do Sul. Por sua geografia, alguns estavam destinados a caminhar com mais rapidez do que outros. A independência tinha-os combinado em uma empresa comum para mais tarde separá-los em empresas individuais. O Peru estava uma enorme distância da Europa. Os barcos europeus, para chegar aos portos, tinham que se aventurar numa longa viagem. Por sua posição geográfica, o Peru acabava mais vizinho e próximo do Oriente [...] Mas o comércio com a Ásia não podia contribuir de maneira eficaz para a formação da nova econômica peruana. No Peru que emergiu da conquista, apoiado na independência, havia necessidade das máquinas, dos métodos e das ideias dos europeus, dos ocidentais (MARIÁTEGUI, 2010, p. 39).

A demonstração da ocidentalização e o estabelecimento de uma nova dominação na América do Sul corrobora com o entendimento do modo de exploração que sucederia a forma colonial espanhola. Como já mencionado, as práticas extrativistas promovidas pela Espanha durante o período colonial peruano eram baseadas na extração de ouro e prata. No período pós-independência, o contato com a Inglaterra e o Peru também era baseado em práticas extrativistas sobre o salitre e o guano. Para Mariátegui, “O que mudava não era o motivo, era a época” (MARIÁTEGUI, 2010, p. 39).

A exploração desses recursos naturais garantiu ao Peru, momentaneamente, um grande fluxo de capitais, sendo concedidos ao país uma margem boa de crédito e empréstimos. Contudo, após a descoberta de ouro na Califórnia, o guano e o salitre já não despertavam grande interesse nas atividades comerciais, e os empréstimos concedidos ao Peru não conseguiram ser quitados, fazendo com que a Inglaterra em um momento posterior se apropriasse da produção

---

1865. Em 1877, começam a ser aplicadas as Leis Jim Crow, que tornam oficialmente os EUA um Estado de segregação racial até 1964.

<sup>67</sup>O tema do Feudalismo ou Semifeudalismo na América Latina foi bastante intenso durante o século XX. No Equador, por exemplo, Agustín Cueva carrega esse debate de semifeudalização na América Latina, alegando que aqui, diferentemente da Europa, houve um processo de desacumulação. O debate também esteve presente na literatura brasileira com Nelson Werneck Sodré, que sustentava a tese do feudalismo. O debate ganhou uma polarização durante a década de 1970, quando Ruy Mauro Marini analisa a problemática do “atraso” no desenvolvimento latino-americano pela lente da Teoria Marxista da Dependência.

de ferro e de ferrovias do País. Durante a exploração dos recursos naturais peruanos pós-independência, as grandes propriedades que antes eram relacionadas somente à aristocracia que se formou durante o período colonial, começaram a ser obrigadas a adotar práticas liberais (MARIÁTEGUI, 2010, p. 41).

O processo de formação da classe burguesa peruana se desenvolveu em resquícios do feudalismo espanhol. A independência do Peru foi financiada pela Inglaterra, o que aproximou o contato da América do Sul com o Ocidente, mas a influência liberal não veio somente da Europa, mas também dos Estados Unidos. Entre 1904 e 1914, os EUA constroem o Canal do Panamá, aumentando a zona de comércio e influência na América do Sul. Entre 1914 e 1918, ocorre a Primeira Guerra Mundial, e após o fim do conflito, a hegemonia da Inglaterra como grande potência capitalista imperialista entra em declínio.

Durante a crise da Europa, a Inglaterra se apropriou da produção industrial e ferroviária do Peru, fazendo que o desenvolvimento do país sul-americano fosse submetido aos interesses britânicos. Enquanto a indústria ficava submetida ao domínio estrangeiro europeu, a burguesia peruana em formação era vinculada à produção extrativista, como algodão e cana-de-açúcar, provocando o crescimento do latifúndio e de regimes de servidão vinculados a práticas feudais.

A classe latifundiária não conseguiu se transformar em uma burguesia capitalista, dirigente da economia nacional. A mineração, o comércio, os transportes, se encontravam nas mãos do capital estrangeiro, os latifúndios se encontraram em servir como intermediários a esse, na produção de algodão e açúcar. Esse sistema econômico se manteve na agricultura, uma organização semifeudal, que se constituiu na maior dificuldade para o desenvolvimento do país. A sobrevivência do feudalismo na costa se traduz na languidez e pobreza urbana. O número de vilarejos e cidades da costa é insignificante. E a aldeia propriamente dita mal existe nos pedaços onde os prados ainda se acendem com a alegria de suas parcelas no meio do agro feudalizado (MARIÁTEGUI, 2010, p. 47).

A estruturação do latifúndio impactou de forma bastante significativa a formação geográfica e demográfica do Peru. Após a dissolução dos feudos na Europa, aldeias eram formadas, algumas se tornavam cidades e possuíam os chamados *burgos*. Diferentemente do que ocorreu no continente europeu, o feudo/latifúndio não foi dissolvido na América; muito pelo contrário, ele foi preservado e alimentado, mantendo a força de trabalho (especialmente a indígena) presa à terra.

As indústrias e o comércio das cidades estão sujeitos a fiscalização, regulamentos, impostos municipais. A vida e os serviços comunais se alimentavam de suas atividades. O latifúndio, entretanto, escapava dessas regras e taxas, podendo fazer concorrência desleal à indústria e ao comércio urbano. E pode arruiná-los. O argumento favorito dos advogados da grande propriedade é a impossibilidade de criar, sem ela, grandes centros de produção. A agricultura moderna – argumenta-se – exige máquinas caras,

grandes investimentos, administração especializada [...] Mas os cultivos “os engenhos” e as exportações, de que tanto se orgulham os latifundiários estão muito longe de construir sua própria obra. A produção de algodão e açúcar prosperou com o impulso de créditos obtidos com essa finalidade, sobre uma base de terras apropriadas e mão de obra barata (MARIÁTEGUI, 2010, p. 50).

O desenvolver das forças produtivas no decorrer da história gestou vários sistemas de produção que impactaram a sociedade. O modo de produção feudal que era formado sobre os pilares da servidão e do feudo se transformaram de forma radical com o sistema de produção capitalista, como colocam Karl Marx e Friedrich Engels. O capitalismo, cujos pilares são a propriedade privada e a exploração da força de trabalho, derrubava as relações de servidão e seu vínculo com o feudo, representando assim a superação da condição feudal.

Entretanto, na realidade peruana, o elemento feudal encobriu os tímidos esforços capitalistas burgueses, fazendo com que um não conseguisse superar o outro, reforçando o aprisionamento de indígenas transformados em camponeses dentro dos latifúndios, gerando também uma classe burguesa/*criolla* que tinha como preocupação a renda e não a produção. Assim sendo, a formação da República peruana, mesmo que abandonando em parte as teias de relações do vice-reinado, não negou o feudo e muito menos fomentou os burgos (MARIÁTEGUI, 2010, p. 51).

Apresentadas essas condições de formação da burguesia no Peru, é possível traçar um paralelo entre o que Karl Marx e Friedrich Engels dizem a respeito da burguesia em 1848 na Alemanha e o que Mariátegui revela sobre o terceiro elemento produtivo no Peru, o comunismo incaico. Como visto no primeiro capítulo, o autor alemão acusava a burguesia alemã de traição por não desempenhar um papel revolucionário no desenvolvimento da sociedade. Os trabalhadores, por sua vez, marchavam não como vanguarda, colocando os pequenos burgueses a reboque de suas pautas, enquanto o processo contrário acontecia. Isso provocava uma aproximação dos setores liberais com os antigos setores feudais. Nesse sentido, a carta de Marx está direcionada ao comitê da Liga dos Comunistas, indagando se a marcha dos operários deveria ser feita em conjunto com parte da burguesia, em especial com a pequena burguesia.

A organização dos burgueses em geral ocorria dentro das paredes do Partido Liberal da Alemanha. A organização burguesa era composta por três grupos: a ala progressista da grande burguesia que visava a derrubada do absolutismo e do sistema feudal; a pequena burguesia que tinha interesse na formação de um Estado Federal; e ala republicana dos pequenos burgueses cujo objetivo consistia no fim da opressão do pequeno capital pelo grande.

O processo de aliança entre a pequena burguesia e os proletariados tinha suas limitações, e tanto Marx quanto Engels sabiam disso. Ambos diziam que quando o processo revolucionário

ocorre, a burguesia busca encerrá-lo rapidamente depois que seus interesses tenham sido atingidos, enquanto o proletariado busca uma permanência no processo de mudanças. No caso peruano o processo revolucionário não acontece.

Como afirmado anteriormente, as classes administrativas do regime colonial peruano não assumiram o papel de vanguarda no processo de independência, não rompendo com as raízes feudais estabelecidas. Então, a independência e a formação da República do Peru não foram um processo revolucionário de rompimento com o feudo, mas uma incorporação da dinâmica servil ao sistema capitalista global.

A ausência de direção e de transformação no processo republicano peruano fez com que a visão de Mariátegui sobre a necessidade de rompimento com as raízes feudais do Peru se voltasse para o que ele chama de “comunismo indígena”. As tradições incas deviam não somente serem resgatadas como fragmento da história de um povo, mas como história presente do país. O sistema produtivo dos *quéchua* era bastante avançado segundo o próprio Mariátegui, tanto em termo de suprimento de necessidades e também de divisão do trabalho. (MARIÁTEGUI, 2010, p. 71).

O ponto de convergência entre Karl Marx e José Carlos Mariátegui não pode ser encontrado em um texto pontual, mas nas reflexões a respeito das mudanças da burguesia feitas por Marx e Engels. Nos primeiros momentos da pesquisa, os documentos escritos por Marx e Engels revelam um caráter de desenvolvimento atrelado ao rompimento de feudalismo em uma aliança, mesmo que momentânea, com a burguesia. É possível ver também uma visão civilizatória do colonialismo em alguns textos, em consonância com uma visão deturpada sobre Simon Bolívar. Durante a década de sessenta do século XIX, Marx e Engels se correspondem e analisam a Guerra Civil Americana, posicionando-se a favor do norte, e criticando inclusive a abolição branda de Abraham Lincoln.

O grande marco para um ponto em comum entre Mariátegui e o marxianismo é o debate sobre o *mir* russo. A discussão sobre o desenvolvimento ou não do capitalismo para a superação da comuna agrária russa ocupou, e muito, os últimos anos de Karl Marx. As cartas trocadas entre Vera Zasulitch e Karl Marx podem ser associadas ao *Ayllu* peruano, considerando que, nas cartas finais, reconhece-se que o *mir* pode ser o “ponto de regeneração” da Rússia, o que se assemelha ao que Mariátegui fala sobre o espírito comunista inca.

A relação entre *mir* e *Ayllu* mostra a relação entre Marx e Mariátegui, e o funcionamento da comuna russa e do comunismo indígena será exposto um pouco mais a seguir. Na próxima

sessão, será mostrada a situação indígena no Peru de Mariátegui, a fim de explicar o sistema de dominação e servidão indígena através do *gamonalismo*.

### 3.4 O aprisionamento indígena

A construção das relações entre os indígenas e a “nova” transformação nacional advinda com a república está ligada ao regime de propriedade da terra (MARIÁTEGUI, 2010, p. 53). Anteriormente, o regime colonial dinamizado pelos sistemas de *mita* e *encomienda* ligados às práticas feudais do vice-reinado criavam um regime de servidão que impunha a aniquilação da identidade de diferentes etnias indígenas. Após a formação republicana que não rompeu as raízes coloniais, o regime de propriedade de terra mudou sua filosofia de funcionamento, mas não seus modos operantes: o feudo ainda existia e se fortificava, mas agora ao invés de *criollos encomiendeiros* ou espanhóis que representavam os interesses da coroa espanhola, existiam os *gamonales*.

O gamonalismo inevitavelmente invalida toda lei ou ordenamento de proteção indígena. O fazendeiro, o latifundiário, é um senhor feudal. Contra sua autoridade, favorecida pelo ambiente e pelo hábito, a lei escrita é importante. O trabalho gratuito está proibido por lei e, no entanto, o trabalho gratuito e até o trabalho forçado, sobrevivem no latifúndio. O juiz, o subprefeito, o comissário, o professor, o coletor, estão todos enfeudados à grande propriedade. A lei não pode prevalecer contra o *gamonales*. O funcionário que se empenhasse em impô-la seria abandonado e sacrificado pelo bem do poder central, junto ao qual são onipotentes as influências do *gamonalismo*, que atuam diferentemente ou por meio do Parlamento, por uma ou outra via com a mesma eficiência (MARIÁTEGUI, 2010, p. 55).

Como é possível apreender, o latifúndio dos *gamonales* era a centralidade política que sustentou a república peruana. Setores administrativos estavam ligados de profunda maneira ao pleno funcionamento do latifúndio feudal, fazendo com que toda estrutura de legalidade se voltasse contra os povos indígenas. O processo de fomentação do latifúndio feudal, aliás, significava também a absorção da propriedade indígena pelas propriedades dos *gamonales*. José Carlos Mariátegui chega até a dizer que, em relação à legislação republicana, a legislação do vice-reinado contemplava<sup>68</sup> mais os nativos, ainda que de forma tímida.

---

<sup>68</sup> Como visto na sessão correspondente à formação do Peru, após a conquista, ocorre todo um processo de deformação das diferentes identidades indígenas. Os nativos do Peru eram organizados em locações de terra e organizavam um tipo de liderança local que mantinha contado entre indígenas, encomendeiros e vice-reinado espanhol. Após a revolução de Túpac Amaru II ter sido aniquilada, a situação dos indígenas piorou muito.

A composição demográfica do Peru consistia em um número massivo de indígenas. Esse fato era lido por diferentes óticas que gerenciavam o país. Uma delas enxergava que a questão indígena era um problema étnico, ligado a noções deturpadas de uma inferioridade dos povos, que eram organizados hierarquicamente, e os europeus estavam no suposto topo evolutivo. Outra visão sobre os indígenas advinha de uma concepção moralista e liberal, segundo a qual os crimes contra a colonização eram denunciados timidamente na Europa, mas a preocupação com o caminhar da civilização não impedia o enfrentamento do imperialismo e seus processos exploratórios (MARIÁTEGUI, 2010, p. 58).

Em outros setores sociais, entendia-se que o problema do indígena era a educação. Qualquer formação educacional ao indígena era negada pelos *gamonales*, porém, mesmo que esse acesso fosse possível, sabe-se que este não seria o fator de solução dos problemas indígenas, haja vista que os próprios professores estavam ligados à lógica latifundiária feudal, e assim contribuíam para a perpetuação do latifúndio. Em outras palavras, o real problema indígena era o problema da terra, materializado no latifúndio feudal (MARIÁTEGUI, 2010, p. 61). Sendo assim, quaisquer esforços que buscassem modificar positivamente a vida dos indígenas deveriam se atentar a essa dinâmica.

Durante o processo de conquista do Peru, a coroa espanhola promoveu um genocídio contra os indígenas, submetendo-os à exploração de minas e à perda da sua identidade étnica e cultural. Submetidos a um regime de escravidão e às mais diversas formas de subjugação durante o período colonial, os indígenas eram vistos como inferiores e tal concepção perdurou no período republicano. No século XVI, Bartolomeu de las Casas<sup>69</sup> denunciava a violência dos colonizadores contra os indígenas, muitas vezes falando diretamente com a coroa em território Espanhol. Mesmo não conseguindo barrar a brutalidade do funcionamento colônia nas Américas, ficou reconhecido como defensor dos indígenas.

Ao se estabelecer a república peruana, o jugo feudal sobre o indígena permanecia, e mesmo que a igreja em algum momento procurasse defender os indígenas, isso já não ocorria no funcionamento administrativo do Estado.

O vice-reinado aparece menos culpado que a república. Corresponde a vice-reinado, originalmente, toda a responsabilidade pela miséria e o esmagamento dos índios. Mas, nesse tempo inquisitorial, uma grande voz cristã, a do frei Bartolomeu de las Casas, defendeu de forma vibrante os índios contra os métodos brutais dos colonizadores. Não houve na república um defensor tão eficaz e determinado da raça aborígene.

---

<sup>69</sup>Bartolomeu de las Casas foi um missionário espanhol que viveu entre os anos de 1484 até 1566. Ao se tornar missionário, via a catequização dos indígenas como fundamental, e participou de conflitos entre colonos e indígenas, recebendo *encomendas*. Após participar de uma pregação e de testemunhar inúmeras brutalidades do regime colonial, começou a defender os indígenas e renunciou todas as suas *encomiendas*.

Enquanto o vice-reinado era um regime medieval e estrangeiro, a república é, formalmente, um regime peruano e liberal. A república tem, por conseguinte, deveres que o vice-reinado não tinha. A república deveria elevar a condição do índio. E, contrariando seu dever, a república significou para os índios a ascensão da nova classe dominante que se apropriou sistematicamente de suas terras (MARIÁTEGUI, 2010, p. 63).

Entre as várias mazelas sofridas pelos indígenas, uma das mais brutais foi sua desvinculação da terra. A República peruana não se desfez do sistema de *mitas*, mantendo regimes da exploração nas minas,<sup>70</sup> e muitos indígenas preferiam se arriscar nas jornadas de mineração à vida nos latifúndios (MARIÁTEGUI, 2010, p. 64). Essa circunstância de exploração sobre os indígenas começou a ser abalada pelo amadurecimento das ideias socialistas no país. Isso porque os indígenas e demais movimentos que buscavam sua defesa vinculavam o problema do índio à terra, o que resultou em grandes mobilizações de trabalhadores no Peru.

A propagação no Peru das ideias socialistas teve como consequência um forte movimento de reivindicação indígena. A nova geração peruana sente, e sabe, o progresso do Peru será fictício, ou pelo menos não será peruano, enquanto não seja a obra e não signifique o bem-estar da massa peruana, 4/5 das quais é indígena e camponesa. Esse mesmo movimento se manifesta na arte e na literatura nacionais, nas quais se nota uma crescente valorização das formas e assuntos autóctones, antes desprezados pelo domínio de um espírito e de uma mentalidade coloniais espanholas. A literatura indigenista parece destinada a cumprir a mesma função que a literatura “mujikista” no período pré-revolucionário russo (MARIÁTEGUI, 2010, p. 64).

Ao analisar as bases econômicas e a exploração no Peru, é importante também apontar para a dinâmica cultural que o país passava, pois foi dentro desse meio cultural que Mariátegui se formou e escreveu. No começo do século XX, ocorreu, na parte litorânea do Peru, principalmente em Lima, uma dinâmica bastante forte nas áreas jornalísticas e educacionais, com o aumento de pessoas nas universidades, criação de bibliotecas, circulação de jornais e revistas (RUBBO, 2018, p. 43). Ao mesmo tempo que isso ocorria, o país majoritariamente agrário era marcado pelas desigualdades e explorações salientadas até aqui.

Os círculos de pessoas letradas que realizavam o trabalho intelectual eram divididos em três grupos: “novecentistas” ou arielistas mandarins; literários boêmios; e centenários comprometidos. Os novecentistas eram nascidos e criados em meios a classes abastadas e carregavam em suas leituras e escritas os olhares da classe dominante. Em contrapartida, os boêmios e os centenários comprometidos eram compostos por extratos médios da sociedade

---

<sup>70</sup> Segundo Mariátegui, as minas no Peru pós-independência estavam sob domínio dos Estados Unidos.

peruana e se opunham aos novecentistas (RUBBO, 2018, p. 43). O autor José Carlos Mariátegui compôs o grupo dos literários boêmios, em razão do seu contato com o jornalismo.

Ao mesmo tempo, nota-se que, entre os anos de 1895 e 1919, os *gamonales* desfrutaram de seus anos de ouro, subjugando grande parte da população peruana (RUBBO, 2018, p. 45). Em 1920, após várias décadas de avanços no processo de informações, aumento populacional e segregações urbanas, ao mesmo tempo em que vivia o que um certo “avanço”, as contradições ficavam cada vez mais nítidas na sociedade peruana.

Provavelmente na história intelectual peruana da primeira metade do século XX, não existe um período mais rico que a década de 1920. Não somente pela análise sobre as mudanças e contradições do desenvolvimento desigual que vigorava no Peru em curso, como também pela capacidade intelectual de enfrentar “novos” temas, buscar articulações entre política e economia, cultura e sociedade, passado e presente, novo e velho, através de polêmicas, confrontos e tensões. (RUBBO, 2018, p. 57).

Em sua tese, Deni Ireneu Alfaro Rubbo (2018) organizou várias informações sobre a intelectualidade peruana e sobre como Mariátegui está inserido nela. Nos diversos levantamentos de dados quantitativos<sup>71</sup>, estima-se que o autor peruano tenha escrito 1053 trabalhos conhecidos entre 1914 e 1919, sendo o maior número de produção entre 1917 e 1918. No mesmo ano da Revolução Russa, os assuntos tratados por Mariátegui consistiam, segundo Rubbo (2018, p. 70), em “notas sociais e literárias, junto com outras sobre assuntos religiosos, crônica criminal, esportes (especialmente o hipismo), temas históricos (como os costumes) e também artigos com referências políticas”. Já entre os anos de 1918 e 1919, os temas políticos nacionais substituíram temas literários, que segundo Rubbo (2018, p. 190), “se convertiam na única preocupação de Mariátegui”.

Os escritos mariateguianos do capítulo 2 desta dissertação fazem referência ao período de 1920 em diante, no qual as preocupações estão situadas dentro de uma perspectiva cada vez mais revolucionária. As produções mais ligadas às artes de José Carlos Mariátegui abordam de forma crítica as questões presentes em seu país, contudo o entendimento da realidade nacional por meio do socialismo científico trouxe outra função da escrita para Mariátegui.

---

<sup>71</sup> Segundo a tese de doutorado de Deni Ireneu Alfaro Rubbo, em termos quantitativos, entre 1911 e 1919, Mariátegui escreveu 1053 textos, divididos da seguinte maneira: 1911 (3), 1912 (3), 1913 (4), 1914 (31), 1915 (112), 1916 (286), 1917 (287), 1918 (256) e 1919 (70). Seus anos de maior produtividade foram entre 1916 e 1918, com um total de 829 textos. Baseando-se na ordenação feita por Portocarrero Grados, estudioso desse período da trajetória de JCM, os escritos da “Idade da Pedra” são classificados de maneira cronológica e temática da seguinte maneira: dos 1503 textos escritos entre 1911 e 1919, 57 foram dedicados à poesia, 16 ao conto, 03 ao teatro e 73 a críticas de arte, teatro e literatura – quer dizer, sua produção estritamente literária. Outros temas que encontramos são: urbanos (43), vida social em Lima (15), corridas de cavalo (48), religião (7) e política nacional (776), americana (8) e europeia (26) 102.

Cabe lembrar que 1919 é o ano em que Mariátegui vai até a Europa e tem contato com o pensamento marxista. A influência socialista já ocorria na América Latina, mas o materialismo histórico-dialético que formula o socialismo científico começou a ter maior projeção fora da Europa após 1917 com a Revolução Russa. Antes disso,<sup>72</sup> as influências anarquistas e socialistas ligadas à Revolução Francesa norteavam o movimento popular na América do Sul.

O contato com o marxismo fez com que a análise da formação econômica do Peru fosse fundamental na busca de qualquer entendimento que buscasse uma real mudança no país. Assim, José Carlos Mariátegui busca as origens do Peru, mas também o modo de vida incaico que existia antes da chegada e da conquista espanhola. Essa percepção faz com que a problemática do desenvolvimento econômico do país fosse entendida a partir do aspecto econômico formado sobre o regime de escravidão feudal, e que o regime e propriedade da terra era materialidade dessas questões de exploração.

Até então, foi demonstrada a formação do Peru em seus diferentes períodos até o começo do século XX e a formação e problemática das classes sociais no território nacional. O problema do índio descrito por Mariátegui está junto com a questão da terra, fazendo-se necessário se aprofundar sobre a noção de terra.

No livro de *Sete ensaios de interpretação da realidade peruana*, a sessão correspondente à explicação da dinâmica da terra é uma das mais extensas presentes no trabalho, sendo menor apenas do que a sessão correspondente ao chamado “Processo de literatura”. Assim, o próximo momento deste trabalho ficará encarregado de demonstrar a relação entre o que Karl Marx escreveu a respeito do *mir* russo em suas cartas à Vera Zaslitch, e o que José Carlos Mariátegui diz respeito ao comunismo inca e a dinâmica do *ayllu*.

### **3.5 O Mir russo, o Feudo peruano e o Ayllu**

Antes que as contribuições dos autores e as análises sejam realizadas, é importante salientar uma importante questão em relação à circulação de documentos de Karl Marx e Friedrich Engels no começo do século XX. Como informado no primeiro capítulo desse trabalho de pesquisa, vários escritos importantes de Marx para a formação e entendimento da totalidade do seu pensamento foram redigidos em cartas ou artigos para jornais, o que pode dificultar a formação de um arquivamento para uma leitura em tempos futuros.

---

<sup>72</sup> Ver coleção *História do Marxismo no Brasil* organizada pela Editora Unicamp, ano 2007.

Os escritos referentes ao artigo encomendado para que Marx escrevesse sobre Simon Bolívar somente foram encontrados no século XX, em 1935, quase cem anos depois de sua produção em 1856. O mesmo acontece com as matérias e correspondências de Karl Marx e Friedrich Engels sobre a Guerra de Secessão no Estados Unidos. Os escritos sobre a Guerra Civil estadunidense foram retomados somente na década de trinta do século XX, devido ao processo de depressão e crise econômica nos EUA (ANDERSON, 2019, p. 138).

Em relação às análises que dizem respeito ao *mir*, as cartas trocadas por correspondência entre Marx e Zaslitch também são encontradas e organizadas somente em 1923 pelo historiador russo David Riazanov. As matérias jornalísticas e respostas, principalmente de Engels, também fazem parte da análise a respeito da comuna agrária russa. Após o falecimento de Karl Marx em 1883, seu amigo Friedrich Engels se encarregou de organizar a obra deixada por Marx e de alguns prefácios novos em obras que foram feitas em conjunto com seu grande amigo. Doze anos depois, Engels também veio a falecer, e mesmo que alguns prefácios sobre o *mir* russo tenham sido colocados em edições do *Manifesto do Partido Comunista*, aquelas publicações eram apenas fragmentos de um debate maior.

Diante disso, não é possível afirmar com certeza se José Carlos Mariátegui teve ou não acesso à produção total de Karl Marx sobre o *mir*. O que é possível afirmar é que o marxismo foi evoluindo e formulando suas interpretações a respeito das sociedades e do mundo em resposta a determinadas conjunturas, e que Mariátegui teve a sensibilidade e sabedoria para se aproximar de um debate que esteve presente na parte final de vida de Marx.

O próprio Karl Marx dedicou-se a quase que exclusivamente à questão russa no final de sua vida, pois ele sabia o quão importante aquele debate era, não somente para a transformação da Rússia, mas talvez até para o mundo. Como exposto no capítulo inicial, em 1881 foi escrita a primeira carta de Zaslitch a Marx. A importância do futuro da comuna rural era fundamental para o país e para o movimento socialista russo, e durante a carta, as condições de produção e redistribuição do que poderiam se desenvolver são descritas em uma breve passagem por Vera Zaslitch.

A comuna rural, liberada das exigências desmesuradas do físico, dos pagamentos aos donos das terras e da administração arbitrária, é capaz de se desenvolver pela via socialista, quer dizer, de organizar pouco a pouco sua produção sua produção e sua distribuição de produtos sobre bases coletivistas. Nesse caso o socialista revolucionário deve envidar todos seus esforços em prol da libertação da comuna e de seu desenvolvimento. (ENGELS; MARX, 2015, p. 79).

A autora russa vê grande potencialidade revolucionária no *mir*, entendendo que essa unidade produtiva poderia alavancar o movimento revolucionário em seu país, como também a posição do país na divisão mundial do trabalho, ao salientar a distância econômica entre a Rússia e demais países da Europa Ocidental<sup>73</sup>. Quando Marx recebe a carta, ele se dedica com afinco ao seu conteúdo, estudando a formação das comunidades agrárias russa por dois eixos: o primeiro é explicar a essência materialista-dialética de sua filosofia da história e o segundo é examinar a situação da comuna rural russa (ENGELS; MARX, 2015, p. 82).

As várias anotações de Karl Marx, organizadas em um quadro de esboços no livro *Lutas de classes na Rússia*, demonstram o porquê de a comuna rural pode ser um ponto de partida para a regeneração da Rússia. Em sua pesquisa, o autor manifesta que a comuna agrária russa existia ao mesmo tempo em que o capitalismo e a propriedade moderna cresciam na Europa ocidental.

Então, a propriedade comunal russa, chamada de comunidade arcaica, tinha a potencialidade de absorver o que o capitalismo havia desenvolvido e utilizá-lo, não em sua destruição, mas em sua melhora e transformação das estruturas sociais. Essa dinâmica elava a comuna do patamar de comunidade arcaica para um patamar mais elevado, não precisando passar pelos violentos processos de formação capitalista descritas no primeiro capítulo (ENGELS; MARX, 2015, p. 84).

Os estudos de Marx demonstram que a comuna poderia, dessa forma, fazer parte da revolução social russa, significando assim uma nova forma de organização econômica e social. A situação de permanência de uma organização “arcaica” junto à formação de organizações modernas capitalistas faz com que o processo de liquidação de organizações rurais em prol da formação da pequena propriedade, bem como a violência doutrinária da nova ordem de trabalho, não seja necessário para mudança social.

O possível desenvolvimento alternativo da comunidade aldeã derivou, para Marx, da interação entre estrutura socioeconômica dualista e um ambiente histórico totalmente diferente. Ele defendeu a concepção de que a comunidade aldeã russa, pela via da evolução de sua base, ou seja, da propriedade comum da terra, poderia tornar-se o ponto de partida direto do sistema econômico para o qual tende a sociedade moderna (ENGELS; MARX, 2015, p. 84).

Toda a organização e os estudos para a resposta de Karl Marx não foram colocados em somente um escrito. Como visto anteriormente, além das correspondências de Entre Marx e Zasulitch, parte da resposta foi organizada em forma de prefácio em de livros nas edições

---

<sup>73</sup> A citação completa está presente no capítulo 1, na subdivisão **Rússia e a comuna rural**.

russas. A complexidade desse debate sobre a chamada propriedade arcaica que se materializa na comuna agrária é reconhecida pela revolucionária russa e pelo intelectual alemão, e ao redigir a resposta para o movimento socialista na Rússia, ele compreende que a conclusão não será possível em uma resposta de “sim” ou “não”, mas com a construção de um entendimento complexo.

Em todo o debate a respeito da comuna agrária, Marx em nenhum momento afirmou que os esforços dos revolucionários russos deviam se concentrar na preservação ou dissolução do *mir*. A conclusão à qual o autor chega é que a formação e a organização das comunidades agrárias poderiam auxiliar no processo de regeneração da Rússia, contudo algumas forças deletérias deveriam ser superadas para que esse caminho fosse possível.

Na língua russa, a palavra “*mir*”<sup>74</sup> pode ser utilizada para referenciar o planeta Terra ou o universo. O termo russo está sendo empregado a terras agricultáveis devido à dinâmica pela qual essas comunas se organizavam. Cada *mir* tinha sua organização de trabalho e leis quase únicas e, sendo assim, as comunas agrárias poderiam se diferenciar muito umas das outras.

Em virtude de cada *mir* ter uma dinâmica específica, regimes de exploração e dinâmicas deletérias estavam presentes nesses espaços. Quando Marx trata da dissolução dessas relações nocivas para a possível potência da comuna agrária russa num contexto de desenvolvimento socialista, ele realça a necessidade de entender a dinâmica desse modo de produção, que convive em ao lado do regime de propriedade moderno.

Após relembrar algumas passagens de Marx sobre sua produção intelectual a respeito da propriedade arcaica coexistente ao regime de produção capitalista, o caminho para a conexão que estes estudos estabelecem com a realidade de José Carlos Mariátegui se torna mais tangível. Adiante, veremos como Mariátegui interpretava o problema da terra e como ele se posicionava sobre no contexto do debate sobre o *mir*.

Quando anteriormente descrevemos questões referentes aos problemas indígenas, foi estabelecido, através das leituras de José Carlos Mariátegui, que o problema do indígena é o problema da terra. Os esforços de integração dos povos indígenas, seja pela educação, cultura

---

<sup>74</sup> Em 1986, a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS) inicia o funcionamento da Estação Espacial chamada de *mir*, fazendo referência a seu significado de Terra/Universo. Além de ter sido a primeira estação espacial construída pela humanidade, ela foi local de desenvolvimento de vários estudos de física, biologia, matemática, etc. Após a derrubada da União Soviética, a estação passou a ser gerida pelo governo russo que, em 2001, optou por destruir a estação espacial.

ou filantropia<sup>75</sup>, não teriam condições de solucionar a questão dos indígenas presos ao feudo, haja vista que se trata primordialmente de uma questão econômica.

As raízes do problema agrário no Peru trazem uma questão sobre a permanência do sistema feudal preservado pelo latifúndio e pela servidão. A incapacidade da burguesia peruana que vive em mutualismo com o sistema feudal de exploração faz com que a dinâmica capitalista da República exista de maneira ideológica, mas não de forma material. Segundo Mariátegui, as classes exploratórias do sistema colonial espanhol se camuflam em burguesia e alimentam a lógica exploratória da grande propriedade, não possibilitando a formação da pequena propriedade (MARIÁTEGUI, 2010, p. 68).

Ao estabelecer a relação entre latifúndio e República, Mariátegui ressalta a falta de interesse presente na burguesia peruana em levar adiante o processo de independência. A falta de uma vanguarda no processo de independência do Estado peruano ainda carregava a manutenção de subjugação do indígena mesmo após cem anos de república, quando o autor peruano escreveu. Ao estabelecer que a pequena propriedade não foi desenvolvida no Peru, o autor não aponta como solução a busca para o desenvolvimento da mesma:

Ninguém desconhece que a solução liberal desse problema seria, conforme a ideologia individualista, o fracionamento dos latifúndios para criar a pequena propriedade. É tão desmedido o desconhecimento que a cada passo se contata, entre nós, dois princípios elementares do socialismo, que jamais será obvio ou inútil insistir no fato de que essa fórmula – fracionamento dos latifúndios em favor da pequena propriedade – não é utópica, nem herética, nem revolucionária, nem bolchevique, nem vanguardista, mas sim ortodoxa, constitucional, democrática, capitalista e burguesa. [...] Deixando de lado razões doutrinárias, considero fundamentalmente esse fator incontestável e concreto que dá um caráter peculiar ao nosso problema agrário: a sobrevivência da comunidade e de elementos de socialismo prático na agricultura e vida indígena (MARIÁTEGUI, 2010, p. 69).

O tempo em que reformas e mudanças liberais deveriam ter sido executadas diziam respeito ao processo de dependência e formação republicana. Mesmo aqueles que buscavam uma resposta liberal ao problema da terra e do indígena não encontravam profundidade no campo de discussão em suas propostas, já que a classe dominante não tinha interesse em modificar suas relações de exploração e a legislação contra a servidão era ignorada (MARIÁTEGUI, 2010, p. 69). Após 1822, no Peru, alguns intelectuais do círculo literário do país produziam poemas e outro escritos de forma saudosista ao período colonial e às formações culturais referentes a esse período. O domínio espanhol foi responsável por um forte impacto

---

<sup>75</sup>No começo da sessão referente ao problema da terra, o autor aponta que, mesmo que ações como as do Frei Bartolomeu de las Casas não impactassem estruturalmente a questão dos indígenas, isso não quer dizer que a figura do religioso não pudesse ser admirada e estimada.

cultural em suas colônias, e por mais que alguns fossem absorvidos pelo povo peruano, os grandes remanescentes do domínio espanhol foram o regime de servidão, o latifúndio e o *gamonalismo*.

A economia feudal presente desde sua colonização, ao mesmo tempo em que existia junto com o funcionamento da república do Peru, limitava a dinâmica e o desenvolvimento da república e sua legislação. O feudo, através da imposição da subjugação dos povos indígenas, engessava o desenvolvimento do país, reforçando que também não se tratava apenas de uma questão moral de defesa de um quarto da população, mas do desenvolvimento do país, e este desenvolvimento está na vida e costumes indígenas.

No que diz respeito ao problema indígena, a subordinação ao problema da terra resulta ainda absoluta, por razões especiais. A raça indígena é uma raça de agricultores. O povo incaico era um povo de camponeses, dedicados geralmente à agricultura e ao pastoreio. As indústrias, as artes, tinham um caráter doméstico e rural. No Peru dos incas, era mais certo, que em qualquer outro povo, o princípio de que “a vida vem da terra”. Os trabalhos públicos, as obras coletivas mais admiráveis do Tawatinsuyo, tiveram um objetivo militar, religioso ou agrícola. Os canais de irrigação da serra e da costa, as plataformas e terraços de cultivo dos Andes, permanecem como testemunhos do grau de organização econômica alcançado pelo Peru incaico. Sua civilização se caracterizava, em todos seus traços dominantes, como uma civilização agrária (MARIÁTEGUI, 2010, p. 71).

O regime produtivo da terra presente no Império Inca, segundo José Carlos Mariátegui, possuía alta complexidade e eficiência para o povo inca. A organização do *ayllu* para gerir o uso da terra conquistou não somente sucesso produtivo, como também organizações coletivas em volta das terras cultivadas.

Com a conquista, a organização produtiva indígena foi destruída e substituída pelas formas de explorações coloniais feudais. A exploração da Espanha sobre o Peru não conseguia construir uma unidade e nem os ganhos produtivos que os incas tinham atingido antes da colonização. Tanto na pesquisa de Julio Cotler como na de José Carlos Mariátegui, é possível ver que a exploração do Peru pela coroa espanhola se deu de forma bastante intensa no litoral, e pouco desenvolvida nos Andes.

A capital do Império Inca era a cidade de Cusco, localizada mais internamente no território que viria a se chamar Peru. Próxima à fronteira com a Bolívia, a cidade de Cusco era considerada sagrada para os Incas e, com a chegada da coroa espanhola pelas águas oceânicas em 1535, Francisco Pizarro modifica a capital para Lima, no Litoral. A vida do Peru acontece de forma mais dinâmica no litoral limenho. Após a independência e o começo do século XX, a capital passa por diversos processos produtivos e culturais, como apresenta a pesquisa de Deni Ireneu Alfaro Rubbo. A ocupação majoritária do litoral peruano e o pouco interesse em formar

e manter dinâmicas mais diversificadas no interior do país alimentam a debilidade econômica gestada desde a cora do vice-reinado da Espanha.

A prática de extermínio da população indígena e da destruição de suas instituições – muitas vezes em contraste com leis e providências da metrópole – empobrecia e dessangrava o fabuloso país ganho pelos conquistadores para o rei da Espanha, numa medida tal que esses não eram capazes de perceber e avaliar. Formulando um princípio da economia de sua época, um estadista sul-americano de século 19 devia mais tarde dizer, impressionado pelo espetáculo de um continente semideserto: “Governar é povoar”. O colonizador espanhol, infinitamente afastado desse critério, implantou no Peru um regime de despovoamento. [...] O colonizador renunciava, assim, todavia, ao empreendimento para o qual, antes, o conquistador sentia-se apto: o de assimilar o índio. A raça negra por ele trazia tinha que servir, entre outras coisas para reduzir o desequilíbrio demográfico entre branco e índio (MARIÁTEGUI, 2010, p. 73).

As atividades e as práticas agrícolas às quais os indígenas peruanos estavam habituados a executar no *ayllu* foram destruídas. Os indígenas foram empurrados para a extração de metais preciosos nas minas, ou seja, foram forçadamente colocados para realizar trabalhos que não eram executados na forma<sup>76</sup> que a colonização demandava. Para voltar a ter contato com a terra, os indígenas eram submetidos a um sistema de servidão pelos donos do latifúndio (MARIÁTEGUI, 2010, p. 74).

A escravidão no Peru teve como objetivo aumentar a produtividade pela exploração. A intensificação de uma estrutura que se sustenta pelo uso da dominação e pela força não constrói nenhuma dinâmica de ocupação da terra ou de dinâmica social, e o que resta é o latifúndio e seus meios de exploração. A criação de núcleos de produção após o desmonte da economia incaica somente foi executada por grupos religiosos<sup>77</sup>, não somente no Peru, mas em toda a América espanhola.

Dentro do regime feudal estabelecido na América espanhola, a catequização dos jesuítas se utilizava dos restos dos *ayllu*, provocando a existência conciliatória da propriedade comunitária indígena junto à propriedade feudal. Ao perceber esse cruzamento de dinâmicas da terra, Mariátegui retrata a questão do regime de terras na Rússia, o *mir*.

O feudalismo deixou, analogamente, que subsistissem as comunas rurais na Rússia, país com o qual é sempre interessante o paralelo porque seu processo histórico se aproxima muito mais desses países agrícolas e semifeadais que os dos países capitalistas do Ocidente. [...] Sob o regime de propriedade senhorial, o MIR russo, como a comunidade peruana, experimentou uma desnaturalização completa. A superfície de terras disponíveis para os comuneiros se tornava cada vez mais insuficiente e sua repartição cada vez mais defeituosa. O MIR não garantia aos camponeses a terra necessária para seu sustento; em troca, garantia aos proprietários

<sup>76</sup> O uso de metais preciosos como ouro estava presente na cultura inca, contudo, esse uso estava vinculado principalmente ao adorno, e era não estritamente comercial.

<sup>77</sup> Segundo JCM, os grupos religiosos que formaram dinâmicas de produção na América espanhola foram os Jesuítas e os dominicanos.

a provisão indispensável de braços para o trabalho de seus latifúndios (MARIÁTEGUI, 2010, p. 80).

Em 1861, ocorreu uma reforma direcionada aos camponeses na Rússia. Essa reforma “libertava” os trabalhadores da terra da sua condição de servo, contudo, os trabalhadores que ainda optavam por ficarem no campo tinham suas terras cercadas pelo latifúndio, tendo que recorrer a trabalhos no latifúndio para sua subsistência (MARIÁTEGUI, 2010, p. 80). A questão do *mir* presente nos *Sete ensaios de interpretação da realidade peruana* está sob perspectiva no livro *La question agraire em Russie*, publicado pelo ucraniano Eugéne Schkaff<sup>78</sup> em 1922, na França.

Em 1922, Mariátegui estava na Europa e teve contato com o movimento operário europeu. Como retratado anteriormente, as cartas entre Karl Marx e Vera Zaslitch foram organizadas por David Riazanov somente em 1923; antes, somente existiam rumores sobre a correspondência de Marx e Zaslitch na Escócia durante a década de vinte. Como o próprio Riazanov conta, não se sabe o porquê elas caíram no esquecimento<sup>79</sup>.

As correspondências trocadas entre Marx e Zaslitch correspondem ao final do século XIX, mais especificamente à década de 1880. Dezenove anos se passam entre a lei do fim da servidão na Rússia e o debate sobre o *mir*. Já nas duas primeiras décadas do século XX, Schkaff publica um livro que contribui para esse debate, tendo uma visão negativa do que a comuna agrária russa se transformou. Segundo Eugéne Schkaff, “O feudalismo e o absolutismo transformaram pouco a pouco a organização comunal dos camponeses em um instrumento de exploração. A emancipação dos servos trouxe, sob esse aspecto, nenhuma mudança” (MARIÁTEGUI, 2010, p. 80)<sup>80</sup>.

Com o passar dos anos, o caráter e a função da comuna agrária foram sendo incorporados ao meio de exploração capitalista que crescia na Rússia czarista. Durante o desenvolvimento da conjuntura que antecedeu a revolução de 1917, as posições de Vladimir Lenin foram divulgadas, principalmente por meio do Partido Operário Socialdemocrata Russo (POS DR), antecedente do PCUS. Segundo o artigo produzido por Ana Claudia Diogo Tavares e Mariana Trontta Dalallana Quintans, *O lugar do camponês e questão agrária na Revolução Russa de 1917*:

---

<sup>78</sup> Conhecido também por Jean Freville, foi membro do Partido Comunista Francês (PCF) na década de trinta.

<sup>79</sup> Presente no livro *Lutas de Classes na Rússia*, organizada e publicado pela editora Boitempo em 2013.

<sup>80</sup> A citação completa do de Eugéne Schkaff está escrita no livro *Sete ensaio de interpretação da realidade peruana*, organizado e publicado pela editora Expressão Popular em ao Conselho Latino-americano de Ciências Sociais (CLACSO), em 2010.

Segundo Lenin (1988) a reforma de 1861 foi uma reforma anticamponesa, que promoveu a “desintegração do campesinato” e a criação de novos tipos de população rural, o autor explica que o “campesinato antigo não se 'diferencia' apenas: ele deixa de existir, se destrói, é inteiramente substituído por novos tipos de população rural, que constitui-se a base de uma sociedade dominada pela economia mercantil e pela produção capitalista. Esses novos tipos são a burguesia rural (sobretudo pequena burguesia) e o proletariado rural – a classe dos produtores de mercadorias na agricultura e a classe dos operários agrícolas assalariados” (LENIN, 1988, p. 114 apud TAVARES; QUINTANS, 2017, p. 2320).

Entre a posição de Lenin e de Schkaff, é possível perceber uma semelhança. Os dois autores reconhecem que o regime de terras na Rússia significou a perpetuação, ou até mesmo a piora da subjugação dos camponeses. Assim como Karl Marx<sup>81</sup>, as posições de Lenin a respeito das questões agrárias iriam se modificar. Em vários momentos do processo revolucionário russo, Lenin tenta estabelecer relações de apoio entre os operários e os camponeses, entrando muitas vezes no debate de estatização de todas as terras agrárias, ou uma forma de organização em que se fortalecessem os *soviets* agrários. Segundo Tavares e Quintans,

[...] à questão agrária para Lênin, que teria passado de “um apoio incondicional” ao movimento de massa camponês (em outubro de 1917) para “a reviravolta incitada pela fome, a questão agrária subordinada ao abastecimento das cidades, a coerção na ordem do dia na prática”, na primavera de 1918 (TAVARES; QUINTANS, 2017, p. 2345).

O debate sobre a questão agrária permaneceu presente na Rússia e na Europa Ocidental, e a influência europeia socialista se formou durante essa discussão. Em 1921, mesmo com a saúde debilitada<sup>82</sup>, Lenin participou da implantação da Nova Política Econômica (NEP). José Carlos Mariátegui e Vladimir Lenin nunca se encontraram pessoalmente, contudo, é possível perceber as influências dos debates trazido nos escritos de Mariátegui.

Quando Mariátegui faz a análise da problemática da terra e da formação da República, no Peru, o autor expôs que a exclusão dos indígenas e o estado embrionário da burguesia presente no território nacional criam fatores da debilidade para o avanço da formação econômica. Caso os indígenas, ou suas reivindicações, fossem ouvidas e tivessem participação na formação no Estado-Nação peruano, a reforma agrária teria sido executada<sup>83</sup>.

---

<sup>81</sup> Em seu livro *18 Brumário de Luís Bonaparte*, publicado em 1852, Karl Marx apresenta uma visão pejorativa do campesinato. As declarações podem ser vistas mais nitidamente na parte final de seu livro.

<sup>82</sup> Em 1918, Vladimir Lenin saiu bastante ferido de um atentado contra a sua vida. Aos cinquenta e quatro anos, em 1924, ele veio a falecer por complicações de saúde devido ao ataque.

<sup>83</sup> Em vários momentos, é possível ver a preocupação de Mariátegui com a questão da reforma agrária. Nos escritos anteriormente referenciados na pesquisa, é demonstrado o avanço da legislação mexicana em relação à terra. Passagens sobre o regime de terras podem ser lidas no livro *Sete ensaios de interpretação da realidade Peruana* p. 81-84.

Entre o latifúndio feudal e os escombros da comunidade indígenas, se encontra o próprio povo indígena preso ao *gamonales*. Segundo Mariátegui, mesmo após cem anos da formação da República peruana, o indígena não adota a noção de mundo individualista (MARIÁTEGUI, 2010, p. 97); o entendimento de um pertencimento a uma comunidade e a terra como vida estavam presentes nos povos originários e no *ayllu*.

Dentro do movimento indigenista no Peru entre as décadas de vinte e trinta, a discussão sobre o *ayllu* era interpretada principalmente por José Carlo Mariátegui e Hildebrando Castro Pozo<sup>84</sup>. Segundo o artigo *A representação do ayllu pré-hispânico e colonial em crônicas quinhentistas*, escrito por Ana Raquel Portugal (2009), a definição do *ayllu* pré-hispânico é um grupo familiar composto por várias pessoas que pode deter as terras ocupadas comunitariamente para fins de subsistência do grupo. Quando os europeus se deparam com a dinâmica do *ayllu*, acreditavam que se tratava de uma divisão de território e organização de aldeias e povoados, contudo, o *ayllu* estava mais fundamentado nos vínculos familiares e de produção.

Os estudos e relatos sobre o *ayllu* podem ser encontrados tanto nos escritos dos colonizadores, missões jesuíticas ou dominicanas e no estudo de Heinrich Cunow<sup>85</sup>, por exemplo. Contudo, o objetivo desse momento da pesquisa é entender o funcionamento das relações de produção indígenas e como elas foram regatadas como potência revolucionária para o Peru nas primeiras décadas do século XX.

Nas contribuições de Hildebrando Castro Pozo sobre a funcionalidade do regime de terras indígenas, ele propõe que o *ayllu* se transformassem em cooperativas de produção indígenas<sup>86</sup>. Em Mariátegui, é possível ver que a debilidade econômica de Peru e a subjugação do indígena estão entrelaçadas, sendo a libertação do indígena e a liquidação do latifúndio as únicas opções viáveis para uma real mudança no país. As raízes não esquecidas pelos povos indígenas não representam, assim, somente uma ofensiva contra o sistema econômico peruano, mas também a defesa de sua identidade.

Catro Pozo e Mariátegui recorreram ao passado incaico para elaborar estudos, que tinham como cerne a importância do trabalho comunal entre os indígenas, que, em tempos idos, era encontrado na organização interna do *ayllu*. Com isso, defenderam os direitos indígenas, porém as relações de parentesco foram substituídas em importância pelo sentido comunitário do *ayllu*. (PORTUGAL, 2009, p. 104).

---

<sup>84</sup> Pozo era um intelectual peruano. Era formado em sociologia e atuante no cenário político do Peru, e sua atuação política foi bastante relevante no movimento indigenista.

<sup>85</sup> Heinrich Cunow (1862-1936) foi integrante do SPD (*Sozialdemokratische Partei Deutschlands*), Partido Social Democrata da Alemanha, e foi um grande teórico marxista. Também foi um dos precursores dos estudos a respeito do *ayllu*, tendo publicado no final do século XIX três obras referentes a essa questão.

<sup>86</sup> O estudo de Hildebrando Castro Pozo referenciado está presente no seu livro *Del ayllu al cooperativismo socialista*, publicado em 1936.

Após essa explicação sobre regimes de produção sobre a terra e comunidade aprisionadas a esses regimes, podemos perguntar: Qual é a relação entre o *mir* e o *ayllu*? Quando Karl Marx afirma que o *mir* poderia vir a ser “ponto de apoio natural da regeneração social da Rússia” (MARX; ENGELS, 2015, p. 42) ele também ressalta que as influências deletérias deveriam ser abolidas da dinâmica da comuna agrária russa, para que assim ela pudesse ser de fato um ponto somatório na transformação da realidade nacional.

Depois da lei contra a servidão na Rússia, em 1861, ocorreram alterações na dinâmica do *mir*. Enquanto essas mudanças significavam uma absorção da comuna agrária russa por um sistema capitalista que mantinha a propriedade ‘arcaica’, a situação do camponês russo permaneceu praticamente intacta, ou até mesmo pior. Como dito anteriormente, o latifundiário cerceava a pequena ou média propriedade do camponês, provocando o regresso do trabalhador ao latifúndio para garantir sua subsistência.

Assim, o sentido da comuna agrária russa era marcado pela exploração capitalista, que prendia o camponês ao latifúndio. Contudo, mesmo sabendo<sup>87</sup> dessa relação, Marx afirma que o *mir* “pode vir a ser”. A posição dos socialistas e comunistas a respeito da situação agrária russa após a morte de Karl Marx era composta por visões negativas sobre a dinâmica rural do *mir*, e o esquecimento das cartas entre Marx e Zaslitch podem ter contribuído para uma perspectiva mais danosa do regime de terras russo.

Quando Mariátegui fala sobre a questão do *mir*, nota-se uma perspectiva mais prejudicial da organização agrária russa, trazida pelos estudos de Eugéne Schkaff. Ao voltar à história de formação do *mir*, o autor peruano dá a entender que a comuna agrária russa foi totalmente absorvida pelo modo de produção capitalista, e que ele está muito mais vinculado ao funcionamento do latifúndio russo, em comparação com uma organização agrária camponesa.

Ao falar sobre o período inicial da colonização espanhola no Peru, o *ayllu* é visto como o processo de produção agrário indígena que foi desmantelado pelos colonizadores, mas utilizado pelas organizações religiosas que fizeram parte do processo colonizador. Contudo, Mariátegui não vê os vestígios do *ayllu* na terra que fora tomada dos indígenas, e sim no próprio indígena em sua cosmovisão.

---

<sup>87</sup> Nas passagens utilizadas, Karl Marx não se refere ao processo de abolição da servidão na Rússia. Contudo, Marx sabia da importância do debate, já que o próprio autor se dedicou a aprender russo para ficar a par das discussões.

Mesmo que na visão de José Carlos Mariátegui o *mir* não seja uma possível base para a formação do socialismo, é reconhecido que existem pontos convergentes<sup>88</sup> entre a situação da Rússia e entre países de formação agrária, em específico o Peru. A coexistência da propriedade arcaica com o modo de produção capitalista, para Karl Marx, representava uma transformação do patamar de propriedade arcaica para a possível transformação em outra coisa.

Após a revolução de 1917, na Rússia, a relação entre o partido bolchevique e os camponeses teve momentos de aproximação e distanciamento.

Embora o próprio Lênin exalte no primeiro discurso após a Revolução de outubro, contra as críticas internas, que o que importava na ocasião não era o programa agrário (ou quem teria elaborado o Decreto sobre a Terra: os socialistas-revolucionários de esquerda), mas sim a aliança firmada para a tomada do poder, ele também justifica essa posição na tese de que estariam em período de transição, no qual permanecem restos do regime capitalista que está sendo deposto. De fato, o recuo programático é tático e não significa que Lênin ou o partido bolchevique estavam convencidos do protagonismo das massas camponesas na resolução dos problemas agrários. Permanece, portanto, uma visão de que a transição para o socialismo dependeria da adoção do programa agrário elaborado pelo partido bolchevique em abril de 1917, que inclui a nacionalização de todas as propriedades e no qual já está presente a preocupação com o abastecimento das cidades, o melhoramento agrícola, a adoção de técnicas avançadas, orientação de especialistas, etc. (TAVARES; QUINTANS, 2017, p. 2345).

O contato com a realidade socialista europeia transmutou as perspectivas críticas de Mariátegui que circulavam nos ciclos literários de seu país, como também as contribuições do autor para a política nacional. Como mencionado anteriormente, o movimento socialista teve sua fase utópica até chegar ao socialismo científico<sup>89</sup>, que posteriormente ganha mais força nas organizações de trabalhadores. A vivência com os principais ciclos de intelectuais socialista na Europa fez com o marxismo fosse somado aos conhecimentos de Mariátegui, e quando o autor retorna a América Latina, o marxismo no continente ganha mais um canal de propagação.

No segundo capítulo dessa pesquisa, alguns textos de Mariátegui foram apresentados. Nesses textos, é possível perceber que, além de ressaltar a importância da questão indígena para a formação do Peru, antes e depois de sua independência, os escritos também abordam a dinâmica do mundo socialista do começo do século XX. Uma grande aglomeração dos conhecimentos de Mariátegui é exposta no livro *Sete ensaios de interpretação sobre a realidade peruana*, publicado em 1928.

---

<sup>88</sup> “Sempre interessante o paralelo porque seu processo histórico se aproxima muito mais desses países agrícolas e semifeudais que os dois países capitalistas do Ocidente” (MARIÁTEGUI, 2010, p. 80).

<sup>89</sup> Ver *Do socialismo utópico ao socialismo científico* de Friedrich Engels (1880) e *A Ideologia Alemã* de Friedrich Engels e Karl Marx. Este último foi escrito por volta de 1845 e 1846, contudo foi publicado apenas no século XX.

A década de vinte do século XX para a América Latina significou fortes impactos para o movimento operário e camponês em vários países. Durante os anos vinte, muitos partidos comunistas foram formados, como o Partido Comunista Peruano (PCP), que anteriormente se chamava Partido Socialista Peruano (1928/30); o Partido Comunista do Uruguai (PCU) fundado em 1920; o Partido Comunista Paraguaio (PCP) fundado em 1928; e o Partido Comunista do Chile (PCCh) fundado em 1922.

Alguns partidos comunistas já haviam sido formados antes da década de vinte, como é o caso do Partido Comunista Mexicano (PCM) e o Partido Comunista Argentino (PCA); alguns partidos comunistas também se formaram depois, como o Partido Comunista da Venezuela (1935). A influência do marxismo sobre a América Latina na década de vinte é consolidada nas formação dos partidos de massa e nas publicações da época, como as de Mariátegui.

O debate sobre o regime de terras no campo aparece em alguns momentos nas cartas trocadas entre Marx e a militância russa. É possível ver que em determinados capítulos do livro *O Capital: crítica da economia política*, o processo de formação da propriedade privada é intrínseco à modificação do regime de propriedade de terra e de trabalho. Há também alguns artigos de Marx que trazem o debate sobre a propriedades de terras, organizados no livro *Os despossuídos*, publicado em 2017 pela editora Boitempo.

Durante explanação sobre a acumulação primitiva que deu origem à propriedade privada e ao processo de exploração da classe trabalhadora, o grau de violência é sempre colocado de forma direta e explícita pelo autor. Nos artigos de Karl Marx e Friedrich Engels publicados entre as décadas de sessenta e setenta, é possível notar uma noção de tempo linear em relação ao desenvolvimento das sociedades.

A formação do feudalismo teria sido sucedida pelo capitalismo, que acaba com a grande propriedade correspondente ao feudo, dando origem à propriedade privada e aos direitos privados de exploração da mesma. Após essa formação da propriedade privada e do Estado burguês, as massas trabalhadoras tomariam o poder do Estado Burguês, transformando-o em um Estado Proletário através da ditadura da maioria sob a minoria burguesa, conhecida como ditadura do proletariado, abolindo a propriedade privada e a exploração da classe trabalhadora. Após esse processo e modificações estruturais na máquina estatal, as relações de produção e sociais se modificariam a tal ponto que a organização de um Estado seria obsoleta, chegando assim ao comunismo.

Com o processo de divisão internacional do trabalho e a formação da etapa superior do capitalismo – o imperialismo, representado pela Inglaterra do século XIX –, a formação

econômica de países fora da hegemonia capitalista ocorreu e forma diferente. Seja na Rússia ou nos países da América do sul e Caribe, ocorre um fenômeno que chama a atenção de Marx: a existência da propriedade arcaica e o modo de produção capitalista ocorrendo de forma simultânea, como frisado anteriormente.

Quando Vera Zaslitch apresenta suas indagações sobre o processo do desenvolvimento revolucionário russo em relação ao regime de propriedades de terra, ela pergunta por quanto tempo seu país deveria esperar para atingir um patamar de desenvolvimento semelhante aos países da Europa Ocidental (MARX; ENGELS, 2013, p. 79). Quando a revolucionária afirma isso, ela está sinalizando, mesmo que não abertamente, sua posição favorável ao *mir*, então é possível afirmar que a trajetória clássica, por assim dizer, de transição do modo de produção para o socialismo não precisa passar pelo processo de cercamento do campo como ocorreu no ocidente europeu, principalmente na Inglaterra.

A afirmação de Marx sobre a possibilidade de modificação da realidade nacional através da organização do regime de propriedade camponês russo não atribui o papel da influência da burguesia para que a transição para o modo de produção socialista ocorresse. Importante lembrar que a visão de Engels e Marx durante a década de cinquenta do século XIX era bastante emblemática em relação às civilizações do resto do mundo – a Índia, por exemplo foi adjetivada como “pântano a-histórico”.

O caráter agrário não é o único elemento equiparável entre a Rússia e o Peru, ou entre o *ayllu* e o *mir*. A incapacidade da burguesia local de levar o processo de formação de uma república liberal ou de desenvolver as relações de produção de um regime entendido como capitalista também é um fator comparável. Quando Mariátegui afirma que o momento de desenvolvimento de caminhos liberais para a solução do desenvolvimento do Peru não é possível, ele se aproxima de Vera Zaslitch e Karl Marx em sua defesa do *mir*.

A impossibilidade de a Rússia atingir um patamar de desenvolvimento semelhante à Europa revela a necessidade de uma transformação fora dos moldes capitalistas. No Peru, quando se diz que o problema do indígena é o problema da terra a terra, descarta-se qualquer empreitada de transformação por via filantrópica, educacional ou cultural, já que o problema é econômico.

Entre Mariátegui e Zaslitch, a preocupação que ambos têm em comum é a mudança da realidade de seu país, haja vista que ambos foram grandes revolucionários. No período em que Zaslitch estava realizando suas análises nas cartas a Marx, a Rússia se via sob o domínio da dinastia Romanov, que alimentava uma oligarquia rural, mesmo após a lei contra a servidão de

1861. No caso de Mariátegui, sua realidade consistia em um país construído sob as violências do período colonial, e que ainda eram mantidas pelo Estado Peruano. A subjugação de mais de quatro quintos da população e o subsídio do latifúndio, com todas suas formas de exploração, marcavam a realidade do autor.

Assim, interpretação do marxismo em território peruano feita por Mariátegui é algo completamente original e trouxe modificações importantes no pensamento crítico latino-americano. A análise de Mariátegui e seu empenho em prol dos indígenas demonstra que a construção de um processo revolucionário na América Latina não pode se abster de compreender as populações indígenas, não somente para garantir sua defesa enquanto uma pauta moral, mas também por reconhecer na vida dos povos originários algumas respostas para um modo de sociedade diferente aquele que subjuga a maioria da população mundial.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa indica que os estudos sobre a comuna agrária russa não foram acessados por Mariátegui. Essa afirmação não é feita somente pela forma que o tema é abordado no livro *Sete ensaios de interpretação da realidade peruana*, mas também como os assuntos referentes a composição do campo após a revolução russa foram tratados, segundo artigo de Ana Claudia Diogo Tavares e Mariana Trontta Dalallana Quintans (2017). É possível perceber que em alguns momentos as diretrizes bolcheviques sobre o campo não viam no campesinato uma real potencialidade no processo de construção da revolução. Colocando de forma resumida, há três indícios que os textos de Marx não chegaram a JCM: 1- A descrição de David Riazanov sobre o esquecimento das cartas; 2- A descrição do processo agrário russo por Mariátegui; 3- As diretrizes que os bolcheviques formularam sobre o campo.

Foi possível perceber que o desenvolvimento do pensamento de Karl Marx, após o contato com os militantes russos no final do século XIX, passou por reorganizações sobre estudos da propriedade moderna e arcaica. Esses estudos abordaram uma dinâmica político-econômica presente na América Latina. Foi concluído que após posições iniciais de Marx sobre o processo colonial, o intelectual alemão modificou gradualmente seu posicionamento em relação a essa dinâmica capitalista. Um dos momentos em que Marx apresenta modificações em seu pensamento, foi a cobertura jornalista sobre a Guerra Civil dos EUA.

Em relação à formação do marxismo latino-americano, foi observado que a palavra socialismo era conhecida no continente antes da circulação do nome de Karl Marx. O socialismo científico, elaborado por Marx e Engels, encontrou espaço na América Latina ao final do século XIX e começo do século XX. O autor José Carlos Mariátegui foi um dos nomes responsáveis por apresentar estudos marxistas e lapidar caminhos para o marxismo.

Uma das primeiras questões levantadas pelo estudo foi a divulgação e acesso aos documentos. Após apresentar alguns casos de esquecimento de alguns trabalhos, foi demonstrado impactos que ocorreram na produção intelectual.

Mesmo que existam momentos de aproximação e distanciamento entre uma leitura e outra, a questão do desenvolvimento latino-americano foi bastante importante para JCM em sua vida. Durante o século XX muitos estudos sobre as perspectivas de desenvolvimento marcaram o continente. O debate sobre transição do feudalismo para o capitalismo foi bastante intenso durante o século passado, principalmente nas décadas de sessenta e setenta. Muitos partidos comunistas, como o caso do PCB, tinham como estratégia a aliança momentânea com a

chamada “burguesia nacional” a fim de melhorar as possibilidades de desenvolvimento da classe trabalhadora brasileira.

Outra percepção bastante interessante que o trabalho trouxe, foi o contato de José Carlos Mariátegui com uma vertente do marxismo mais ligada aos estudos culturais, não tão ligada a um pensamento marxista ortodoxo presente em países como União Soviética e Alemanha. O autor peruano passou grande parte de seu exílio na Itália, onde acompanhou a fundação do Partido Comunista Italiano e conviveu com Antonio Gramsci.

Em muitos casos, a contribuição de autores latino-americanos é presente no meio acadêmico apenas quando se estuda América Latina. Segundo Deni Rubbo (2018), com José Carlos Mariátegui não é diferente. A importância de Mariátegui para o movimento comunista não pode se restringir a apenas uma região do globo, pois o autor viveu e participou das militâncias em outras partes do mundo que possuíam outras realidades.

Não somente a inteligência de Mariátegui, mas também sua sensibilidade e habilidade na escrita devem ser entendidas e reconhecidas em diferentes debates, afinal os povos nativos e seus conhecimentos não estão somente no Peru, como também em muitas partes do mundo.

Ocorreram alguns desafios durante o processo da pesquisa, sejam eles por textos em outras línguas, pouco tempo, falta de recursos etc. Com esse trabalho não foi diferente, algumas adversidades se apresentaram, mas o caminho buscado por esse trabalho se somou aos demais estudos sobre JCM, América Latina e Karl Marx.

A formação econômica latino-americana foi construída em cima de intensos processos de colonização, imperialismo e escravidão. Isso pode ser visto em Marx, como também em José Carlos Mariátegui. Ao pensar em planos de desenvolvimento é indispensável que se atente a esses processos determinantes para a situação atual do continente, pois o desenrolar da história demonstra as limitações dos projetos de transformação que não buscaram um real enfrentamento as estruturas impostas a América Latina.

Concluo dizendo que o caminho de aprendizagem que ocorreu durante o processo de escrita foi muito importante. Buscou-se construir canais de diálogo e comparações entre a dinâmica latino-americana e a outras realidades, como a da Rússia, por exemplo. Após todo o trabalho de conexão entre Marx, Rússia, Mariátegui e Peru, resta buscar construir uma transformação efetiva da sociedade, mas buscar teorizá-la e colocá-la em prática, entendendo e buscando superar as contradições que surgiram em decorrência dos processos estudados por Marx, Engels, Mariátegui, Zaslitch e muitas outras pessoas que se somaram à luta pela libertação dos povos.

## REFERÊNCIAS

ALTHUSSER, Louis. **Por Marx**. Trad. Maria Leonor F. R Loureiro. Campinas, São Paulo: Unicamp, 2015.

ANDERSON, Kevin B. **Marx nas Margens**: Nacionalismo, etnia e Sociedades não ocidentais. Trad. Allan M. Hillani e Pedro Davoglio. São Paulo: Boitempo, 2019. p. 137-184.

BATALHA, Claudio Henrique de Moraes. A difusão do marxismo e os socialistas brasileiros In: MORAES, João Quartim (Org.). **História do Marxismo no Brasil**: Volume 2 – Os influxos teóricos. 2. ed. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2007.

COTLER, Julio: **Peru: classes, Estado e Nação**. Trad. Sérgio Bath. Brasília: Funag, 2006. p. 21-61.

CUEVA, Agustin. **El desarrollo del capitalismo en América Latina**. 14. ed. México: Siglo Veintiuno Editores, 1993. p. 11-31.

DUSSEL, Enrique. **El último Marx (1863-1882) y la liberación latinoamericana**: un comentario a la tercera y a la cuarta redacción de. México: Siglo XXI, 1990. p. 232- 288.

ENGELS, Friederich. A Pérsia e a China. Trad. Jason Borba. **New York Daily Tribune**, 22 mai. 1857. Disponível em: <http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/ma000040.pdf>. Acesso em: 20 nov. 2021.

ENGELS, Friedrich. **Anti-Dühring**. Trad Nélio Schneider. São Paulo; Boitempo. 2015.

ENGELS, Friedrich. Carta respondendo Takatchov publicação no jornal Der Volksstaat, 16 de abr. 1875, n.43. In: MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **Lutas de Classe na Rússia**. Org. Michael Lowy. Trad. Nélio Schneider. São Paulo: Boitempo, 2013. p. 36-43.

ENGELS, Friedrich. Carta respondendo Takatchov publicação no jornal Der Volksstaat, 18 de abr. 1875, n. 44. In: MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **Lutas de Classe na Rússia**. Org. Michael Lowy. Trad. Nélio Schneider. São Paulo: Boitempo, 2013. p. 43-47.

ENGELS, Friedrich. Carta respondendo Takatchov publicação no jornal Der Volksstaat, 21 de abr. 1875, n. 45. In: MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **Lutas de Classe na Rússia**. Org. Michael Lowy. Trad. Nélio Schneider. São Paulo: Boitempo, 2013. p. 47-56.

ENGELS, Friedrich. **Do socialismo utópico ao socialismo científico**. Trad. Roberto Gold Korn. 3. ed. São Paulo: Editora Edipro. 2023. p. 51-92.

ENGELS, Friedrich. **Escritos Militares**. Trad. Euclides Vasconcelos, Gabriel Landi Fazzio, João Carvalho, Muniz Ferreira e Suzana Brito. 1. ed. São Paulo: Editora Baioneta, Instituto Caio Prado Jr. 2021. p. 251-270.

ENGELS, Friedrich. Literatura de refugiados V. Trad. Nelio Sneider. Der Volksstaat, n. 43, 16 abr. 1875. In: MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **Lutas de Classe na Rússia**. Org. Michael Lowy. Trad. Nélio Schneider. São Paulo: Boitempo, 2013. p. 36-43.

ENGELS, Friedrich. Literatura de refugiados V. Trad. Nelio Schneider. Der Volksstaat, n. 43, 18 abr. 1875. In: MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **Lutas de Classe na Rússia**. Org. Michael Lowy. Trad. Nélio Schneider. São Paulo: Boitempo, 2013. p. 43-47.

ENGELS, Friedrich. Literatura de refugiados V. Trad. Nelio Schneider. Der Volksstaat, n. 43, 21 abr. 1875. In: MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **Lutas de Classe na Rússia**. Org. Michael Lowy. Trad. Nélio Schneider. São Paulo: Boitempo, 2013. p. 43-47.

ENGELS, Friedrich; MARX, Karl. A Guerra Civil Americana, publicação jornal Die Press, 26 de mar. 1862. nº 84. In: ENGELS, Friedrich. **Escritos Militares**. Trad. Euclides Vasconcelos, Gabriel Landi Fazzio, João Carvalho, Muniz Ferreira e Suzana Brito. 1. ed. São Paulo: Editora Baioneta, Instituto Caio Prado Jr. 2021. p. 255- 260.

ENGELS, Friedrich; MARX, Karl. A Guerra Civil Americana, publicação jornal Die Press, 27 de mar. 1862. nº 85. In: ENGELS, Friedrich. **Escritos Militares**. Trad. Euclides Vasconcelos, Gabriel Landi Fazzio, João Carvalho, Muniz Ferreira e Suzana Brito. 1. ed. São Paulo: Editora Baioneta, Instituto Caio Prado Jr. 2021. p. 260-263.

ENGELS, Friedrich; MARX, Karl. A situação no teatro de Guerra Norte-Americana, publicação jornal Die Press, 30 de mai. 1862. nº 148. In: ENGELS, Friedrich. **Escritos Militares**. Trad. Euclides Vasconcelos, Gabriel Landi Fazzio, João Carvalho, Muniz Ferreira e Suzana Brito. 1. ed. São Paulo: Editora Baioneta, Instituto Caio Prado Jr. 2021. p. 264-267.

FERNANDES, Florestan. Significado atual de José Carlos Mariátegui. In: FERNANDES, Florestan. **A contestação necessária**. 1. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2015. p. 79-94.

GALEANO, Eduardo. **As Veias Abertas da América Latina**. Trad. Sergio Faraco. 1. Ed. Porto Alegre, Rio Grande do Sul: L&PM, 2016.

JAMES, Cyril Lionel Robert. **Os jacobinos negros: Toussaint L´Ouverture e a revolução de São Domingos**. Trad. Afonso Teixeira Filho. 1. Ed. ver. São Paulo: Boitempo, 2010.

KAYSEL, André. **Filosofia da história ou método histórico?** Os usos do marxismo nas controvérsias entre Julio Antonio Mella, Victor Raúl Haya de la Torre e José Carlos Mariátegui (1927-1930). 2020. Disponível em: <https://unicamp.academia.edu/Andr%C3%A9Kaysel>. Acesso em: 19 out. 2022.

KEEREN, Roger; KENNY, Thomas. **Socialismo traído: Por trás do colapso da União Soviética**. Trad. Gabriel Landi Fazzio; Giovana Aranda. São Paulo: Lavrapalavra, 2022. p. 206-263.

LENIN, V. I. O desenvolvimento do Capitalismo na Rússia (volume I). In: **Os economistas**. São Paulo: Nova Cultural, 1988.

LOSURDO, Domenico. **Contra-História do Liberalismo**. Trad. Giovanni Semeraro. 8. reimp. Aparecida, São Paulo: Ideias Letras, 2006. p. 55-82.

MARIÁTEGUI, José Carlos. A emoção de nosso tempo/duas concepções de vida. Revista Mundial, 09 de jan. 1925. In: MARIÁTEGUI, José Carlos. **Textos escolhidos: marxismo**,

política e questão indígena. Org. Mariana Pahim. Porto Alegre: Cio da Terra Edições, 2021. p. 17-23.

MARIÁTEGUI, José Carlos. A imaginação e Progresso. Revista Mundial, 12 de dez. 1924. In: MARIÁTEGUI, José Carlos. **Textos escolhidos**: marxismo, política e questão indígena. Org. Mariana Pahim. Porto Alegre: Cio da Terra Edições, 2021. p. 43-47.

MARIÁTEGUI, José Carlos. Anti-reforma e fascismo. Revista Variedades, 12 de nov. 1927. In: MARIÁTEGUI, José Carlos. **Textos escolhidos**: marxismo, política e questão indígena. Org. Mariana Pahim. Porto Alegre: Cio da Terra Edições, 2021. p. 43-47.

MARIÁTEGUI, José Carlos. A política alemã e crise doutrinária do socialismo. Revista Mundial, 27 de jun. 1929. In: MARIÁTEGUI, José Carlos. **Textos escolhidos**: marxismo, política e questão indígena. Org. Mariana Pahim. Porto Alegre: Cio da Terra Edições, 2021. p. 217-220.

MARIÁTEGUI, José Carlos. A Tradição Nacional. Revista Mundial, 02 de dez. 1927. In: MARIÁTEGUI, José Carlos. **Textos escolhidos**: marxismo, política e questão indígena. Org. Mariana Pahim. Porto Alegre: Cio da Terra Edições, 2021. p. 53-56.

MARIÁTEGUI, José Carlos. O problema agrário. Revista La Sierra, fev. 1927. In: MARIÁTEGUI, José Carlos. **Textos escolhidos**: marxismo, política e questão indígena. Org. Mariana Pahim. Porto Alegre: Cio da Terra Edições, 2021. p. 105-107.

MARIÁTEGUI, José Carlos. Princípios da política agrária nacional. Revista Mundial, 01 de jun. 1927. In: MARIÁTEGUI, José Carlos. **Textos escolhidos**: marxismo, política e questão indígena. Org. Mariana Pahim. Porto Alegre: Cio da Terra Edições, 2021. p. 108-112.

MARIÁTEGUI, José Carlos. Rosto em Alma de Tawantinsuyu. Revista Mundial, 11 de set. 1925. In: MARIÁTEGUI, José Carlos. **Textos escolhidos**: marxismo, política e questão indígena. Org. Mariana Pahim. Porto Alegre: Cio da Terra Edições, 2021. p. 113-118.

MARIÁTEGUI, José Carlos. **Sete ensaios de interpretação da realidade peruana**. Trad. Felipe José Lindoso. 2 ed. São Paulo: Expressão Popular: CLACSO, 2010. p. 31-153.

MARIÁTEGUI, José Carlos. **Textos escolhidos**: marxismo, política e questão indígena. Org. Mariana Pahim. Porto Alegre: Cio da Terra Edições, 2021. p. 17-207.

MARINI, Ruy Mauro. **Subdesenvolvimento e revolução**. Trad. Fernando Carrea Prado e Marina Machado Gouvêa. 5ª ed. Florianópolis: Insular. 2014.

MARTÍ, José. **Nuestra América**. 3ª ed. Caracas: Ayacucho. 2005.

MARX, Karl. A Companhia das Índias Orientais: sua história e as consequências de sua atividade. Trad. Jason Borba. **New York Daily Tribune**, 24 jun. 1853. Disponível em: [http://www.dominiopublico.gov.br/pesquisa/DetalheObraForm.do?select\\_action=&co\\_obra=2400](http://www.dominiopublico.gov.br/pesquisa/DetalheObraForm.do?select_action=&co_obra=2400). Acesso em: 20 nov. 2021.

MARX, Karl. A Dominação Britânica na Índia. Trad. Jason Borba. **New York Daily Tribune**, 10 jun. 1853. Disponível em:

[http://www.dominiopublico.gov.br/pesquisa/DetalheObraForm.do?select\\_action=&co\\_obra=2401](http://www.dominiopublico.gov.br/pesquisa/DetalheObraForm.do?select_action=&co_obra=2401). Acesso em: 20 nov. 2021.

MARX, Karl. A Guerra Contra a Pérsia. Trad. Jason Borba. **New York Daily Tribune**, 27 jan. 1857. Disponível em: [http://www.dominiopublico.gov.br/pesquisa/DetalheObraForm.do?select\\_action=&co\\_obra=2404](http://www.dominiopublico.gov.br/pesquisa/DetalheObraForm.do?select_action=&co_obra=2404). Acesso em: 20 nov. 2021.

MARX, Karl. Carta Vera Ivanovna Zaslitch, 8 de mar. 1881, 41, Maitland Park Road, Londres NW. In: MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **Lutas de Classe na Rússia**. Org. Michael Lowy. Trad. Nélio Schneider. São Paulo: Boitempo, 2013. p. 43-47.

MARX, Karl. **Miséria da Filosofia**. Trad. José Paulo Netto. São Paulo: Boitempo, 2017.

MARX, Karl. **O Capital**: Crítica da Economia Política. Livro 1: O processo de Produção do Capital, vol. 2. Rio de Janeiro; Civilização Brasileira, 1980. p. 828-882.

MARX, Karl. **Os despossuídos**: debates sobre a lei referente ao furto de madeira. Trad. Mariana Echalar e Nélio Schneider 1. Ed. São Paulo: Boitempo. 2017. p. 12-65.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **Lutas de Classe na Rússia**. Org. Michael Lowy. Trad. Nélio Schneider. São Paulo: Boitempo, 2013. p. 71-117.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **Manifesto do Partido Comunista**. Trad. Edmilson Costa. 3 ed. São Paulo: EDIPRO, 2015. p. 41-62.

MORAES FILHO, Evaristo de. A Proto-História do Marxismo no Brasil. In: MORAES, João Quartim; REIS, Daniel Arão (Orgs.). **História do Marxismo no Brasil**: Volume 1 – O impacto das revoluções. 2. ed. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2007. p. 11-50.

NAPOLITANO, Marco. **História do Brasil República**: da que da Monarquia ao fim do Estado Novo. São Paulo: Contexto, 2016. p. 13-41.

PORTUGAL, Ana Raquel. **A representação do ayllu pré-hispânico em crônicas quinhentistas**. 2009. Disponível em: <https://books.scielo.org/id/btxhx/pdf/portugal-9788579830006-05.pdf>. Acesso em: 19 out. 2022.

POZO, Hildebrando Castro. **Del ayllu al cooperativismo socialista**. Lima: Peisa, 1973.  
QUIJANO, Anibal. **Colonialidade do poder, Eurocentrismo e América Latina**. 2005. Disponível em: [http://biblioteca.clacso.edu.ar/clacso/sur-sur/20100624103322/12\\_QUIJANO.pdf](http://biblioteca.clacso.edu.ar/clacso/sur-sur/20100624103322/12_QUIJANO.pdf). Acesso em: 25 ago. 2021.

RAMIREZ, Susan E. Social frontiers and the territorial base of curacazgos. In: MASUDA, Shozo et al., **Andean Ecology and Civilization**. Tokyo: University of Tokyo Press, 1985.

REARTES, Lucía; ARDILES Yael. **Introdução do livro Mariátegui**. Disponível em: <https://www.marxists.org/portugues/mariategui/ano/mes/40.pdf>. Acesso em: 20 ago. 2022.

RIAZANOV, David. Vera Zaslitch e Karl Marx. In: MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **Lutas de Classe na Rússia**. Org. Michael Lowy. Trad. Nélio Schneider. São Paulo: Boitempo, 2013. p. 71-78.

RIBEIRO, Darcy. **A América Latina existe?** Org. Eric Nepomuceno. Fundação Darcy Ribeiro; Biblioteca Básica Latino-Americana, 2021. p. 67-83.

RUBBO, Deni Irneu Alfaro; QUERIDO, Fábio Mascaro. José Carlos Mariátegui: breve apresentação e cronologia (1894-1930). **Lutas Sociais**, São Paulo, v. 17, n. 30, 2013. p. 58-62. Disponível em: [http://www4.pucsp.br/neils/revista/vol.30/deni\\_rubbo\\_e\\_fabio\\_mascaro\\_querido.pdf](http://www4.pucsp.br/neils/revista/vol.30/deni_rubbo_e_fabio_mascaro_querido.pdf). Acesso em: 28 jun. 2022.

RUBBO, Deni Irneu Alfaro. **O labirinto periférico: José Carlos Mariátegui e a sociologia crítica latino-americana**. 421 f. 2018. Tese (Doutorado em Sociologia) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo. São Paulo, 2018.

SCHKAFF, Eugène. **La question agraire en Russie** (Contribution à l'histoire de la propriété foncière) (French Edition). University of Michigan Library, 1922. p. 118.

SODRÉ, Nelson Werneck Sodré. **Panorama do Segundo Império**. 2. ed. Rio de Janeiro: Graphia, 1998. p. 161-181.

TAVARES, Ana Claudio Diogo; QUINTANS, Mariana Trotta Dalallana. O lugar do camponês e questão agrária na Revolução Russa de 1917. **Rev. Direito e Práx.**, Rio de Janeiro, v. 8, n. 3, 2017, p. 2314-2349. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/2179-8966/2017/30243>. Acesso em: 15 out. 2022.

TIBLE, Jean. **Marx Selvagem**. São Paulo: Autonomia Literária, 2017. p. 26- 46.

TODOROV, Tzvetan. **A conquista da América: A Questão do Outro**. Trad. Beatriz Perrone-Moisés. 2. ed. São Paulo: Editora Martins Fontes. p. 3-41.

TORRE, Haya De la. What is the APRA? In: **The Labour Monthly (A magazine of International Labour) Londres**, v. 8, n. 12, 1926.

VERCÁREL, Luis Eduardo. **De la vida inkaica**: algunas capacitaciones del espíritu que la animó. Cusco: Ministerio da Cultura. 2017.

VILLALOBOS, Sergio. **El comercio y la crisis colonial**. Ediciones de la Universidad de Chile. 1968.

VIZCARRA, Héctor Huerto. **Nueva Colección Documental de la Independencia del Perú: La rebelión de Túpac Amaru II**. Volumen 2. Lima: Editorial UPC. 2017.

ZASULITCH, Vera Ivanovna. Carta a Karl Marx, 16 de fevereiro de 1881, Genebra. Rua de Lausanne, n.49 L'Imprimerie Polonoise. In: MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **Lutas de Classe na Rússia**. Org. Michael Lowy. Trad. Nélio Schneider. São Paulo: Boitempo, 2013. p. 43-47.